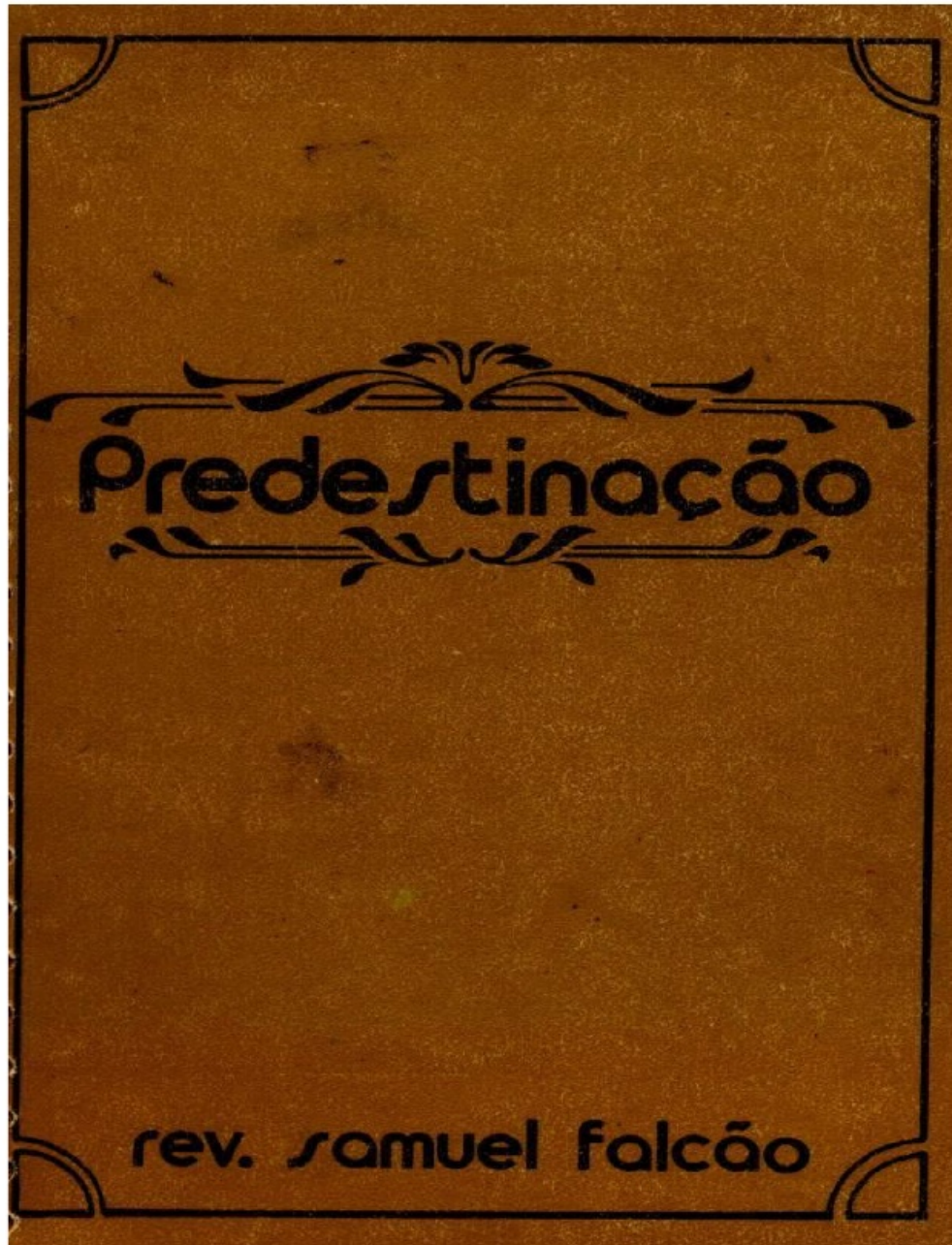


PREDESTINAÇÃO



Tese apresentada ao "Union

Theological Seminary”, Richmond, Va., E.U.A. em abril de 1947, em cumprimento de parte dos requisitos para a colação do grau de Mestre em Teologia,

PELO
Rev. SAMUEL DE VASCONCELOS FALCÃO
do
Seminário Presbiteriano do Norte
Recife - Pernambuco - Brasil - 1981

NOTAS BIOGRÁFICAS

SAMUEL FALCÃO Professor, Teólogo e Pastor

“Realmente, toda a sua vida foi um exemplo de humildade ”.
Assim um dos jornais do Recife comentava o repentino desaparecimento do Rev. Samuel Falcão, no dia 9 de setembro de 1965.

Origem



Na cidade pernambucana de Gameleira nasceu o Rev. Samuel Falcão, no dia 24 de setembro de 1904, filho de José Franklin de Andrade Falcão e Maria da Conceição de Vasconcelos Falcão — era o terceiro filho do casal. Seus pais, dedicados pioneiros presbiterianos,

logo cedo o encaminharam nas trilhas do Evangelho, com o auxílio dos missionários que trabalhavam na região.

Vida de Estudante

Havendo concluído o Curso Primário, ali mesmo em Gameleira, começou ele a trabalhar numa loja da cidade. Depois de alguns meses de convivência com o rapazinho Samuel, o proprietário da referida loja aconselhou sua família: *“Este moço é sabido demais para continuar trabalhando no balcão. Os senhores devem procurar um colégio para ele”.*

O menino Samuel conseguiu no Colégio Quinze de Novembro, em Garanhuns, uma bolsa completa de estudos, por intermédio de d. Amélia Pimentel, uma das mais antigas crentes de Gameleira. Aos quatorze anos, o rapazinho demonstrou brilhante inteligência quando freqüentava as aulas do Curso de Humanidades. Foi durante os quatro anos que passou no “Quinze” que se sentiu chamado para o Ministério da Palavra.

Samuel, o Seminarista.

Ainda, não existia propriamente o Seminário Presbiteriano do Norte, mas sim o Instituto Ebenézer, para onde chegou o jovem Samuel no ano de 1922. Aprendendo aos pés dos Revs. Antônio Almeida, George Herderlite, Jerônimo Gueiros e Robert Smith, demonstrava cada vez mais sua vocação para o Ministério.

O Rev. Josibias Marinho, um dos seus colegas, faz a seguinte referência à inteligência do seminarista Samuel:

“Era um dia de exame de grego. A turma tinha passado a noite sem dormir, estudando, preocupada. As angustiantes declinações... e as torturantes conjugações dos verbos?!...”

“Era um Deus-nos-acuda!...”

“Mas, o Samuel, o Samuel bum-bum, como o apelidávamos em referência à sua voz profunda, cheia, de timbre retumbante, passara a noite dormindo, tranqüilo, sem qualquer preocupação com a prova do dia seguinte!”

“E, para que preocupar-se, quem tinha uma inteligência peregrina, excepcional? Quem disse que já estudou alguma lição? Para que? Aprendia somente ouvindo.”

“Criara, ele mesmo, um moderno método socrático, Perguntava, perguntava, ouvia as respostas, e pronto.”

“Ninguém o igualava na capacidade de assimilação, de interpretação, de transmissão dos conhecimentos adquiridos. Certa vez perguntara tanto ao nosso amado mestre Dr. Almeida, que este, no tempo, doente do fígado, esgotado, sem paciência, não suportando mais o bombardeio de perguntas do Samuel, gritou em desespero:

— “Deixa-me, Samuel, não te agüento mais!

“E do Dr. Almeida herdou o dom extraordinário de expositor da Bíblia”.

Foi durante o seu tempo de seminarista que o Seminário começou a consolidar-se. De Instituto Ebenézer transformou-se em Seminário Evangélico do Norte. De um modesto prédio na rua Imperatriz mudou-se para a Estrada da Ponta da Moura (atual Souza Freixo), e depois de sua inauguração mudou-se para a Estrada da Ponta da Moura (atual Souza Freixo), e

Ao lado dos colegas Sinésio Lira, Ageu Vieira, Alfeu Oliveira, Severino Lima, Celso Lopes e Josibias Marinho, Samuel concluiu o curso do Seminário no ano de 1925 (a primeira turma na nova fase), antes de completar 22 anos de idade.

Pastor

Depois de trabalhar mais de um ano ao lado do Rev. Antônio Almeida, recebendo deste os mais preciosos ensinamentos para a vida pastoral, foi ordenado pelo Presbitério de Pernambuco, em 1927, sendo designado para ajudar em todo o campo do Presbitério, especialmente nas Igrejas que não podiam manter pastor. Foi a Igreja Presbiteriana de Areias que mais recebeu os seus cuidados pastorais.

Referindo-se ao Rev. Samuel Falcão como um dos nossos maiores oradores, diz ainda o Rev. Josibias Marinho:

“Ouvi-lo, era capacitar-se a transmitir o sermão que pregava porque era de uma análise perfeita, de uma exposição lógica, ajustada. Já como seminarista se notabilizara pela sistematização de seus sermões. Impossível era tirar uma de suas partes constitutivas sem mutilá-lo, e acrescentar-lhe qualquer idéia seria supérfluo — estava completo!”

Foi pastor também das Igrejas de Campo Alegre, Canhotinho, Palmeirina e Cachoeira Dantas. Durante curtos períodos muito ajudou no pastorado de Igrejas em Recife — Primeira e Encruzilhada — e Jaguaribe, em João Pessoa.

Presidiu o Presbitério de Pernambuco em várias legislaturas e também o Sínodo Setentrional. Ocupou diversas vezes os cargos de Secretário e Tesoureiro desses Concílios. Participou de reuniões do Supremo Concílio, mesmo depois de jubilado:

O Alegre Samuel

Ao lado da aparência serena, um tanto sisuda, ajudada pela sua característica de ancião gordo, calvo, passo tardo, encontrávamos também nele um Samuel brincalhão, alegre, humorista.

Desde os tempos de Colégio, de Seminário, quando ele era jovem, como lembra o Rev. Josibias Marinho, *“olhos negros, expressivos, vivazes, basta cabeleira negra, magro, tez alva, acetinada - figura de adolescente intelectual”*, que todos gostavam de sua companhia alegre, de um humorismo contagiante.

Quem não se lembra, nesta região nordestina, do “*Netuno*” — o velho carro do Dr. Almeida, e da canção que o **Samuel sempre cantava?**

*“Lá na América do Norte,
"Junto a um lago cor de anil... (bis)
"Fabricou-se este carrinho
"Que seguiu logo a caminho
"Do nosso caro Brasil!
"Este carrinho corre e anda de verdade
"Em cada viagem vai deixando uma saudade!
"Serve ao nosso Seminário
"Serve à Igreja e ao seu pastor... (bis*

*"Serve aos sãos, serve aos doentes,
"Aos que nascem, aos nubentes
"E aos feridos pela dor!"*

(Canta-se com a música de *"Eu nasci naquela serra"*)...

Essas e outras canções nós ouvíamos se parássemos junto dele numa hora de folga!

Dona Ithamar Bueno de Araújo, esposa do professor do SPN, Rev. João Dias de Araújo, e bibliotecária do mesmo Seminário, comenta:

"Amava as crianças e era amado por elas. No Seminário Presbiteriano do Norte era o amigo número um dos filhos dos professores e alunos. Gostava de conversar com eles, colocá-los no colo, cantar para eles quadrinhas alegres e engraçadas e descobrir as suas preferências.

"Sabia de cor o aniversário de quase todos e sempre trazia um presentinho no natalício de cada um desses seus pequenos amiguinhos.

"Era para as crianças o querido "Titio Samuel". Como as crianças, era simples, humilde, alegre e sincero.

Preparador de Pastores

Foi ao Seminário Presbiteriano do Norte que ele dedicou a maior parte de seu Ministério. Nas inúmeras crises que atravessou o Seminário, foi um dos seus maiores sustentáculos ao lado do Dr. Almeida.

Na década de 30 estava o SPN em condições as mais precárias, sem possibilidade alguma de remunerar os professores. O Rev. Antônio Almeida então combinou com o Rev. Samuel dedicarem-se com mais ardor ainda à obra, na esperança de que Deus proporcionasse ao Seminário melhores dias.

Durante muitos anos lecionou as diversas matérias dos Departamentos de Bíblia, Teologia Sistemática e História.

Bolsa nos Estados Unidos

Com a finalidade de melhor preparo e especialização das matérias que ensinava, esteve no Union Theological Seminary - Richmond, Virgínia, U. S. A. — durante os anos de 1946 e 1947, onde obteve o grau de Mestre em Teologia.

O presente trabalho — PREDESTINAÇÃO — foi a sua obra prima, em inglês, que serviu de tese para a conquista do grau de Mestre. Além desta há mais duas obras inéditas também em inglês. Escreveu durante treze anos, as lições para a Escola Dominical publicadas pela Missão Presbiteriana do Norte, e mais inúmeros trabalhos traduzidos do inglês.

Homenagens

Em reconhecimento aos seus vinte e sete anos de dedicação completa ao Seminário Presbiteriano do Norte, duas grandes homenagens lhe foram prestadas: da Diretoria do Seminário recebeu em 1959 o título de *"Reitor Emérito"*, depois de ocupar por vários anos a Reitoria dessa Instituição; ao ser totalmente remodelado o prédio do internato, tornando-o num grande e moderníssimo bloco de três pavimentos, a Diretoria e a Congregação do SPN deram ao edifício o nome de REV. SAMUEL FALCÃO. Em novembro de 1964, o edifício era inaugurado com a solenidade de aposição da placa, contando com a presença honrosa do homenageado.

Jubilação e últimos Trabalhos

Recebendo do Seminário, em 1964, a aposentadoria (com vencimentos integrais), continuou o Rev. Samuel Falcão a cooperar com as Igrejas do Recife, e uma vez ou outra levava aos seus seminaristas um precioso estudo bíblico.

As Igrejas de Encruzilhada — Recife, e Jaguaribe — João Pessoa, foram as últimas a receber os seus cuidados pastorais.

Quando do desmembramento do Presbitério de Pernambuco para formar o novo

Presbitério Norte de Pernambuco, em janeiro de 1965, ele optou cooperar com o mais novo, ajudando-o nos seus primeiros passos, como co-pastor da Igreja Presbiteriana da Encruzilhada — sede do Concílio.

Na primeira semana de setembro, de 1965, aceitou convite para fazer uma série de conferências na Igreja de Caruaru. No domingo seguinte, como fazia nos últimos meses, viajou para João Pessoa tomando parte e dirigindo os trabalhos dominicais da Igreja de Jaguaribe. Demorou-se por lá três dias voltando pela manhã de quarta-feira 8 de setembro.

À tardinha daquele mesmo dia o Rev. Samuel fez uma de suas costumeiras visitas ao Seminário, indo visitar cada professor, conversando e brincando com os alunos, levando um pouca de sua alegria à família do SPN. Depois de jantar com os estudantes foi pregar na Igreja da Encruzilhada.

Longe estavam de imaginar aqueles que o ouviam naquela noite, que pela última vez ele entregava a mensagem do Evangelho, e que seria imediatamente chamado à presença do Senhor

De fato, vítima de um enfarte, veio a falecer aos primeiros minutos do dia 9 de setembro. Foi assistido nos últimos momentos pelo seu irmão Ervegisto Falcão.

Últimas Homenagens

Durante todo aquele dia seu corpo permaneceu no Salão Nobre do Seminário, recebendo a visita de centenas de pessoas.

Todos os ministros presbiterianos de Recife, muitos de outras denominações e mais alguns de Estados vizinhos, vieram prestar suas últimas homenagens ao grande mestre.

Da amizade que cultivou em todas as camadas sociais, de todas as homenagens que lhe foram prestadas, dos discursos proferidos ante seu túmulo, da saudade presente em cada coração, podemos concluir que o Rev. Samuel Falcão soube temperar a sua vasta cultura com a excelsa virtude da humildade.

ENOS MOURA

(Do Instituto Martinho de Oliveira de Pesquisas Presbiterianas)

Recife, janeiro de 1967.

SÍNTESE DO LIVRO

Esta tese sobre um dos assuntos mais difíceis da teologia, não tem a pretensão de ser originalidade. A predestinação é um assunto muito estudado. Todavia o esboço aqui usado e a linguagem simples aqui empregada poderão, talvez, ajudar o leitor que ainda não estudou o assunto profundamente e deseja ter uma introdução a essa doutrina. A posição do autor é calvinista, e, ainda que reconheça as muitas dificuldades e embaraços envolvidos no assunto, ele crê firmemente que esta é a posição das Escrituras.

1 - No primeiro capítulo o autor considera a dificuldade do assunto em comparação com as dificuldades de outras matérias da Bíblia; faz a declaração do humilde objetivo da teologia, que não é explicar, mas expor os fatos da Revelação; apresenta a razão pela qual ele escolheu o assunto desta tese; diz como se deve aproximar do assunto, e a quem ele pensa que deve ser ensinado; e faz uma advertência acerca da necessidade de equilíbrio na apresentação da doutrina, evitando extremos devido ao fato de ela ter um lado divino e outro humano.

2 - O segundo capítulo é uma breve apresentação da doutrina dos decretos de Deus, de que a predestinação é o mais importante capítulo. Depois, declarando a necessidade de uma previa consideração da doutrina dos decretos de Deus, o autor explica o significado do termo e apresenta uma declaração da doutrina. Em seguida apresenta os argumentos que provam a doutrina, particularmente, as afirmações claras da Bíblia: a consideração da sabedoria de Deus, sua soberania, presciência e providência; e a consideração da profecia e da história. Apresenta oito características ou propriedades dos decretos de Deus, a saber:

unidade, eternidade, imutabilidade, universalidade, eficácia, liberdade, incondicionalidade e sabedoria. Na secção seguinte considera os decretos positivos, o problema da origem do mal e do pecado. Três fatos que todos os cristãos têm que aceitar são apresentados, e também três possíveis explicações da razão pela qual Deus permitiu o pecado. A parte final do capítulo é uma consideração do principal objetivo dos decretos de Deus, a saber, a manifestação de sua glória.

3 - No capítulo terceiro, que trata do assunto principal da tese, a predestinação, o autor começa com a definição da doutrina e a apresentação dela em duas divisões: eleição e reprobção. Então, apresenta as doutrinas implicadas na predestinação, a saber: a doutrina da depravação total, da regeneração, da graça, da soberania de Deus e da providência. Depois desenvolve a doutrina da eleição. Após apresentar a base bíblica dessa doutrina, o autor menciona as diferentes espécies de eleição encontradas na Bíblia, e apresenta as duas teorias sobre a eleição para a salvação: Arminianismo e Calvinismo. Em seguida, apresenta três teorias sobre a predestinação e conclui o capítulo com uma secção sobre a reprobção ou preterição — sua definição, significado, prova, justiça e razões.

4 - O quarto capítulo, que é a conclusão, tem duas secções: objeções e aplicações práticas. Seis das objeções mais comuns a essas doutrinas são consideradas: a questão da harmonia entre a soberania de Deus e a vontade livre do homem; a acusação de que essas doutrinas não passam de fatalismo; a afirmação de que essas doutrinas anulam todos os motivos do esforço humano; a acusação de que a eleição faz de Deus uma pessoa insincera no seu oferecimento, universal do Evangelho; que faz de Deus uma pessoa parcial, porque

faz acepção de pessoas; e que essa doutrina contraria as passagens bíblicas que afirmam que Deus deseja salvar todos os homens. Na segunda secção, quatro aplicações práticas dessas doutrinas são delineadas, principalmente o conforto que elas trazem ao coração do crente, seu resultado em glorificar a Deus e fazer humilde o homem; a segurança que elas dão ao crente e a confiança que transmitem ao pregador.

CONTEÚDO

CAPÍTULO I.....	9
Introdução.....	9
I — Assunto difícil.....	9
II — Dificuldades de outros assuntos na Bíblia:.....	9
III — O Objetivo da Teologia:.....	10
IV — A razão por que escolhi a predestinação como assunto da minha tese.....	10
V — Como considerar o assunto:.....	11
VI — A quem devemos ensinar o assunto.....	12
VII — Necessidade de equilíbrio:.....	12
CAPÍTULO II.....	13
I - A necessidade de uma declaração prévia e de uma exposição dos decretos de Deus:.....	13
II - Significado do termo:.....	13
III - Declaração da doutrina dos decretos de Deus.....	14
IV — Argumentos que provam a Doutrina.....	14
1. Argumento da Bíblia.....	14
2. Argumento da sabedoria divina.....	15
3. Argumento da Soberania de Deus:.....	17
4. Argumento da Presciência de Deus:.....	19
5. Argumento da Providência de Deus:.....	22
6. Argumento da Profecia e da História.....	24
V - Algumas Características ou Propriedades dos Decretos de Deus.....	28
1. Unidade.....	28
2. Eternidade.....	29
3. Imutabilidade.....	30
4. Universalidade.....	31
5. Eficácia.....	32
6. Liberdade.....	32
7. Incondicionalidade.....	33
8. Sabedoria.....	33
VI - Decretos Positivos e Permissivos.....	35
1. Três fatos a respeito do problema do mal:.....	36
2. Três possíveis explicações da razão pela qual Deus permitiu o pecado:.....	38
VII — O Objetivo dos Decretos de Deus.....	40
6) Quatro razões pelas quais Deus tem o direito de buscar a sua glória:.....	41

CAPÍTULO III.....	42
I – Definição da Doutrina.....	42
II – As Duas Divisões da Doutrina da Predestinação: Eleição e Reprovação ou Preterição.....	44
III – Doutrinas que implicam Predestinação.....	44
1. A doutrina do Pecado Original e Depravação Total.....	45
2. A doutrina da Regeneração ou Novo Nascimento.....	49
3. A doutrina da Salvação só pela Graça.....	51
4. A doutrina da Soberania de Deus.....	52
IV – A Doutrina da Eleição.....	55
1. A doutrina na Bíblia.....	55
2. Diferentes espécies de eleição.....	56
3. Diferentes Teorias sobre Eleição para a Salvação.....	59
3.1 - Arminianismo.....	59
3.2 - Calvinismo.....	67
a) Deus é o Autor da Eleição.....	68
b) A Eleição é desde a eternidade.....	69
c) A Eleição é em Cristo.....	69
d) A Eleição não depende de nossos méritos, mas unicamente da soberana graça de Deus.....	70
e) A Eleição tem a nossa salvação como seu objetivo imediato.....	70
f) A Eleição resultará na glória de Deus.....	71
g) A Eleição tem indivíduos por alvo.....	71
h) A Eleição inclui tanto o fim como os meios.....	72
3. Universalismo hipotético.....	77
VI – A Doutrina da Preterição ou Reprovação.....	79
1. Definição de Reprovação.....	79
2. O Sentido da Reprovação.....	80
3. Prova da reprovação.....	81
4. Justiça da reprovação.....	84
5. Razão da Reprovação.....	86
CAPÍTULO IV.....	87
I – CONCLUSÃO: OBJEÇÕES E APLICAÇÕES PRÁTICAS.....	87
1. Objeções às doutrinas dos Decretos e da Predestinação de Deus.....	87
1. A primeira e mais importante objeção contra estas doutrinas é a que se refere à harmonia entre a soberania de Deus e o livre arbítrio ou livre agência do homem.....	87
6. Outra objeção contra a Predestinação deriva de passagens que afirmam que Deus quer a salvação de todos os homens, e de passagens em que se diz dependerem as bênçãos de Deus da aceitação de sua oferta de salvação por parte do homem.....	96
II – Aplicações Práticas das Doutrinas dos Decretos e da Predestinação.....	98
1. Estas doutrinas trazem conforto ao crente.....	98
2. Estas doutrinas resultam na glória de Deus e na humilhação do homem.....	99
3. Estas doutrinas trazem certeza ao crente.....	100
4. Estas doutrinas fornecem maior confiança ao pregador.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	101
A. LIVROS.....	101
B. ARTIGOS E ENSAIOS.....	103
C. COMENTÁRIOS.....	103

CAPÍTULO I

Introdução

I — Assunto difícil

Estou ciente que a Predestinação é talvez o mais difícil assunto da Teologia Cristã. É um ramo da profundíssima doutrina dos Decretos de Deus. Está relacionada com todas as outras grandes e fundamentais doutrinas da Revelação Divina, devendo-se dizer o mesmo de qualquer outro assunto da Teologia, visto como esta sublime ciência constitui um todo orgânico e harmonioso. A doutrina da Predestinação torna-se difícil de modo especial quando procuramos harmonizar a soberania do Deus, em escolher pessoas, com a livre vontade e a responsabilidade do homem, em aceitar ou rejeitar seus apelos e convites. Esta doutrina é difícil também por causa de sua íntima relação com o assunto embaraçoso da origem do mal moral neste mundo. É possível que Pedro se referisse especialmente a Predestinação quando escreveu a respeito de Paulo: “ *Como igualmente o nosso amado irmão Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada, ao falar acerca destes assuntos, como de fato costuma fazer em todas as suas epístolas, nas quais há certas coisas difíceis de entender*” (2Pedro 3: 15-16).

II — Dificuldades de outros assuntos na Bíblia:

Temos de reconhecer, contudo, que a predestinação não é o único assunto difícil e complicado na Revelação de Deus. Quem é capaz de entender a doutrina da Trindade? Quem pode explicar a união das naturezas divina e humana na pessoa de Cristo? Quem

pode compreender completamente a doutrina da Expição? Quem pode explicar o mistério da Providência? Como disse Abraão Kuyper:

“Aqui nós somos confrontados por um incompreensível mistério. Nossa concepção finita entra em contacto diretamente com aquilo que é eterno e infinito em Deus, e que é inteiramente além da possibilidade de compreensão pelas nossas mentes e entendimentos limitados. Não podemos argumentar, especular, explicar, compreender, nem penetrar na eleição. Não podemos compreender, nem entender a existência de três pessoas em uma na Trindade. Não podemos compreender a criação de alguma criatura pela vontade do

*Criador. Não podemos entender como o Filho de Deus assumiu a carne e o sangue do homem, ao mesmo tempo, Ele Deus e homem. Não podemos compreender nosso próprio nascimento, nossa existência em alma e corpo, e a continuação de nossa existência depois da separação entre o corpo e alma. Não podemos compreender a origem dos pensamentos em nossa mente. Não podemos entender a essência do amor, da vida ou da morte. Em resumo, ficamos perplexos e confusos quando tentamos com nossa compreensão finita penetrar na verdadeira essência das coisas, e ultrapassar os limites daquilo que é finito”.*¹

Pelo fato de não podermos compreender totalmente estas doutrinas, há razão para rejeitá-las? Pelo contrário, este fato constitui uma prova de que elas são de Deus. Se a Bíblia fosse de srcem humana, o homem poderia entender e explicar todas as suas doutrinas, porque **o que os homens inventam pode ser explicado pelos homens.**

Simple na Bíblia pursue há inteligência da Natureza e da Providência. Ela é a, há mistério na Bíblia. Todavia, estas três vêm de Deus. Os homens não poderiam inventar aquilo que eles não entendem o que é contrário à sua maneira de pensar. Como Paulo escreveu “ *O homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, por que lhe são loucura; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente.*” (I Co. 2:14)

III — O Objetivo da Teologia:

Sobretudo, não devemos esquecer que o objetivo da Teologia não é **explicar**, mas **expor** os fatos da Revelação de Deus. Temos que receber esses fatos pela fé, e a fé é um paradoxo, porque é **ver** o **invisível**, é **receber** coisas que ainda não **vieram**, e é **entender** aquilo que é humanamente ininteligível. “ *A fé é a certeza das coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem... pela fé entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus*”. (Hb. 11:13). Ter fé é depender de Deus, não somente com respeito à nossa salvação, mas também em referencia ao nosso conhecimento. Como filhos de Deus estamos satisfeitos porque nosso Pai sabe todas as coisas. Em referencia a este fato Dr. Charles Hodge fez as seguintes observações:

“Deve-se lembrar que a teologia não é filosofia. Ela não pretende descobrir a verdade, ou reconciliar aquilo que ensina como verdadeiro com todas as outras verdades. É sua incumbência declarar simplesmente o que Deus tem revelado em sua Palavra e defender essas declarações, tanto quanto possível das noções falsas e das objeções. É necessário lembrar este limitado e humilde trabalho da teologia, quando falamos dos atos e propósitos de Deus”.

IV — A razão por que escolhi a predestinação como assunto da minha tese.

“Por que não escolheu um assunto mais proveitoso para sua tese?” Perguntou um dos meus amigos. A razão é que este assunto tem sido um dos mais embaraçosos para mim

desde o início dos meus estudos teológicos e mesmo antes. A primeira vez que pensei pregar quando cursava o ginásio. Durante as férias tinha de ajudar o pastor da minha igreja, que cuidava de outras duas igrejas. No primeiro domingo que eu tive de substituí-lo, ensinei na sua classe na Escola Dominical. O estudo era sobre a epístola aos Romanos, e o capítulo sobre o qual eu tinha que ensinar naquele domingo não era outro senão o capítulo nove. Eu apenas pude ler o capítulo e fazer um comentário muito breve sobre ele. Após o

¹ Abraão Kuyper, *Biblical Doc. of Election*, p. 8.

culto uma senhora recém-convertida aproximou-se de mim muito perturbada e transtornada, e perguntou-me: “Se é como S. Paulo diz naquele capítulo, porque eu tenho que orar pelo meu marido? Se ele foi eleito, será salvo; mas se não foi, não adianta orar por ele”. Não fui capaz de explicar-lhe essa dificuldade, mas depois daquele dia comecei a pensar no assunto. Contudo, desde que aceitei a cadeira de Teologia Sistemática no Seminário Evangélico do Norte, em Recife, Pernambuco, este assunto tem dado ocasião para mais discussões e perplexidades entre os estudantes do que qualquer outro dos grandes assuntos da Bíblia. Tendo vindo aos Estados Unidos para fazer um curso especial neste Seminário, resolvi aproveitar a oportunidade para fazer um estudo especial sobre este assunto e também escrever uma tese sobre ele. Depois de ter lido cerca de quarenta livros e artigos sobre o assunto, ainda penso que ele envolve problemas que ninguém é capaz de resolver na vida presente; esta opinião é sustentada pelos maiores teólogos que eu tenho consultado sobre o assunto.

V — Como considerar o assunto:

Estudando um assunto como predestinação em que o eterno destino dos seres morais está envolvido, e, especialmente, em que a concepção dos homens sobre o amor e a justiça de Deus está em jogo, devemos considerá-lo com um espírito muito humilde, reconhecendo a nossa ignorância e finidade, e por conseguinte nossa incapacidade para entender esse mistério de Deus, que somente o seu Espírito é capaz de esquadriñar e entender completamente. (I Co. 2:10-12.) Considerando um assunto como predestinação devemos fazer o que Moisés fez, a saber, tirar os sapatos dos pés, porque o lugar onde estamos pisando é terra santa. (Ex. 3:5). Estudando este assunto não devemos nos es-

que vos do que Deus disse: *“Os caminhos pela qual ando não são passados os pensamentos mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos mais altos do que os vossos pensamentos”*. (Is.55:8,9.). Estudando este assunto e outros semelhantes, devemos lembrar que *“agora vemos como em espelho, obscuramente, então veremos face a face”*; agora conhecemos *“em parte”*, e, somente quando estivermos com Deus veremos e conheceremos completamente. (1Co.13:12).

*“A doutrina deste alto mistério da predestinação **deve ser tratada com especial prudência e cuidado**, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua Palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus bem como de humildade, diligência, e abundante consolação”*.² (1)

Calvino, o grande expositor desta doutrina, por cujo nome esta parte da teologia é conhecida no mundo, apresenta a seguinte advertência, acerca do modo como a doutrina da predestinação deve ser tratada:

“A discussão da predestinação, um assunto de si mesmo mais do que intrincado é feita confusamente, e, por conseguinte, perigosamente pela curiosidade humana, que não tem barreiras para restringir o seu divagar pelos labirintos proibidos e o seu esvoaçar além da sua esfera, como que resolvida a não deixar inexplorados, ou inesquadriñados os segredos divinos... Primeiramente, então, façamo-los lembrar que quando inquirim sobre a predestinação, estão penetrando nos recessos mais recônditos da sabedoria divina... Devemos, então, em primeiro lugar, ter em mente que desejar algum outro conhecimento sobre a predestinação, além do que está revelado na Palavra de Deus, indica uma

grande loucura, é como desejar andar por caminhos intransponíveis, ou desejar ver o futuro. Não devemos nos empenhar em sermos ignorantes de algumas coisas relativas a um assunto, sobre o qual, quando nos reconhecemos ignorantes, isso é uma ignorância sábia”.³

Paulo, que foi inspirado pelo Espírito Santo, reconheceu a profundidade deste assunto

² (Confissão de Fé de Westminster, Cap. III, p. 8).

³ João Calvino, *Instituição da Religião Cristã* – Livro III, Cap. XXI, parágrafos I e II.

para a mente humana, e, exclamou, após fazer a mais completa apresentação do assunto no capítulo onze da Carta aos Romanos: “ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis são os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro lhe deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele e por meio dele e para ele são to das as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém.” (Rm 11:33-36).

VI — A quem devemos ensinar o assunto

Há alguns teólogos calvinistas que acham que nós devemos pregar sobre predestinação e ensinar o assunto para qualquer pessoa. Eu não penso assim. Deyemos seguir o exemplo de Cristo e de Paulo, que não falavam sobre certos assuntos profundos para aqueles que não estavam preparados para recebê-los. Jesus disse aos seus discípulos na véspera da crucificação: “Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não podeis suportar agora”. (Jo.16:12). E Paulo escreveu para os coríntios: “ Eu, porém, irmãos, não vos pude falar como a espirituais; e, sim, como a carnis, como a crianças em Cristo. Leite vos dei a beber, não vos dei alimento sólido; porque ainda não podíeis suportá-lo . Nem ainda agora podeis porque sois carnis”. (I Co.3:1,2). Na Epístola aos Hebreus, nós também lemos: “Pois, com efeito, quando devíeis ser mestres, atendendo ao tempo decorrido, tendes novamente necessidade de alguém que vos ensine de novo quais são os princípios elementares dos oráculos de Deus; assim vos tornastes como necessitados de leite, e não de alimento sólido. Ora, todo aquele que se alimenta de leite, é inexperiente na palavra da justiça, porque é criança. Mas o alimento sólido é para os adultos, para aqueles que, pela

prática, têm temas” suas fraquezas está eliminada, para, disse Cristo não somente ensinando, mas certas doutrinas profundas para aqueles que não estavam completamente preparados. Penso que esta regra se aplica à doutrina da predestinação, uma das mais profundas da Bíblia. Concordo totalmente com o Dr. Lewis Sperry Chafer nas seguintes observações que fez quando escreveu sobre os decretos divinos:

*“A extensão do prejuízo que tem sido lavrado em certos períodos da História da Igreja pela pregação indiscriminada para todas as classes de pessoas sobre as doutrinas da Soberania, Predestinação e Eleição não pode ser estimada... O evangelista quando apresenta sua mensagem aos perdidos ignora todos os problemas que se levantam concernentes aos fatos que pertencem às condições anteriores à queda do homem. É suficiente para o não regenerado que ele saiba que está legalmente condenado e que uma perfeita salvação é garantida para ele através da graça salvadora de Deus em Jesus Cristo”.*⁴

E, um pouco antes tinha declarado:

*“Muito daquilo que tem sido revelado não pertence totalmente aos regenerados, que por causa da sua imaturidade ou carnalidade, somente podem receber o "Leite da Palavra". Algumas porções da revelação divina, sendo divinamente classificadas como "alimento sólido", não são prometidas para crianças”*⁵. Devo acrescentar contudo, que nós cristãos não devemos permanecer crianças para sempre, mas necessitamos crescer "até que todos cheguemos... à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo". (Ef. 4:13; comparar com Hb. 6:1; II Pe 3:18).

VII — Necessidade de equilíbrio:

Um fato que devemos reconhecer de início é que na Bíblia temos a soberania de Deus e a responsabilidade do homem. Penso que é um erro dar ênfase a uma e desprezar a outra. Muitas vezes os calvinistas dão tanta ênfase à soberania de Deus que dá a impressão que não adianta apelar para o homem, fazendo assim ininteligível a multidão de apelos, desafios, convites e pedidos de que a Bíblia está cheia. Por outro lado os arminianos dão tanta ênfase à vontade livre e à responsabilidade do homem que perdem a visão da soberania de Deus. E ainda a de sua onipotência para fazer todas as coisas de acordo com

⁴ Lewis Sperry, *Bibliotheca Sacra* XCVI, 141

⁵ Lewis Sperry, *Bibliotheca Sacra* XCVI, 141

a sua vontade e os seus planos. Devemos lembrar que temos aqui dois lados do mesmo assunto: o divino e o humano. “**Partindo do lado divino, a salvação é toda de graça; partindo do lado humano, há responsabilidade e escolha**”.⁶ Pode-se dizer que a Escritura não realça um sistema determinista dos decretos de Deus a ponto de negar a liberdade humana. Sem dúvida, há muitas declarações de tendência determinista nas Escrituras, declarações que por si mesmas provêem um verdadeiro arsenal de passagens para quem deseja documentar uma teoria do determinismo absoluto. Mas, há também outro depósito de declarações bíblicas para o teólogo que deseja defender a tese de que o homem, pelo menos nas decisões importantes da vida, é capaz de fazer uma escolha genuína. Como Robert L. Dabney observa: “**Pode-se acrescentar que quando você se aproxima da teologia revelada, encontra as Escrituras (que tão freqüentemente apresenta o decreto de Deus e a providência) asseverar e afirmar com igual freqüência a ação livre do homem**”.⁷

Por causa desse fato podemos dizer (como costumam dizer na Inglaterra) que “*um calvinista é arminiano de pé, e um arminiano é calvinista de joelhos*”, porque os calvinistas apelam para a vontade do homem e sua escolha quando pregam, e os arminianos reconhecem que tudo depende de Deus quando oram. Devemos orar como se tudo dependesse de Deus, e pregar como se tudo dependesse do homem.

“Somente para ilustrar isto devemos dizer que o cristão bíblico deve ser e será ‘um calvinista de joelho, e um arminiano de pé’. Ele orará por si mesmo e pelos outros confiando num Deus que tem todas as escolhas humanas dependendo da Sua Vontade. Apelará para si mesmo e para os outros como se a vontade e a

responsabilidade do homem fossem reais. Não que a verdade esteja igualmente nas Escrituras uma ênfase aos dois pontos. E o completo segredo da harmonia entre os dois está em Deus”.⁸ E, assim, como temos sugerido, quando o Evangelho é pregado todos os pecadores ouvem o convite: “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei”. Mat. 11:28. Mas quando alguns aceitam esse convite e vêm, sabem que vieram porque são ovelhas de Jesus, dadas a Ele pelo Pai (Jo.10:26 a 29). Do lado de fora do céu está escrito: “Aquele que tem sede, venha, e quem quiser receba de graça a água da vida”. (Ap. 22:17). Mas, dentro do céu está escrito: “assim como nos escolheu n’Ele, antes da fundação do mundo”. (Ef.1:4).

CAPÍTULO II

OS DECRETOS DE DEUS

I - A necessidade de uma declaração prévia e de uma exposição dos decretos de Deus:

Antes de estudar a doutrina da predestinação, é indispensável considerar a doutrina dos decretos de Deus, desde que a predestinação, como já foi dito na introdução, é um ramo dessa importante doutrina. A relação entre elas é tão íntima que alguns teólogos têm

~~usado a palavra predestinação “como equivalente à palavra genérica decreto, incluindo todos os eternos propósitos de Deus”.~~

II - Significado do termo:

⁶ James Orr, Hasting's One Vol. Bib. Dic., artigo - *Election*.

⁷ John Newton Thomas, *The Sovereignty of God*, Union Sem. Review LII, 227.

⁸ H. C. G. Moule, *Outlines of Christian Theology*, p. 45.

⁹ A. A. Hodge, *Outlines of Theo.*, p. 214.

“O termo **decreto divino** é uma tentativa para reunir em uma designação aquilo que a Bíblia apresenta com várias palavras e expressões: “o propósito divino”, (Ef.1:11), “determinado conselho”, (At.2:23), “presciência” (1Pe.1:2; comparar com 1:20), “eleição”, (1Ts.1:4), “predestinação”, (Rm.8:30), “a vontade divina”, (Ef.1:11), e “beneplácito” (Ef.1:9).” (**Chafer**).

Decreto divino é o termo geral, e refere-se ao plano de Deus em toda a criação; predestinação é um aspecto particular ou divisão do decreto de Deus, e, refere-se a seres morais, tanto anjos como homens, e está dividida em dois aspectos: a eleição dos salvos, e a reprovação ou preterição dos condenados.

III - Declaração da doutrina dos decretos de Deus.

A mais concisa e compreensiva declaração da doutrina dos decretos divinos está no Breve Catecismo, na resposta a pergunta 7: “*Os decretos de Deus são o seu eterno propósito de acordo com o conselho da sua vontade, pelo qual, para sua própria glória, Ele predestinou tudo que acontece*”. Essa definição é formada pelas próprias palavras das Escrituras, que são à base da doutrina.

A mesma doutrina é definida no Catecismo Maior com as seguintes palavras (resposta à pergunta 12): “*Os decretos do Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho da sua vontade, pelos quais, desde toda a eternidade, Ele, para sua própria glória, imutavelmente, predestinou tudo que acontece, especialmente com referência aos anjos e aos homens*”.

Na confissão de fé a doutrina é apresentada nestes termos: “***Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém, de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas***”.¹⁰

Dr. A. A. Hodge define esta doutrina com as seguintes palavras:

“O decreto de Deus é o seu eterno, imutável, santo, sábio e soberano propósito que compreende ao mesmo tempo todas as coisas que foram e que hão de ser em suas causas, condições, sucessões e relações, e que determinam o seu futuro. Os vários conteúdos do eterno propósito são denominados decretos, por causa da limitação das nossas faculdades que os concebem em seus aspectos parciais e em suas relações lógicas”.¹¹

Isto é suficiente para a declaração da doutrina. Consideremos agora os argumentos que provam sua verdade.

IV — Argumentos que provam a Doutrina.

1. Argumento da Bíblia.

Para aqueles que crêem na Bíblia como a revelação de Deus para a humanidade, a prova suprema, o argumento por excelência em favor de qualquer doutrina é aquele que é derivado das Escrituras. Assim começaremos com esta espécie de prova.

Há muitas passagens na Bíblia que ensinam a doutrina dos decretos de Deus. Esta doutrina constitui na realidade uma das tônicas gerais dos ensinamentos bíblicos. O Dr. Benjamin Warfield fez a seguinte declaração acerca desse fato:

“*Não é dizer demais que ela (a doutrina da predestinação, e por conseguinte, os decretos de Deus) é fundamental para a consciência religiosa de todos os escritores da Bíblia; e assim, envolve todas as suas concepções religiosas, que, se fossem erradicadas, toda a apresentação bíblica seria transformada. Isto é verdade tanto com respeito ao Velho como ao Novo Testamento, como poderá ser suficientemente manifesto se prestarmos atenção à natureza e às implicações dos elementos formativos do sistema do Velho Testamento, bem como as suas*

¹⁰ Confissão de Fé. cap. III. § I.

¹¹ A. A. Hodge, *Outlines of Theo.*, p. 200.

doutrinas de Deus, da providência, da fé e do reino de Deus".¹²

O que se segue é uma série de passagens bíblicas que ensinam essa doutrina: "O conselho do Senhor dura para sempre, os desígnios do seu coração por todas as gerações". (**Sl.33:11**). "Este é o desígnio que se formou concernente a toda a terra; e esta é a mão que está estendida sobre todas as nações. Porque o Senhor dos Exércitos o determinou; quem, pois, o invalidará? A tua mão está estendida; quem, pois, a fará voltar atrás?" (**Is.14:26-27**). "Lembra-vos das coisas passadas da antigüidade; que sou Deus e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer, e desde a antigüidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: o

~~meu conselho permanecerá de pé, e não será quebrado, e eu farei toda a minha vontade.~~" (**Is.46:9-10**). "O meu conselho permanece, e eu farei toda a minha vontade." (**Is.46:10**). "O Senhor é e eu sou sempre, e cujo reino é de geração em geração. Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada e segundo a sua vontade ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: que fazes?" (**Dn.4:34-35**) "Não se vendem dois pardais por um asse? E nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai. E quanto a vós outros, até os cabelos todos da cabeça estão contados." (**Mat.10:29-30**). "Porque o Filho do homem, na verdade, vai segundo o que está determinado, mas aí daquele por intermédio de quem ele está sendo traído". (**Lc.22:22**). "... sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mão de iníquos". (**At.2:23**) "Porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e povos de Israel para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram". (**At.4:27-28**). "... de um só fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, havendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites da sua habitação." (**At.17:26**). "Diz o Senhor que faz estas coisas conhecidas desde séculos". (**At. 4:18**) "Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito. Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes a imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou." (**Rm.8:28-30**). "Mas falamos a sabedoria de Deus em mistério, outrora oculta, a qual Deus preordenou desde a eternidade para nossa glória". (**1Co.2:7**) "... nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas, conforme o conselho da sua vontade". (**Ef.1:11**). "Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas". (**Ef.2:10**) "... segundo o poder de Deus, que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos". (**2Tm.1:8-9**) "... sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis, como prata ou ouro que fostes resgatados do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram, mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo, conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifesto no fim dos tempos, por amor de vós". (**1Pe.1:18-20**), etc, etc.

Estas passagens e muitas outras que poderiam ser facilmente acrescentadas, mostram que o Deus todo poderoso tem um plano ou propósito para este universo que é dele. Este plano ou propósito foi concebido na eternidade e está sendo executado no tempo. É um plano sábio porque está de acordo com o conselho de Deus. É um plano bom porque é para a glória de Deus. É um plano eterno porque foi concebido "antes da fundação do mundo". É um plano poderoso porque ninguém pode anular. É um "plano suficientemente grande para abarcar todo o universo, suficientemente minucioso para se interessar com os mínimos detalhes, e atualizando-se com inevitável certeza em cada acontecimento que sucede". (**Dr. Warfield**).

2. Argumento da sabedoria divina.

Se Deus é um ser racional e superior, deve ser sábio. Sendo infinito, deve ser infinitamente sábio. Nenhum ser sábio faria alguma coisa sem um plano bem pensado e

¹² Benjamin B. Warfield, *Biblical Doctrines*, art. "Predestination" p.7.

*"Nenhuma dedução que respeito a Deus pode ser mais das obras, ou enganosas do que a de acordo com o plano que articula a ordem de sua inteligência infinita. A mente humana poderia imaginar uma situação em que nada tivesse ainda sido criado, quando Deus tinha diante dele uma infinita variedade de planos possíveis para escolher; e que finalmente escolheria o melhor plano divisado pela infinita sabedoria, consumado pelo infinito poder, e, que seria a suprema satisfação para seu infinito amor."*¹³

um extensível e gerador de detalhes. Se Ele tem um plano, agora, este deve ser feito no mesmo plano imutável desde o princípio. Decreto de Deus, por conseguinte, é o ato de uma pessoa infinita, absoluta, eterna, imutável e soberana, compreendendo um plano que abrange todas as suas obras, de todas as espécies, grandes e pequenas, desde o começo da criação até a infundável eternidade. Por esta razão ele deve ser incompreensível e não pode ser condicionado por algo exterior a Deus, pois já estava acabado antes que existisse qualquer coisa exterior a ele, e, por isso, abrange e determina todas essas supostas coisas exteriores e todas as condições delas para sempre.”¹⁴

*"Apesar de algumas pessoas se oporem teoricamente à predestinação, todos nós, em nossa vida diária seguimos praticamente a predestinação. O nosso maior e mais importante empreendimento teve um plano feito por nós, de outro modo, nossa obra terminaria em fracasso. Uma pessoa seria considerada mentalmente perturbada se resolvesse construir um navio, ou uma estrada de ferro, ou governar uma nação, sem um plano. Foi-nos contado que antes de Napoleão começar a invasão da Rússia, tinha feito um plano bem elaborado em seus detalhes, mostrando que linha de marcha cada divisão de seu exército devia seguir, onde devia estar em determinado tempo, que equipamento e provisão devia ter, etc. Tudo o que faltou no plano foi devido às limitações da sabedoria e do poder do homem. Tivesse Napoleão uma previsão perfeita e um controle absoluto dos acontecimentos, seu plano, ou como nós poderíamos dizer, sua predestinação teria se estendido a cada soldado que executou aquela marcha."*¹⁶

O homem foi feito à imagem de Deus. Isso significa que o homem é uma espécie de

¹⁶ Lorraine Boettner, *op. cit.*, pp.20, 21.

miniatura de Deus. O que o homem é e tem em uma escala limitada, Deus é e tem em uma escala absoluta e infinita (exceto o pecado, que é alguma coisa que o homem adquiriu depois de ser criado por Deus). A inteligência é um dos atributos do homem. Por conseguinte, Deus deve ser infinitamente inteligente e sábio. Como nós temos visto, uma das expressões da inteligência e da sabedoria do homem é que ele, em tudo que faz, prepara um plano e o segue. A conclusão lógica, portanto, é que Deus, sendo infinitamente inteligente e sábio, deve ter um plano perfeito e compreensivo para toda a sua criação. É este plano que nós chamamos decretos de Deus. Por conseguinte, a sabedoria de Deus prove os decretos divinos.

3. Argumento da Soberania de Deus:

O dicionário define a palavra soberano como um que “ *possui suprema autoridade*”; que exerce ou possui “ *suprema ou suprema jurisdição de poderes* ”; que não está sujeito a nada. A palavra vem do latim **super** — acima, e significa literalmente um que está acima dos outros. Deus está acima de cada coisa e de cada criatura. Ele é soberano. Uma boa definição de soberania de Deus é a seguinte: “ *Soberania de Deus é seu poder e direito de domínio sobre todas as suas criaturas para dispô-las e determiná-las, como lhe parece melhor. Este atributo é evidentemente demonstrado no sistema da criação, providência e graça; pode ser considerado como absoluto, universal e eterno.*” ¹⁷ (1)

Soberano é sinônimo de rei, monarca, potentado e imperador. Reconhecer a soberania de Deus é, por conseguinte, reconhecer sua realeza. A mais alta concepção que o homem pode ter de autoridade está incorporada na pessoa de um rei. Esta é a concepção bíblica de Deus. “*Tua, Senhor, é a grandeza, o poder, a honra, a vitória e a majestade; porque teu é tudo quanto há nos céus e na terra; teu, Senhor, é o reino, e tu te exaltaste por chefe sobre todos. Riquezas e glória vem de ti, tu dominas sobre tudo, na tua mão há força e poder; contigo está o engrandecer e a tudo dar força.*” (1Cr.29:11,12).

“*Reina o Senhor. Revestiu-se de majestade; de poder se revestiu o Senhor, e se cingiu. Firmou o mundo, que não vacila. Desde a antigüidade está firme o teu trono: tu és desde a eternidade*”. (Sl.93:1,2). “*Porque o Senhor é o Deus supremo, e o grande rei acima de todos os deuses... Vinde, adoremos e prostremo-nos; ajoelhemo-nos diante do Senhor que nos criou*” (Sl.95:3,6). “*Com efeito, eu sei que o Senhor é grande, e que o nosso Deus está acima de todos os deuses. Tudo quanto aprouve ao Senhor, ele o fez, nos céus e na terra, no mar e em todos os abismos*” (Sl.135:5,6). “*Então ouvi uma como voz de numerosa multidão, como de muitas águas, e como de fortes trovões, dizendo: Aleluia! pois reina o Senhor nosso Deus, o Todo-Poderoso*” (Ap. 19:6).

Há muitas outras passagens que falam a respeito de Deus como rei e governador, sobre todas as coisas e sobre cada ser que ele criou nos céus e na terra. São tão numerosas porém essas passagens que é impossível citar todas. Elas apresentam Deus reinando com todo poder, bondade e sabedoria. Elas falam dele assentado sobre um alto e sublime trono, como o rei dos reis, Cada criatura no universo tem que se curvar diante dele. Até satanás e os demônios têm que reconhecer sua soberania. Satanás não podia fazer qualquer coisa contra Jó sem sua permissão (Jó.1:9-12; 2:4-6). Reconhecendo Cristo como Deus, os demônios admitiam a possibilidade de serem atormentados por ele “ *antes do tempo*”, e de serem por ele mandados imediatamente para o abismo. E eles não podiam entrar nos porcos sem a permissão dele (Mt.8:28,33; Mc.5:1-13; Lc.8:26-33).

“*Criação implica soberania. Qualquer que acredita em Deus como criador não pode negar sua soberania sobre tudo que Ele fez. Isto é observado na vida diária. Ninguém jamais teve oportunidade de dizer que ia existir antes de existir. A existência lhe foi dada sem que fosse pedido o seu consentimento. Uma mão soberana o introduziu na existência, colocou-o dentro de um torvelinho de experiências, sem possibilidade para interrupção e descanso; e fez isso sem perguntar se Ele queria ou não. Nenhum homem jamais escolheu a data e o lugar do seu nascimento, ou sua nacionalidade; se nasceria na época antediluviana ou no século XX, se nasceria na China ou na América, se seria esquimó*

¹⁷ M’clintock and Strong, *Cyclopedia*, “Sovereignty”.

ou americano. Nada é mais evidente para o homem racional do que o fato de existir uma soberania dirigindo sua vida”.¹⁸

“Na grande expansão da eternidade que se estende antes de Gn. 1:1, o universo não tinha nascido e a criação existia somente na mente do Criador. Em sua soberana majestade Deus existia sozinho. Nós nos referimos àquele longínquo período antes que os céus e a terra fossem criados. Não havia anjos para entoar hinos de louvor a Deus, nem criatura para ocupar sua atenção, nem rebeldes para serem trazidos em sujeição. O grande Deus era a totalidade única no meio do espantoso silêncio de seu próprio vasto universo. Mas, ainda naquele tempo,

~~era, que pode ser chamado tempo. Deus era soberano. Ele podia criar ou não, podia criar um mundo ou milhões de mundos; e quem existia para se opor à sua vontade? Ele podia chamar à existência um milhão de criaturas diferentes e colocá-las em igualdade absoluta, dotando-as com as mesmas faculdades, pondo-as no mesmo ambiente; ou Ele podia criar milhões de criaturas, cada uma diferente da outra, não possuindo nada em comum, exceto a sua condição de criatura, e quem haveria para se opor a esse direito? Se Ele assim desejasse poderia chamar à existência um mundo tão imenso que suas dimensões estariam além da estimativa finita. E, se estivesse disposto, poderia criar um organismo tão pequeno que nada, exceto o mais poderoso microscópio poderia revelar sua existência aos olhos humanos. Era seu soberano direito criar, por um lado, o exaltado serafim para queimar ao redor do seu trono, e, por outro lado, criar um inseto tão frágil que morre na mesma hora que nasce. Se o poderoso Deus escolhesse ter uma vasta graduação em seu universo, desde o mais sublime serafim até o réptil que se arrasta, desde os mundos em revolução aos átomos flutuantes, do macrocosmo ao microcosmo, em vez de fazer cada coisa uniforme, quem poderia questionar sua vontade soberana?”.¹⁹ Ver Jó 38:1-21.~~

Dr. Warfield prova em seu artigo (“*Predestinação*” Biblical Doctrines, p. 7) que a concepção do Velho Testamento sobre Deus é a de uma pessoa moral, toda poderoso a que dirige todo o universo.

“Não podemos pensar em Deus senão como um ser que determina tudo o que acontece no mundo, deste mundo que é produto de seu ato criador. A doutrina da providência, que está espalhada em todas as páginas do Velho Testamento sustenta totalmente esta crença. O Todo Poderoso construtor é apresentado também como o irresistível governador de tudo quanto Ele tem feito. Todas as coisas sem exceção estão dispostas por Ele, e sua vontade é a última palavra para tudo o que acontece. Os céus e a terra e tudo o que neles há são instrumentos pelos quais Ele executa seus planos. A natureza, as nações e o destino do indivíduo são, igualmente, em todas as suas mutações, cópia de seu propósito. Os ventos são seus mensageiros, a chama de fogo sua serva, cada ocorrência é seu ato; a prosperidade é seu dom, e, se a calamidade cai sobre o homem é o Senhor que tem feito (Am.3:5,6; Lm. 3:33-38; Is.45:7; Ec.7:14; Is.44:16). É Ele que dirige os passos dos homens, quer eles saibam ou não, quem ergue e derriba; abre e endurece o coração; e, cria os pensamentos e intentos verdadeiros do coração.”²⁰

“Em uma palavra, a soberania da vontade divina, como princípio de tudo que acontece, é um postulado primário da vida religiosa, como também da visão do mundo como apresentada no Velho Testamento. Ela está implicada na verdadeira idéia de Deus, está dentro da concepção da relação de Deus com o universo e com tudo que acontece na natureza, na História e no destino dos indivíduos. Ela está também dentro do esquema da religião, seja nacional ou pessoal. Está colocada na base de todas as emoções religiosas e é o fundamento

¹⁸ David Clark, *A Syll. of Syst. Theo.*, p.94

¹⁹ Arthur Pink, *The Sovereignty of God*, pp. 35, 38.

²⁰ B. B. Warfield, op. cit., pp. 8, 9

de todo o caráter religioso construído em Israel".²¹

Como o Dr. Charles Hodge mostra, a soberania de Deus é exercida: 1) Estabelecendo as leis físicas e morais que governam suas criaturas; 2) Determinando a natureza e os poderes das diferentes ordens dos seres criados e designando cada um em sua esfera apropriada; 3) Apontando para cada indivíduo sua posição e seu destino; 4) E, também, nas distribuições de seus favores. " *porventura não me é lícito fazer o que eu quero do que é meu?*" Mt.20:15.

Em resumo, reconhecer Deus como o supremo soberano do universo, como governador moral do mundo, é admitir sua divindade e seu direito de dispor o que ele criou de acordo com sua vontade e seu plano, é dizer que Ele é na realidade um Deus e não um títere sujeito às circunstâncias que Ele não criou e não pode controlar; não um fantoche que acomoda seus planos às circunstâncias que não dependem dele, mas da vontade livre e dos atos de suas próprias criaturas. A concepção que nós temos de Deus, especialmente de acordo com o que aprendemos na Bíblia, obriga-nos a crer que, sendo soberano Ele decretou tudo o que acontece para sua glória e para o bem daqueles que o amam, "*daqueles que são chamados segundo o seu propósito*". (Rm.8:28). Ele nunca é derrotado. Ainda quando tudo parece estar contra o que Ele planejou, como quando Cristo era rejeitado pelas cidades onde operou a maioria de seus milagres e onde pregou a maioria de seus sermões; ainda assim, devemos fazer como Cristo fez naquela ocasião, isto é, deu graças a Deus porque tudo aconteceu de acordo com o seu plano. "*Passou, então, Jesus a increpar as cidades nas quais ele operara numerosos milagres, pelo fato de não se terem arrependido: Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque, se em Tiro e em Sidom se*

~~tivessem operado os milagres que aqui, vós sois fazendo, não digo o que elas se atariam~~
rigor para Tiro e Sidom do que para vós outras. Tu, Cafarnaum, elevar-te-ás, porventura, até ao céu? Descerás até ao inferno; porque, se em Sodoma se tivessem operado os milagres que em ti se fizeram, teria ela permanecido até ao dia de hoje. Digo-vos, porém, que menos rigor haverá, no Dia do Juízo, para com a terra de Sodoma do que para contigo. Por aquele tempo, exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado". (**Mt.11:20-26**). A morte de Cristo parecia ser uma grande derrota, no entanto, lemos na Bíblia, em referência a essa aparente frustração o seguinte: "*Varões israelitas, atendei a estas palavras: Jesus, o Nazareno, varão aprovado por Deus diante de vós com milagres, prodígios e sinais, os quais o próprio Deus realizou por intermédio dele entre vós, como vós mesmos sabeis; sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos*" (**At.2:22-23**). Ainda quando tudo está tão escuro como num dia de tempestade, nós sabemos que além e acima das nuvens escuras de nossa aflição e perplexidade, o Sol da misericórdia e do poder de Deus brilha e que, no fim, tudo acontecerá como Ele planejou e determinou para sua glória e nossa felicidade. É claro, portanto, que a soberania de Deus, pressupõe os seus decretos.

Gostaria de concluir esta secção com as seguintes observações do Dr. Charles Hodge:

"Não obstante essa soberania ser universal e absoluta, é soberania de sabedoria, santidade e amor. A autoridade de Deus não é limitada por nada fora dele mesmo, mas é controlada em todas as suas manifestações, por suas perfeições infinitas. Esta soberania é a base da paz e da confiança de todo o seu povo. Eles se regozijam porque o Senhor Deus Onipotente reina, porque nem a necessidade, nem o acaso, nem a loucura dos homens, nem a malícia de satanás controla a seqüência dos acontecimentos e os seus resultados finais. Sabedoria

infinita, amor e poder pertencem ao nosso grande Deus e Salvador, em cujas mãos estão confiados todos os poderes nos céus e na terra". (1)

4. Argumento da Presciência de Deus:

Deus sendo eterno, não há uma seqüência de tempo em suas atividades. Por conseguinte, sua presciência e seus decretos são de fato simultâneos. Existe, no entanto,

²¹ B. B. Warfield, op. cit., pp. 12, 13

²² Charles Hodge, op. cit., I, 441

uma relação **lógica** nas atividades; de Deus, embora não haja uma relação cronológica. Sendo assim, podemos perguntar: A presciência divina precede ou sucede aos decretos de Deus? Precisamos fazer aqui uma distinção muito importante para responder essa pergunta. Há de fato em Deus duas espécies de conhecimento, uma que logicamente precede, e outra que logicamente sucede aos seus decretos. A primeira é o conhecimento que Ele tem das **possibilidades**; e a segunda é o seu conhecimento ou antes, sua presciência da **certeza** dos fatos possíveis. Antes de decretar ou preordenar, Deus deve ter conhecido uma multidão de planos **possíveis**. Porém de nenhum desses planos possíveis podia haver **certeza** enquanto ele não decidisse neste sentido.

E com referência a este fato que a “Confissão de Fé” declara:
 “Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer **em todas as circunstâncias imagináveis**, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.”²³

Na “Confissão” citam-se duas passagens bíblicas que ilustram o conhecimento que Deus teve de **possibilidades** que nunca chegaram a ser **realidades**. Em 1Sam.23:11,12, Davi perguntou a Deus, “Entregar-me-ão os homens de Queila nas mãos dele? Descerá Saul, como o teu servo ouviu? Ah! SENHOR, Deus de Israel, faze-o saber ao teu servo. E disse o SENHOR: Descerá. Perguntou-lhe Davi: Entregar-me-ão os homens de Queila, a mim e aos meus servos, nas mãos de Saul? Respondeu o SENHOR: Entregarão.” Deus sabia o que aconteceria se Davi ali ficasse. Mas como não estava decretado que tal acontecesse, Davi foi avisado e retirou-se, pelo que aquilo jamais se realizou. Em Mat.11:21,23 Cristo disse que se tivesse feito em Tiro, Sidom e Sodoma os prodígios que fizera em Corazim, Betsaida e Cafarnaum, aquelas cidades pagãs ter-se-ia arrependido. Isso é conhecimento de uma **possibilidade** que não chegou nunca a se tornar **realidade**, porque não fora incluída nos decretos de Deus. Este não criou as circunstâncias que teriam resultado no arrependimento daquelas cidades pagãs, e assim é claro que Ele não preordenou a conversão delas. Todos os eventos, porém, que Deus conheceu antes ou previu como certos, esses Ele incluiu nos seus decretos, e os previu pela simples razão de havê-los decretado. Reconhecer, pois, que Deus prevê ou conhece de antemão tudo o que acontece é reconhecer que Ele tudo decretou.

“Decretar a criação implica em decretar-lhe os resultados previstos... Na eternidade não podia haver nenhuma causa da futura existência do universo fora do próprio Deus, visto como nenhum ser existia além dele. Na eternidade Deus previu que a criação do mundo e o estabelecimento das leis que o regem fariam certa sua história atual, até mesmo nos mais insignificantes detalhes. Mas Deus decretou, criar e estabelecer, essas leis. Assim decretando, decretou necessariamente tudo quanto haveria de acontecer. Por fim, Ele previu os acontecimentos futuros, do universo, como certos, porque decretou criar; porém tal determinação de criar envolveu também a determinação de todos os resultados atuais dessa criação ou, em outros termos, Deus decretou esses resultados”.²⁴

“O conhecimento de um plano como ideal ou possível pode preceder ao decreto; mas o conhecimento de um plano como real ou decidido deve seguir-se ao decreto... Deus portanto prevê a criação, as causas, as leis, os acontecimentos, as conseqüências porque decretou a criação, as causas, as leis, os acontecimentos, as conseqüências; isto é, porque Ele incluiu tudo isso em seu plano. A negação dos decretos envolve logicamente a negação da presciência que Deus tem das livres ações humanas; a isto são levados de fato os socinianos e alguns

arminianos. Deus conheceu as livres ações humanas como **possíveis, antes de decretá-las**; conheceu-as como **futuras**, haveriam de acontecer, **porque as decretou**... Quando digo, “Sei o que vou fazer”, é evidente que antes já tomei uma resolução; esse meu saber não precede a resolução, mas vem depois dela e nela se baseia... Existem pois duas espécies de conhecimento divino: **1. conhecimento do que pode acontecer — do possível (scientia simplicis**

²³ Confissão de Fé de Westminster, Cap.III, parag. II

²⁴ A. H. Strong, *Systematic Theology*, pg. 356.

intelligentiae); **2.** conhecimento do que há e do que vai acontecer, porque Deus o decretou (**scientia visionis**). Entre essas duas, o jesuíta espanhol Molina concebeu erroneamente uma outra, a saber, um conhecimento intermediário do que haveria de acontecer, embora Deus não o decretasse (**scientia media**). Seria este naturalmente um conhecimento que Deus fizesse derivar não de si mesmo, mas de suas criaturas! Mas decretar criar, quando Ele prevê que certos atos livres dos homens virão depois, é decretar tais atos livres no único sentido em que empregamos a palavra decreto, a saber, tornar certo, ou abranger em seu plano. Nenhum arminiano, que creia na presciência que Deus tem das livres ações humanas, tem boa razão para negar os decretos de Deus, explicados assim".²⁵

Mas, como harmonizar a presciência de Deus neste sentido, isto é, como resultado de seus decretos, com a responsabilidade do homem? Por causa desta dificuldade, os socinianos não admitem que Deus conheça de antemão as ações livres e contingentes dos homens, e assim negam de fato a onisciência divina. Os arminianos, no entanto, reconhecem que Deus prevê como certas as livres ações do homem, sem decretá-las, embora as inclua no seu plano. Mas se Deus viu antes que certa pessoa, criada em determinado tempo e lugar e colocada em certas circunstâncias, agiria de certo modo, e apesar disso a criou exatamente em tais circunstâncias, não é que Ele decretou que essa pessoa agisse desse modo? Entretanto, Deus não será responsável pelos atos dessa pessoa, porque esta age livremente, espontaneamente, de acordo com sua própria natureza e suas inclinações. Deus não a compele a fazer coisa alguma — a pessoa age por si mesma. Por que o povo de Queila não cometeu o crime de entregar Davi a Saul? Porque Deus avisou a Davi, de modo a desaparecerem as circunstâncias que a eles teriam sido favoráveis para a perpetração do delito. Suponha-se que Deus não tivesse avisado a Davi, que teria acontecido? Tê-lo-iam entregue a Saul. Isto provaria que Deus decretara que eles agissem dessa maneira, criando as circunstâncias que iam resultar naquele ato. Podemos dizer que Deus seria responsável pelo que fizessem com Davi? Não absolutamente. Eles é que seriam responsáveis pelo que fizessem, apesar de estar isso incluído nos decretos de Deus. O mesmo podemos dizer dos irmãos de José, e também de Judas e de todos quantos contribuíram para a crucificação de Cristo. Cometeram um crime, agiram livremente nisso, foram acusados por sua própria consciência. Nada obstante, seus atos pecaminosos foram incluídos nos decretos de Deus e, por isso, foram conhecidos de antemão.

"Disse José a seus irmãos: Agora, chegai-vos a mim... Agora, pois, não vos entristeçais, nem vos irriteis contra vós mesmos, por me haverdes vendido para aqui; porque **para conservação da vida, Deus me enviou adiante de vós...** Deus me enviou adiante de vós, para conservar vossa sucessão na terra, e para vos preservar a vida por um grande livramento. Assim, **não fostes vós que me enviastes para cá e, sim, Deus.**" (**Gen.45: 4-8**). "O Filho do homem vai, **como está escrito a seu respeito**, mas, aí daquele por intermédio de quem o Filho do homem está sendo traído!" (**Mat.26:24**; cf. Jô.17:12). "Porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e povos de Israel, para **fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram**". (**At.4:27,28**).

"Os arminianos mostram muita reverência pelas perfeições de Deus a ponto de limitarem o conhecimento dele quanto às ações de agentes livres. Mas esforçam-se por fugir à conclusão inevitável do decreto e por salvar sua doutrina favorita dos propósitos condicionais, limitando o interesse divino pelos atos, e especialmente pelos pecados, de agentes livres, a simples conhecimento prévio, permissão e intenção de fazer do ato permitido uma condição de alguma parte

do decreto. Sustento que aqueles que concedem tanto não podem consistentemente parar aí. Se o ato pecaminoso (para fazer o mínimo possível de concessão aos calvinistas) do agente livre foi previsto com certeza por Deus desde a eternidade, então sua ocorrência deve ser certa. Contudo neste universo nada acontece sem uma causa; deve pois haver algum fundamento para a certeza dessa ocorrência. E é nesse fundamento que assenta a presciência de

²⁵ A. H. Strong, *Systematic Theology*, pgs. 357, 358

Deus. Perguntais que fundamento é esse? Respondo com uma pergunta: Como pode o conhecimento que Deus tem do possível passar para o seu conhecimento do real? Somente pela sua determinação de assegurar a ocorrência deste último. Conceba-se Deus a criar um agente livre, de acordo com o seu plano, e a lançá-lo aí em liberdade. Se Deus conhece de antemão tudo o que esse agente livre vai resolver fazer, se for criado, acaso não propõe a realização desses atos, quando cria esse agente? Negá-lo é uma contradição. Podemos não ser capazes de ver perfeitamente como é que Deus consegue com certeza a prática desses atos por agentes livres, e ainda deixando-os agir unicamente pela própria vontade deles (espontaneamente), mas o que não podemos é negar que Ele o faz. Do contrário teríamos a subversão de sua soberania e presciência. Com relação ao homem tais acontecimentos podem ser de todo contingentes, duvidosos, eventuais; mas quanto a Deus, nenhum deles pode ser contingente; de outro modo, todas as partes do seu decreto' ligadas, como efeitos, com tais eventos como causas, seriam contingentes no mesmo grau".²⁶

"Os arminianos admitem que todos estes atos intermediários dos homens foram previstos eternamente por Deus, e assim foram incluídos no seu plano como condições: mas não foram preordenados. Replicamos: se foram previstos com certeza, sua ocorrência era certa; se esta era certa, então alguma coisa devia haver que determinasse tal certeza. Essa alguma coisa ou era a sábia preordenação de Deus, ou um fado, destino, cego e físico. Os arminianos que escolham".²⁷ (1)

Em agentes livres, o conhecimento de Deus, sabendo que Ele pode acontecer, inclusive os atos que Ele prevê, não é suficiente para garantir a ocorrência dos atos que Ele prevê. Por consequência, tudo quanto Deus previu foi por Ele decretado. Concluímos, assim, que a presciência de Deus prova os seus decretos.

5. Argumento da Providência de Deus:

A Providência é uma doutrina plena e repetidamente ensinada nas Escrituras, um fato muitas vezes e impressionantemente verificado na história, uma experiência maravilhosa e alegremente gozada em nossas vidas. É a maneira misteriosa e inexplicável pela qual Deus atua neste mundo. Como disse alguém, o milagre da providência é que aparentemente nela não existe milagre. cremos que, depois de haver criado o mundo, Deus começou a agir e a operar em tudo quanto fez, a fim de preservar e desenvolver sua criação, e a realizar os fins que tinha em vista desde o princípio. cremos na transcendência de Deus, tanto quanto em sua imanência. cremos num Deus distinto, separado, acima e eternamente anterior à sua criação, visto como não somos panteístas. Contudo cremos também num Deus que sustenta, preserva, governa e dirige sua criação, de acordo com um plano sábio e de longo alcance, porque não somos deístas, e sim teístas.

O Breve Catecismo define a providência nos seguintes termos:

"As obras da providência de Deus são a sua maneira muito santa, sábia e poderosa de preservar e governar todas as suas criaturas, e todas as ações delas". (Resposta à pergunta n.º 11).

O Dr. A. A. Hodge apresenta a doutrina da providência da seguinte maneira:

*"Tendo Deus, de toda a eternidade, decretado absolutamente tudo quanto acontece, e tendo no princípio criado tudo do nada pela palavra do seu poder, e continuando subsequente e sem cessar presente em cada átomo de sua criação, sustentando todas as coisas em sua existência, na posse e no exercício de todas as suas propriedades, **também** de contínuo comanda e dirige as ações de todas as suas criaturas assim preservadas, de modo que se por um lado nunca violenta a lei que rege suas várias naturezas, por outro faz que infalivelmente todas as ações e acontecimentos particulares e universais ocorram de conformidade com o plano eterno e imutável incluído em seu*

²⁶ R. L. Dabney, *Systematic and Polemic Theo.* pgs. 217-218.

²⁷ R. L. Dabney, *Systematic and Polemic Theo.* pg. 219.

decreto. Há um desígnio na providência. Deus escolheu seu grande fim, a manifestação de sua própria glória, mas para alcançar esse fim escolheu inúmeros fins a Ele subordinados; estes são fixos; e Ele tem designado todas as ações e eventos, em suas várias relações, como meios que levam a esses fins, e Ele de contínuo dirige de tal modo as ações de todas as criaturas que todos esses fins gerais e especiais vêm a ocorrer no tempo preciso, pelos meios, pelo modo e sob as condições por ele propostos desde a eternidade”.²⁸

Segundo a Bíblia, a providência de Deus é exercida sobre tudo e sobre cada criatura no mundo. Ele comanda o mundo físico, o mundo animal e o mundo moral. Mediante seu filho, Ele sustenta “todas as coisas” pela palavra do seu poder” (Hb.1:3). “Nele vivemos, e nos movemos, e existimos” (At.17:28).

“A Bíblia ensina com clareza o governo e a direção providencial de Deus. **1)** sobre o universo em geral (Sl.103:19; Dn.4:35; Ef.1:11). **2)** sobre o mundo físico (Jó 37:5,10; Sl.104:14; 135:6,7; Mat.5:45). **3)** sobre a criação irracional (Sl.104:21,28; Mat.6:26;10:29). **4)** sobre os negócios das nações (Jó.12:23; Sl.22:28; 56:7; At. 17:26). **5)** sobre a origem e a condição de vida do homem (1Sam.16:1; Sl.139:16; Is. 45:5; Gal.1:15,16). **6)** sobre os sucessos e os fracassos externos da vida dos homens (Sl.75:6,7; Luc.1:52). **7)** sobre coisas aparentemente acidentais e insignificantes (Pv.16:33; Mt.10:30). **8)** na proteção dos justos (Sl.4:8;5:12;63:8;121:3; Rm.8:28). **9)** em prover às necessidades do seu povo (Gn.22:8,14; Deut.8:3; Fp.4:19). **10)** em responder as orações (1Sm.1:19; Is.20:5,6; 2Cron.33:13; Sl.65:2; Mat.7:7; Lc.18:7,8). **11)** no

29

desmascaramento e castigo dos ímpios (Sl.7:12,13; 11:6)”
Como o Dr. Chafer mostra, a providência de Deus é quádrupla:

“(a) **Preventiva** (cf. Gen.20:6; Sl.19:13): Deus usa os pais, os governos, as leis os costumes, a opinião pública, sua palavra, seu Espírito e a consciência como meios de impedir providencialmente o mal... (b) **Permissiva**, que abrange aquilo que Deus não restringe (cf. Deut. 8:2; 2Cron.32:31; Os.4:17; Rom.1:24, 28). (c) **Diretiva**, por cuja ação Deus dirige os movimentos dos homens e muitas vezes sem que eles tenham consciência dessa direção (cf. Gen.50:20; Sl.76:10; Is.10:5; Jo.13:27; At.4:28) (d) **Determinativa**, por cujo exercício Deus decide e executa todas as coisas conforme o conselho de sua própria vontade”³⁰

“A providência de Deus ajusta-se por tal forma à liberdade humana que, apesar da certeza de Deus agir, não é **fatalismo** em sentido nenhum. Igualmente, a providência de Deus é o oposto de casualidade. O cuidado divino alcança as ínfimas minudências da vida, tanto quanto os seus aspectos maiores. Certos atributos de Deus reclamam o exercício de sua providência. Sua justiça indu-lo a assegurar todo o bem moral; sua benevolência move-o a cuidar dos seus; sua imutabilidade garante que Ele levará a cabo o que começou; e o seu poder é suficiente para a execução de todos os seus desejos”.³¹

Lede a Bíblia e vereis a providência de Deus comandando tudo e guiando cada pessoa à realização dos seus fins. Foi sua providência que levou Rebeca ao poço para se encontrar com o servo de Abraão, logo que Ele terminou sua oração. Foi sua providência que dirigiu e moldou a vida de Jacó até que este se transformasse e viesse a ser Israel. Foi sua providência que dirigiu a vida de José, a fim de preservar a família eleita e preparar o povo de Israel para o seu grande destino. Foi sua providência que preparou Moisés para ser o libertador e guia de seu povo. Foi sua providência que fez “o arco, atirado ao acaso, ferir o rei por entre as juntas de sua armadura ” (1Reis 22:34), de modo a serem cumpridas suas palavras. Foi sua providência que fez os assírios e babilônios castigar seu povo, segundo a palavra dos profetas. Foi sua providência que dispôs Ciro a permitir e a ajudar o povo de Israel a voltar para sua terra. Foi sua providência que preparou o mundo para a vinda de

²⁸ A. A. Hodge, *Op. Cit.*, p. 262

²⁹ Louis Berkof, *Ref. Dogmatics*, I, 155, 156

³⁰ L. S. Chafer, *Bibliotheca Sacra*, CVI, 280.

³¹ *Ibidem* XCVI, 280.

seu Filho e dirigiu seus próprios inimigos para fazerem o que Ele houvera decretado, quando mataram o Salvador Sua providência guiou e continua guiando sua igreja em gera e cada um de seus filhos em particular para o cumprimento de todos os seus planos, no tempo e na eternidade. E sua providência tem até guiado e guia ainda todas as nações na realização de tudo quanto Ele tem determinado segundo o conselho de sua vontade. E embora sua providência comande e dirija a vida dos indivíduos e a história das nações, o que admira é que Ele não constrange a livre agência do homem. Os homens fazem o que Deus decretou e ao mesmo tempo são responsáveis pelo que fazem (cf. o caso dos irmãos de José e dos assassinos de Cristo, Gen.45:4-8; At.2:23; 4:27, 28).

*"O termo providência abrange três coisas — a cognição da mente, o decreto da vontade e a administração — em todas as coisas decretadas e conhecidas, ordenando, a vontade ordenando e o poder executando... Daí a providência poder ser considerada quer no decreto antecedente, quer na execução subsequente; o **primeiro** é a destinação eterna de todas as coisas para os fins que lhes foram designados; a **segunda** é o governo temporal de todas as coisas de conformidade com esse decreto; o **primeiro** é um ato imanente **no íntimo** de Deus; a **segunda** é um ato **transiente de Deus**".³²*

Assim, pois, se cremos na providência de Deus, teremos de crer nos seus decretos, porque essa providência é simplesmente a execução no **tempo** do que Ele decretou na **eternidade**.

6. Argumento da Profecia e da História

"Eu sou Deus e não há outro semelhante a mim, que desde o princípio anuncio o que há de acontecer, e desde a antigüidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade " (Is.46:9,10). Este texto afirma dois fatos: primeiro, que Deus prediz o futuro — cada evento que vai ocorrer na história. Ele anuncia *" desde o princípio o que há de acontecer, e desde a antigüidade as coisas que ainda não sucederam"*. Apresenta-se isto como prova de que Ele é o verdadeiro e único Deus, o único que conhece e profetiza as coisas futuras. Cristão nenhum nega este fato. Todos, reconhecem que Deus conhece tudo de antemão. Mas isto não é o único fato que o texto afirma. Em segundo lugar, declara que as coisas futuras que Deus prediz são a realização do seu conselho, o cumprimento de toda a sua vontade. Ele diz, *" O meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade "*. Noutros termos, este texto mostra a relação que existe entre as profecias de Deus e os seus decretos. Declara o que vai acontecer justamente porque Ele tudo decretou. Como vimos antes, nada pode suceder sem a permissão de Deus. Não há um fato da história que não esteja incluído em seu plano

E por causa disto, Ele é o único que pode profetizar o futuro.

O poder que Deus tem de profetizar o futuro baseia-se em sua presciência dos fatos reais que, como já vimos, resultam dos seus decretos. Como disse o Dr. Warfield, escrevendo sobre a doutrina da predestinação no Velho Testamento:

*"Segundo a concepção vétero-testamentária, Deus só conhece de antemão porque predeterminou, e portanto, é também por isso que Ele faz que aconteça... É esta a verdade que subjaz na declaração um tanto incongruente, por último tornada, alias, freqüente, resultando em que a presciência de Deus é concebida no V. T. como sendo "produtiva". Dillman, por exemplo, diz (**Handbuch der Alttestamentlichen Theologie**, p. 251): "A Presciência que Ele tem do futuro é produtiva; não há notícia de uma presciência ociosa ou de uma **praescientia media**. No pensamento dos escritores do V. T., entretanto, não é a presciência de Deus que produz os eventos do futuro; é o seu irresistível governo providencial do mundo por Ele criado para si: e sua presciência do que ainda vai acontecer baseia-se no seu plano de governo pré-estabelecido. Sua "presciência produtiva" é apenas uma reprodução de sua vontade, que já determinou não somente o plano geral do mundo, mas todos os particulares que entram na marcha inteira do seu desenvolvimento (Am.3:7; Jó 28:26,27) e todos os pormenores da vida de cada indivíduo que venha a existir (Jer.1:5; Sl.139:14-16;*

³² Turretin, apud A. A. Hodge, Op. Cit., pgs.263, 264.

Jó 23:13,14)".³³

Foi esta “*presciência produtiva*” de Deus que possibilitou as admiráveis profecias de que a Bíblia está cheia.

Na Bíblia há profecias que foram cumpridas antes da primeira vinda de Cristo. Há outras que o foram na sua vida, morte, ressurreição e ascensão. Há profecias que têm sido e ainda estão sendo cumpridas na história da igreja. Há outras que terão seu cumprimento no futuro, na segunda vinda de Cristo e nos fatos que se seguirão a esse glorioso acontecimento. No cumprimento dessas profecias Deus tem incluído a livre agência de homens, bons e maus, crentes e incrédulos, amigos, inimigos e pessoas indiferentes. Na realização de suas profecias Deus tem incluído toda espécie de acontecimentos, grandes e pequenos, fatos que a história registra e outros que nunca foram relatados, e todos, até aqueles que aparentemente não têm ligação com o plano de Deus, são entrelaçados, urdidos por tal forma que constituem por assim dizer um projeto grande e maravilhoso, isto é, o plano ou os decretos de Deus.

Profecia é história escrita antecipadamente. O estudo das profecias da Bíblia capacita-nos a ver como Deus molda a história, como realiza seus planos, como se aproveita das ações dos homens, sem constrangê-los a agir. Sendo Criador, tanto dos homens como das circunstâncias, Ele é capaz de decretar ou preordenar as ações básicas ou definitivas dos homens.

Não podemos aqui estudar todas as profecias, visto constituírem um assunto muito vasto. Consideremos, pois, ligeiramente apenas uns poucos exemplos, os quais, mesmo assim bastam para provar que Deus tem um plano ou decreto com relação ao mundo.

Começemos com o caso de José, décimo primeiro filho de Jacó.

Mediante os sonhos que lhe deu, profetizou o Senhor o que iria acontecer (ver Gen. 37:5-11). E no fim tudo sucedeu exatamente como Deus predissera, ou em outras palavras, tudo sucedeu em conformidade com o seu plano ou decreto.

É simplesmente admirável como Deus dirigiu cada pessoa e cada acontecimento, que levaram José ao Egito e fizeram que Ele se tornasse e fizesse lá tudo quanto Ele, Deus, decidira e profetizara que fosse e fizesse.

A preferência que Jacó mostrava por José, primeiro filho de sua amada Raquel; o conseqüente ódio dos irmãos; a ida de José, certo dia, ao encontro deles; a decisão deles de matá-lo; a interferência de Rubem; a chegada dos ismaelitas, precisamente quando Rubem, estando ausente, não podia intervir; a proposta de Judá no sentido de vendê-lo; a compra de José por Potifar, oficial de Faraó; os desejos impuros da mulher de Potifar, do chefe de Faraó; os sonhos que estes tiveram e a interpretação exata que José lhes deu; os subseqüentes sonhos do Faraó e a interpretação de José; a interferência sobrenatural e providencial de Deus, dando mercê a José perante várias pessoas; os sete anos de fartura, seguidos de sete anos de seca e fome; em suma, todos estes fatos, alguns naturais e outros sobrenaturais, resultaram no cumprimento do plano de Deus, anunciado a Abraão muito antes que, o próprio Jacó nascesse e mesmo antes que Abraão tivesse um filho: “*Sabe, com certeza, que a tua posteridade será peregrina em terra alheia, e será reduzida à escravidão, e será afligida por quatrocentos anos. Mas também eu julgarei a gente a que têm de sujeitar-se; e depois sairão com grandes riquezas*” (Gen. 15:13,14).

Note-se que no cumprimento dessas profecias Deus atuou direta e indiretamente. Diretamente, dando sonhos a José, aos oficiais de Faraó e ao próprio Faraó; estando

sempre com José a quem abençoou e deu mercê perante várias pessoas; e especialmente a livre agência de várias pessoas, sem obrigá-las a fazer coisa alguma, mas precisamente criando as circunstâncias que resultaram nos atos livres e responsáveis delas, atos que, mesmo assim, se harmonizavam com o plano de Deus. Note-se, por exemplo, como os irmãos de José, agentes que causaram a ida dele para o Egito, reconheceram e confessaram sua culpa, ao dizerem uns aos outros na presença do irmão: “*Na verdade,*

³³ B. B. Warfield, *Op. Cit.*, pgs.18, 19.

somos culpados, no tocante a nosso irmão” , etc. (Gen.42:21,22). José no entanto pôde dizer-lhes: “Agora, pois, não vos entristeçais, nem vos irriteis contra vós mesmos por me haverdes vendido para cá, porque para conservação da vida, Deus me enviou adiante de vós... Deus me enviou adiante de vós, para conservar vossa sucessão na terra, e para vos preservar a vida por um grande livramento. Assim, não fostes vós que me enviastes para cá, e, sim, Deus” (Gen.45:5-8). E naturalmente os ismaelitas, Potifar, sua lúbrica esposa, o chefe dos copeiros e o próprio Faraó agiram livremente quando, sem o saberem, realizavam o plano e o decreto de Deus com referência ao seu povo. Foram usados por Deus para levar seu povo ao Egito, onde havia decidido conservá-lo por quatrocentos anos, antes de introduzi-lo na terra prometida. Deus não compeliu ninguém, antes usou os impulsos maus e pecaminosos do homem, assim como os motivos nobres, para levar seus planos à realização. Criou as circunstâncias que conduziram os homens aos atos que Ele pôde usar para seus propósitos.

Outro caso interessante de profecia cumprida é o cativeiro de Israel, o reino do norte, sob os assírios, e o cativeiro de Judá, o reino do sul, sob os babilônios . Deus usou o rei da Assíria e o rei da Babilônia para castigar o seu povo, embora esses reis não soubessem que cumpriam os desígnios de Deus, anunciados antes pelos profetas (ver 1Reis 14:15,16; 2Reis 17:1-8; 18:11-12; Is. 39:5-7; Jer. 13:17-19; 2Reis 24:10-16; 25:1-30; 2Cron. 36:11-21).

É admirável também como Deus cumpriu sua profecia de restauração, fazendo seu povo voltar depois de setenta anos de cativeiro babilônico. Para isso usou Ciro, a quem chamou de “*meu pastor*” e “*ungido*”, cujo espírito Ele excitou para realizar a sua vontade

(Ver Is. 11:11-12; Jer. 16:14-15; 23:3; 25:11-12; 29:10; 2Cron. 36:22-23; Is. 44:28; 45:1-7).

E que dizer das profecias do livro de Daniel, referentes aos quatro grandes impérios mundiais — Babilônia, Médio-Pérsia, Grécia e Roma? Como admiravelmente Deus predisse o futuro, séculos antes de ocorrerem esses eventos históricos! Não há dúvida que Deus reina e dirige tio, cada pessoa, cada nação do mundo, levando-os a realizar seus planos sem constrangê-los em sua agencia livre e responsável.

Necessário seria escrever volumes, as houvésssemos de considerar todas as outras predições proféticas e todos os outros acontecimentos históricos, que provam que Deus tem um plano ou decreto com relação ao mundo. Concluamos, portanto, considerando a história mais maravilhosa, a vida mais admirável de todas — a vida e a história de Jesus Cristo nosso Salvador, nas quais temos o exemplo mais importante e impressionante de cumprimento de profecias.

Quem quer que estude a Bíblia sabe que tudo na vida de Cristo está retratado e predito no Velho Testamento. Ele mesmo disse, “ *Examinai as Escrituras... e são elas que testificam de mim* ” (Jo.5:39). E depois de sua ressurreição declarou aos discípulos, “ *São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda convosco, que importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras; e lhes disse: Assim está escrito que o Cristo havia de padecer, e ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia* ” (Luc.24:44-46). Paulo também escreveu, “ *Antes de tudo vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras*” (1Co.15:3,4).

A primeira profecia a respeito de Cristo encontra-se em Gen.3:15. Tem sido chamada proto-evangelho — o primeiro evangelho. No alvorecer da história do homem, logo depois de sua queda, quando Deus proferia suas temíveis palavras de condenação, emitiu a primeira profecia, que se tornou em raio de esperança, naquela hora de treva e desalento.

Nessa profecia Deus revelou seu propósito de salvar o homem e destruir o mal, após tremenda luta em que Satanás seria vencido e esmagado por Um que seria a semente da mulher, e portanto homem, mas que também seria divino, como veremos adiante, visto como teria o poder de esmagar a cabeça da serpente. Mas de acordo com essa profecia, Ele seria ferido no calcanhar, isto é, em sua humanidade (porque, sendo o calcanhar a parte do corpo que toca na terra, representa a humanidade de Cristo, ferida na cruz. Note-se que a serpente teria esmagada a cabeça, parte vital e central do corpo. Isto significa que

Satanás seria completamente vencido. Mas a semente da mulher, o homem Cristo Jesus (o único que pode ser chamado semente da mulher, visto ter nascido de uma virgem, sendo o resto da humanidade semente de homem) seria ferido em seu calcanhar, que não é órgão vital do corpo. Por isso recuperar-se-ia de seu ferimento, o que realmente aconteceu em sua ressurreição. Em Gal.4:4,5 temos uma alusão ao cumprimento desta profecia: “ *Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher* (semente da mulher), *nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei*”.

Depois da primeira profecia temos muitas outras, que predisseram que Ele seria a semente de Abraão (Gn.12:3; 18:18; cf. At. 3:25; Gal. 3:16); que procederia de Isaque, e

(Gn.25:23; Mt. 1:1-2; cf. Gn.17:19; Sl.112:13; Rm.9:12,13); que descenderia de Jacó (Gn.49:10; cf. Rm.9:14); que seria filho de Davi (2Sm.7:12,13; Sl.89:3,4; cf. Jo.7:14, etc.). Temos uma profecia a anunciar que Ele nasceria de uma virgem. (Is.7:14; cf. Mat.1:23). Miquéias nomeou o lugar onde Ele nasceria (Mq.5:2; cf. Mat.2:1-6). Outra profecia prediz o tempo em que Ele viria (Dn.9:25). Outra ainda anuncia seu ministério na Galiléia (Is.9:1,2; cf. Mt.4:12-16). Atente-se em Is.53, que retrata maravilhosamente sua vida de humilhação e ignomínia, sua mansidão, seus sofrimentos expiatórios, sua morte, e também sua vitória final. Considere-se também o Salmo 22, em que temos uma descrição profética de sua morte na cruz. Mas não só isto, sua ressurreição e ascensão também foram preditas (Sl.16:10; cf. At.2:29-32; 13:34-37; Sl.68:18; cf. Lc.24:50,51).

Notemos agora as predições pormenorizadas a respeito da cruz, tudo quanto aconteceu no Gólgota; os fatos que precederam e se seguiram à crucificação.

1. Seria traído por um amigo e vendido por trinta moedas de prata (Sl.41:9; cf. Mc.14:10; Zc.11:12,13; cf. Mt.26:15; 27:3-10).
2. Seria acusado por falsas testemunhas (Sl. 27:12; 35-11; Mt. 26:59-61).
3. Seria odiado sem motivo. (Sl.69:4; 109:3-5; cf. Jo.15:23-25).
4. Seria ferido e cuspidos (Is. 50:6; cf. Mc.14:65).
5. Seria contado com os transgressores (Is.53:12; cf. Mat.27:38).
6. Dar-lhe-iam a beber fel e vinagre (Sl.69:21; cf. Jo.19:29; Mt.27:34,48).
7. Suas mãos, pés e lado seriam traspassados (Sl.22:16; Zc.12:10; cf. Jo.9:37; 20:25-27).
8. Seria escarnecido e insultado (Sl. 22:6-8; Mat.27:39-44).
9. Os soldados dividiriam suas vestes entre si e lançariam sortes sobre sua túnica (Sl.22:18; Jo.19:23,24).
10. Seus ossos não seriam quebrados (Ex.12:46; Sl.34:20; Jo.19:33-36).
11. Estaria com o rico em sua morte (Is. 53:9; Mat.27:57-60; Jo.19:38,39).

Essa predição minuciosa de tudo quanto sucederia na vida de Cristo e especialmente em sua morte, mostra que Deus decretara todos esses fatos. Com o fim de realizá-los, Ele dirigiu e comandou as ações livres de todas as pessoas neles envolvidas. Consideremos ligeiramente alguns desses fatos.

Cristo haveria de nascer em Belém da Judéia. Maria e José, porém, moravam em Nazaré, na Galiléia. Como podia realizar-se a profecia, de modo a acontecer o que Deus havia decretado? Para isso Deus moveu todo o Império Romano. Sem nada saber acerca da profecia e menos ainda sobre José e Maria, César Augusto expediu um decreto que ordenava o recenseamento do mundo inteiro. E assim, de acordo com o costume judaico, José e Maria tiveram de ir a Belém. E sucedeu que, em ali chegando, cumpriram-se os dias em que ela devia dar à luz- Deus guiou tudo de modo tal que ela chegou a Belém no tempo exato de Cristo nascer. Maria não chegou lá nem antes nem depois do tempo de dar à luz. Tudo foi arranjado por Deus de modo que seu plano, anunciado séculos antes por um de seus profetas, Miquéias, pudesse ser realizado.

Judas Iscariotes traiu-o e vendeu, segundo as Escrituras. A prova de que ele agiu

livremente é o fato de sua consciência acusá-lo, e ele mesmo confessou sua culpa, suicidando-se, para fugir às torturas da consciência.

Nada sabendo acerca da profecia, os soldados romanos dividiram entre si as vestes de Jesus e deitaram sortes sobre sua túnica. Sem nada saberem da profecia, traspassaram-no e fizeram tudo o que Deus tinha profetizado séculos antes. Podemos dizer o mesmo sobre todos os outros fatos mencionados acima. *"Sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o [matastes](#), crucificando-o por mãos de iníquos "* (At.2:23). *"Porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e povos de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram"* (At.4:27,28).

*"Nas Escrituras Deus predisse a ocorrência certa de muitos fatos, inclusive as livres ações de homens, os quais depois aconteceram infalivelmente. Ora, a base da profecia é a presciência, e o fundamento da presciência, de um fato a realizar-se com certeza é o decreto de Deus que faz que se realize. A eterna imutabilidade do decreto é o único fundamento da infalibilidade, quer da presciência, quer da profecia. Mas se Deus decretou certos acontecimentos para se realizarem no futuro, deve igualmente ter incluído nesse decreto todas as causas desses acontecimentos, suas condições, coordenações e conseqüências. Nenhum acontecimento vem isolado; para torná-los realidades futuras está implícita a determinação de todo o concatenamento de causas e efeitos, que constitui o universo".*³⁴

Concluímos, pois, que a profecia e a história provam a doutrina dos decretos de Deus.

V - Algumas Características ou Propriedades dos Decretos de Deus

Os decretos de Deus têm certas características ou propriedades que passo a considerar agora, se bem que um tanto resumidamente.

1. Unidade

Uma das propriedades dos decretos de Deus é que eles são realmente um e não muitos, como talvez sejamos levados a pensar quando o termo é empregado no plural. Falamos dos decretos de Deus, no plural, porque somos criaturas do tempo, e na limitação de nossas faculdades não vemos todo o propósito e plano de Deus de uma vez, mas " em aspectos parciais e relações lógicas".

*"Como nossa mente é finita, e como nos é impossível abranger num único ato de compreensão inteligente um número infinito de acontecimentos em todas as suas várias relações e aspectos, necessariamente vemos os acontecimentos em grupos separados, e concebemos o propósito de Deus, com eles relacionados, como atos distintos e sucessivos".*³⁵

Mas o fato é que o plano de Deus é apenas um. Não há acontecimentos isolados. São entrelaçados, ligados entre si, formando um todo maravilhoso.

*"Cada evento que ocorre no sistema de coisas é entrelaçado com todos os outros em interminável involução... O colorido das flores e o ninho dos pássaros relacionam-se com todo o universo material. Até mesmo em nossa ignorância podemos notar um fato químico relacionado a uma miríade de outros fatos, classificados sob os títulos de mecânica, eletricidade, luz, e vida".*³⁶

"O termo Decreto de Deus aparece primeiro no singular, visto como Deus tem apenas um plano que inclui tudo. Ele vê todas as coisas de um só relance. Por

de Deus, mas da aparência de ser vários, que o plano também é chamado de decretos por etapas ou em série. Nem pode haver qualquer possibilidade de ser esse plano uno alterado por omissões ou adições. Nem é verdade que Deus mantenha um propósito distinto e desconexo concernente a cada aspecto de seu intuito

³⁴ A. A. Hodge, *Op. Cit.*, p. 206

³⁵ A. A. Hodge, *Op. Cit.*, p. 204

³⁶ *Ibidem*, p. 203

*único. Com Deus há um decreto imutável que abrange cada pormenor, até a queda de um pássaro no chão. É a cognição divina desde toda a eternidade. "Conhecidas de Deus são todas as suas obras desde toda a eternidade" (At.15:18)."*³⁷

Dabney diz o seguinte sobre a unidade do decreto de Deus:

"É um ato único da mente divina, e não muitos. Este parecer é pelo menos sugerido pela Escritura, que fala comumente de "um propósito", "um conselho". É uma consequência da natureza de Deus. Como seu conhecimento natural é de todo imediato e contemporâneo, e não sucessivo como o nosso, e a compreensão desse conhecimento é sempre infinitamente completa, seu propósito, nele baseado, deve ser um ato singular, que tudo abrange, é simultâneo. Além disso, o decreto todo é eterno e imutável. Tudo portanto deve coexistir, sempre junto, na mente de Deus. Por fim, o plano divino apresenta-se como único em sua efetuação: causa liga-se a efeito, e o que era efeito torna-se causa; influências de eventos sobre eventos entrelaçam-se e descem em correntes que se ampliam para subseqüentes eventos; de sorte que todo o resultado complexo é interligado através de cada parte. Assim como supõem os astrônomos que a remoção de um planeta para fora de nosso sistema modificaria mais ou menos o equilíbrio e as órbitas dos demais, assim o fracasso de um evento, nesse plano, perturbá-lo-ia diretamente ou indiretamente. O plano de Deus é jamais efetuar um resultado à parte de sua própria causa, e sim sempre por força dessa causa. Como o plano é assim, uma unidade em sua efetuação, deve tê-lo sido igualmente em sua

~~definição. A natureza das coisas não tem seu propósito em partes sucessivas, e não que as limitações de nossa mente em concebê-lo nos mantêm presos."~~³⁸

O poder de conceber um plano em sua inteireza, de contemplar todas as suas partes de uma vez, do princípio ao fim não é estranho mesmo às criaturas finitas e contingentes que somos. Verdade é que podemos modificá-lo, quer em parte, quer completamente, segundo novas idéias que nos apareçam, mas o fato é que no princípio temos um plano que constitui uma unidade. É o caso de uma planta preparada por um arquiteto. Traçando o projeto de uma construção, ele tem de pensar no conjunto das partes do edifício e em cada uma delas de per si, dos alicerces à cobertura. Qualquer alteração que possa fazer no seu plano deve-se às limitações humanas. Deus, porém, sendo infinito, não precisa modificar seu plano singular e sercinal, que tem muitas partes, mas que é realmente um plano ou decreto único.

2. Eternidade

Outra propriedade do decreto de Deus é sua **eternidade**. Se Deus é eterno, seu decreto também há de sê-lo. Naturalmente é executado no tempo, em etapas sucessivas, mas foi concebido na eternidade numa única intuição. Este fato vem afirmado nas Escrituras, em passagens como as seguintes:

"Conhecidas de Deus são todas as suas obras desde o princípio do mundo" (At.15:18). "O reino que vos está preparado desde a fundação do mundo" (Mat.25:34). "Deus nos escolheu desde o princípio para a salvação" (2Tess.2:13). "Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo" (Ef.1:4). "Que nos salvou... conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos" (2Tim.1:9). "Cristo, conhecido com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos, por amor de vós" (1Ped. 1:20). Todas estas passagens mostram que o decreto de Deus foi concebido antes do princípio do mundo e, portanto, antes de começar o tempo — na eternidade.

"O decreto de Deus... enquanto se relaciona com coisas fora de Deus, permanece como ato no íntimo do ser divino, e é por isso eterno no sentido mais

³⁷ L. S. Chafer, *Bib. Sacra*. XCVI, 142, 143

B. L. Dabney, *Op. Cit.* p. 14

Louis Berkhof, *Op. Cit.*, I, 87

³⁸ B. L. Dabney, *Op. Cit.* p. 14

rigoroso da palavra. Daí também participar da simultaneidade e da falta de seqüência do eterno... A eternidade do decreto também implica que a ordem em que os seus diferentes elementos estão uns para com os outros não pode ser considerada temporal, mas somente lógica. Há uma real seqüência cronológica dos eventos, à medida que se efetuam, mas não no decreto a seu respeito".³⁹

"Quando as Escrituras falam de um decreto a preceder outro, a ordem está na execução deles, e não em sua estruturação".⁴⁰

"Se Deus, antes de cada ato, teve a intenção de agir, quando surgiu essa intenção? Nenhuma resposta será sustentável até que recuemos à eternidade.

Porque o conhecimento de Deus sempre foi perfeito, para Ele não há nada de novo, que ocasione a formação de novo plano. Sua sabedoria sempre foi perfeita, para lhe oferecer a mesma orientação na escolha de meios e fins. Seu poder sempre foi infinito, para impedir qualquer fracasso, ou resistência bem sucedida, o que o faria recorrer a novos expedientes. Seu caráter é imutável, de sorte a não mudar Ele injustificadamente sua própria mente. Nada portanto existe que justifique qualquer adição ao seu plano original. Podemos contudo raciocinar mais compreensivelmente. Como vimos, é só o propósito de Deus que faz uma parte do possível tornar-se realidade. Como toda a **scientia simplicis intelligentiae** de Deus esteve com Ele desde a eternidade, falta-lhe de todo razão para que alguma parte do decreto seja estruturada depois de outra".⁴¹

Deus podia ver de uma vez tudo o que era possível. Portanto, quando Ele decidiu adotar determinado plano, tinha-o completo em sua mente infinita, quer em sua totalidade, quer nos mínimos detalhes. É neste sentido que seu decreto é eterno, isto é, eterno em sua concepção, mas temporal em sua execução.

3. Imutabilidade

Outra propriedade ou característica do decreto de Deus é sua **imutabilidade** ou invariabilidade. Que nem Deus nem seus planos jamais mudam isto é ensinado claramente na Bíblia. "O conselho do Senhor dura para sempre, os desígnios do seu coração por todas as gerações" (Sl.33:11); "Tu és sempre o mesmo" (Sl.102:27). "Eu, o Senhor, não mudo" (Mal. 3:6). "Serão igualmente mudados; tu, porém, és o mesmo" (Heb.1:12). "Jesus Cristo ontem e hoje é o mesmo, e o será para sempre" (Heb.13:8). "Toda boa dádiva e todo dom perfeito é lá do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não pode existir variação, ou sombra de mudança" (Tg. 1:17). "Se ele resolveu alguma coisa, quem o pode dissuadir? O que ele deseja, isso fará" (Jó 23:13). "O meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade" (Is.46:10).

Mudamos nós, que somos finitos, limitados e temporais. Deus é infinito, ilimitado e eterno; e por conseguinte nem Ele nem seus planos podem mudar. Mudamos nós, devido à influência de outros seres e de circunstâncias inesperadas. Deus porém é absolutamente independente de todas as circunstâncias e de todo outro ser, porque Ele mesmo é o autor de todas as circunstâncias e de todos os seres.

Agostinho declarou:

"Deus não quer uma coisa agora, para logo mais querer outra; mas aquilo que ele quer, Ele o quer uma vez por todas e para sempre; não repetidamente, agora isto e daí a pouco aquilo; não quer depois o que antes não queria; nem quer agora o que antes não queria; porque uma vontade assim é mutável, e nada mutável é eterno".⁴²

~~"Nunca pode haver qualquer aumento em sua sabedoria, nem supressão para a qualquer ocasião de inversão ou modificação desse propósito infinitamente sábio e justo que, por força das perfeições de sua natureza, Ele tomou desde a~~

³⁹ Louis Berkhof, *Op. Cit.*, I, 87

⁴⁰ Henry Smith, *System of Chr. Theo.*, p.117

⁴¹ R. L. Dabney, *Op. Cit.*, p. 215

⁴² Agostinho, *Confissões*, XII, 15

eternidade”.⁴³

*“O homem pode mudar e muitas vezes muda mesmo seus planos por vários motivos. Pode acontecer que lhe faltou seriedade de propósito, não viu o que estava implícito no plano, ou lhe faltem forças para realizá-lo. Mas em Deus nada disto se pode conceber. Seu conhecimento não é deficiente, nem seu poder, nem sua veracidade. Conseqüentemente, Ele não precisa mudar seu decreto devido a um engano ou incapacidade de cumpri-lo. E não o mudará visto como é fiel e verdadeiro”.*⁴⁴

Mas se tudo isso é verdade, como podemos explicar os casos em que a Bíblia diz que Deus modificou sua atitude para com os homens, e até mesmo que se arrependeu? Quando a Bíblia diz que Deus se arrependeu ou modificou seu plano, ela emprega linguagem antropomórfica, como tantas vezes acontece nas escrituras. Por exemplo, em Gen.3:9 lemos que Deus chamou Adão, dizendo-lhe, *“Onde estás?”* Temos o direito de concluir que Deus não sabia onde Adão estava? Porque desejava que Adão viesse e confessasse seu pecado, Ele o procurou e fez aquela pergunta, como se não soubesse onde ele se encontrava. Gen.18:20-22 oferece-nos outro exemplo de antropomorfismo. Aí Deus fala a Abraão como alguém que, tendo ouvido maus rumores, decidiu verificar pessoalmente os fatos antes de tomar quaisquer medidas. Vale esse modo de falar como argumento contra a onisciência de Deus? Certamente não. Por conseguinte, as passagens que falam de Deus haver-se arrependido, como Gen.6:6 e 1Sam. 15:11, não contradizem aquelas que descrevem o verdadeiro caráter de Deus, sem empregar quaisquer antropomorfismos. O profeta Samuel, por exemplo, disse, *“A Glória de Israel não mente nem se arrepende, porque não é uma passagem, para que se arrependa”* (1Sam.15:29). É de um interesse interessante haver constituído rei a Saul” (1Sam.15:11). Veja-se Num. 23.19.

Quando lemos que Deus modificou seus planos, decidindo, por exemplo, não condenar aqueles a quem antes havia ameaçado, não foi realmente Deus que mudou, e sim os homens. Quando estes se arrependeram de sua atitude para com Deus, ele retirou sua ameaça exatamente porque não muda, porque é sempre o mesmo, a aborrecer o mal e a amar o bem, e está, pronto sempre a perdoar e a aceitar os de coração quebrantado e contrito. (Veja-se Ex.32:14; Jz.2:18; 2Sam.24:16; 1Reis 21:17-29; Amós 7:1-6; Jonas 3:10; Sl.106:43-45; Jer.18:8).

4. Universalidade

Outra propriedade do decreto de Deus é a sua **universalidade**. Compreende tudo. Inclui tudo, todas as pessoas, todos os atos, todos os fenômenos, todas as circunstâncias. Estende-se a todos os fenômenos do mundo físico, com todas as ações da esfera moral, boas e más. Como veremos adiante, isto não quer dizer que Deus seja o autor do pecado, ou que Ele faça violência à livre agência. Mas a Bíblia ensina que Deus incluiu em seu decreto tanto as boas ações dos homens (Ef.2:16), como as más (Gen.45:5-8; Prov.16:4; At.2:23; 4:27,28); que Ele incluiu em seu plano tanto os fins como os meios, tanto as causas como seus efeitos (Sl.119:89-91; At.27:25-36; 2Tess.2:13; Ef.1:4). Ele decidiu quanto à duração da nossa vida (Jó 14:5; Sl.39:4) e quanto ao lugar de nossa habitação (At.17:26). Numa palavra, o decreto de Deus inclui tudo quanto acontece, até aquilo que para nós é accidental e contingente. (Gen.24:12-28; 1Reis 22:34,35; Prov.16:33). Deus não somente é o Autor, como também é o Governador do universo inteiro, e conseqüentemente nada acontece contra a sua vontade, nada escapa ao seu decreto que tudo abrange.

“O mesmo propósito divino que determina qualquer evento, determina-o como efeito de suas causas, promovido por seus meios, dependente de suas condições e acompanhado de seus resultados. As coisas não acontecem isoladas, nem foram predeterminadas para acontecer assim. Noutras palavras, o propósito de Deus abrange os meios assim como o resultado ou conseqüência impendente; a ordem, as relações e subordinações de todos os eventos, não menos essenciais ao plano divino do que os próprios eventos. Com referência à salvação dos

⁴³ A. A. Hodge, *Op. Cit.*, p. 204

⁴⁴ Louis Berkhof, *Op. Cit.*, I, 87, 88

*eleitos, o propósito de Deus não é somente que eles sejam salvos, mas que creiam, se arrependam e perseverem na fé e na santidade para a salvação”.*⁴⁵

5. Eficácia

Outra característica ou propriedade do decreto de Deus é sua eficácia. A Bíblia declara inequivocamente que nada e ninguém pode frustrar o propósito de Deus, e isto é admitido logicamente por todo ser pensante, que crê na onipotência divina. “ *Este é o desígnio que se formou concernente a toda a terra; e esta é a mão que está estendida sobre todas as nações. Porque o Senhor dos Exércitos o determinou; quem, pois, o invalidará? A sua mão está estendida; quem, pois, a fará voltar atrás?* ” (Is.14:26,27). “*O meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade*” (Is.46:10).

Mesmo quando os homens fazem o que querem, até mesmo pecando contra os mandamentos divinos (como no caso dos irmãos de José e no daqueles que mataram Jesus), no fim eles agem segundo o decreto de Deus. O Senhor cria os homens e também as circunstâncias em que estes vivem, os quais são levados a agir de conformidade com o que antes foi determinado, sem contudo serem coagidos a proceder assim. Agem de acordo com a sua própria natureza, inclinações e reações em certas circunstâncias. E o que Deus tem de fazer, para levá-los a proceder segundo o seu plano, é colocá-los nessas circunstâncias. Rodeados de tais circunstâncias, eles procedem de acordo com o seu próprio caráter, que se tornou pecaminoso depois da queda, e desta forma são responsáveis pelo que fazem, embora que ao mesmo tempo cumpram os planos divinos.

*“O decreto prove em todos os casos que o evento se efetue através de causas que agem de uma maneira perfeitamente condizente com a natureza desse mesmo evento. Assim, no caso de cada ato livre de um agente moral, o decreto dispõe ao mesmo tempo (a) que o agente proceda com liberdade; (b) que seus antecedentes e todos os antecedentes do ato em questão sejam o que são; (c) que todas as condições presentes do ato sejam o que são; (d) que os atos sejam perfeitamente espontâneos e livres da parte do agente; (e) que venham a realizar-se com certeza. (Sl.33:11; Prov.19:21; Is.46:10).”*⁴⁶

6. Liberdade

Outra propriedade do decreto de Deus é sua completa liberdade. “ *Quem guiou o Espírito do Senhor? ou, como seu conselheiro, o ensinou? Com quem tomou ele conselho, para que lhe desse compreensão? Quem o instruiu na vereda do juízo e lhe ensinou sabedoria e lhe mostrou o caminho de entendimento?* ” (Is.40:13,14). “*Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro lhe deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele e por meio dele e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém*” (Rom.11:34-36). Se estas passagens querem dizer alguma coisa, dizem que Deus é inteiramente independente em seu ser e seus atos.

Quando Deus decidiu criar o mundo como este é, e decretou o curso da história, Ele decidiu isto em inteira liberdade. Ele estava só. Não havia ninguém a quem consultasse. A existência das coisas e dos seres que vieram a existir dependeu em tudo de sua vontade e poder. Ele só podia ser livre no delineamento dos planos da criação. E reconhecer sua liberdade em tudo que faz é apenas reconhecer sua soberania.

*“Em decretar Ele foi levado unicamente por sua vontade infinitamente sábia, justa, benevolente e boa. Ele sempre tem resolvido fazer como lhe apraz, e o que lhe apraz sempre se harmoniza com as perfeições de sua natureza”.*⁴⁷

Na parábola dos trabalhadores na vinha, Cristo mostra que Deus é livre na distribuição das suas bênçãos. *“Quem trabalha neste vinhato, Cristo mostra que Deus é livre na distribuição das suas bênçãos. “fazer o que quero do que é meu? Ou são maus os teus olhos porque eu sou bom?” (Mat.20:14,15). Escrevendo sobre a ressurreição, Paulo alude às plantas, e diz que Deus dá a cada uma um corpo como lhe apraz. “ Mas Deus lhe dá corpo como lhe aprouve dar, e a*

⁴⁵ Crawford, *Fatherhood of God*, p.426, *apud* W. S. J. Shedd, *Dogmatic Theology*, I, 400.

⁴⁶ A. A. Hodge, *Op. Cit.*, p. 203

⁴⁷ A. A. Hodge, *Op. Cit.*, p. 208

cada uma das sementes o seu corpo apropriado” (1Cor.15:38). Se Deus é livre na distribuição das suas dádivas, e até na disposição dos corpos das plantas, Ele deve ter sido livre na concepção de seu decreto e deve ser livre na execução deste.

“Havendo Ele só, quando fez seu decreto, suas determinações não receberam influência de nenhum outro ser. Além do que, pelo fato de precisar agir de conformidade com sua sabedoria e santidade, era livre para fazer ou não fazer. Dentro do âmbito de suas perfeições, Ele podia fazer o que queria. É quase uma irreverência afirmar que Deus não podia fazer diferentemente do que fez, apesar de ser provável que Ele não quis fazer diferente, sendo guiado pelo que é digno

⁴⁸

7. Incondicionalidade

Outra propriedade do decreto de Deus é ser **incondicional**. O decreto de Deus é incondicional em sentido semelhante ao de ser livre. Não depende, para sua execução, de nada, de criatura alguma, nem de nenhum ato que possamos praticar. “ *Sua execução de modo algum se interrompe em face de condições que apareçam ou deixem de aparecer* ”. Quando Ele decretou o fim, também decretou os meios, e estes meios são por Ele criados no tempo e nas circunstâncias que devem resultar na execução de sua vontade. Nós mesmos e os nossos atos somos realmente parte integrante de seu plano, de sorte que este não depende de nós.

Mas, poder-se-á perguntar se não é verdade que muitos eventos, incluídos por Deus em seu decreto dependem de certas condições. E se assim é, esses eventos não são condicionais? Sim, os eventos dependem de suas condições, porém nem Deus nem seu decreto dependem delas, porque Deus mesmo é o criador tanto das condições como dos eventos. Até as livres ações de suas criaturas dele dependem, porque foi Ele quem criou estas, como são, no tempo e nas circunstâncias em que elas existem, e é Ele quem permite que elas procedam ou não em determinadas circunstâncias.

“Estamos agora preparados para abordar a proposição de que o ato de Deus, na elaboração de seu decreto, não depende de nada que suas criaturas façam. Noutro sentido, uma multidão de fatos decretados é condicional; todo o plano de Deus é uma sábia unidade, ligando os meios aos fins, as causas, com os efeitos. Com relação a cada um desses efeitos, sua ocorrência tem como condição a presença de sua causa, por força do próprio decreto de Deus. Mas ao passo que os eventos decretados são condicionais, o ato de Deus na elaboração do decreto não o é, ou não depende de nada que venha a ocorrer no tempo. Porquanto, no caso de cada evento dependente, seu decreto determinou a ocorrência da causa tanto quanto a de seu efeito. A mesma coisa é igualmente certa com relação àqueles eventos de seu plano dependentes das livres ações de agentes livres. Não há melhor ilustração do modo como Deus decreta eventos dependentes ou condicionais, absolutamente, por decretar igualmente as condições que os trarão à existência, do que Atos 27:22 comparado com o v. 31. Os arminianos admitem que todos esses atos intermediários dos homens foram eternamente previstos por Deus e assim foram abrangidos em seu plano como condições: mas não foram preordenados. Replicamos: se foram previstos com certeza, sua ocorrência era certa; se era certa, devia haver algo a determinar essa certeza. Esse algo ou era a preordenação sábia de Deus, ou era um fado ou destino, físico e cego. Os arminianos escolham”. ⁴⁹

8. Sabedoria

A última, mas não a menor propriedade dos decretos de Deus é serem absolutamente sábios e, portanto, bons. Se pudéssemos olhar de cima para os planos de Deus, olhando o céu, do ponto de vista divino, veríamos que perfeitos, maravilhosos e dignos de louvor eles são. A dificuldade conosco é que olhamos da terra, de baixo, para eles, e das obras de Deus temos só uma visão humana. Da obra e dos planos de Deus temos só uma visão parcial, incompleta. Não temos uma visão de seu conjunto e por isso não compreendemos

⁴⁸ L. S. Chafer, *B. S.*, XCVI: 144

⁴⁹ R. L. Dabney, *Op. Cit.*, pp. 218, 219

a harmonia e a, perfeição do que Ele faz. Sabemos, por exemplo que “ *todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito* ” (Rom. 8:28). No entanto, em nossa experiência não vemos como certas coisas e acontecimentos possam contribuir para o nosso bem. Não o vemos porque contemplamos essas coisas e acontecimentos como fatos isolados uns dos outros. Não podemos ver os fatos que vêm depois para fazer os precedentes e os conseqüentes um todo completo destinado ao nosso bem e felicidade, e também à glória de Deus. No texto acima citado há uma palavra muito importante, que explica como todas as coisas operam para o nosso bem, a saber, o advérbio **juntamente**. Fatos isolados em nossas vidas não contribuiriam para o nosso bem, mas todos os fatos, tomados em seu conjunto, fazem isso. E talvez nunca vejamos a harmonia e a perfeição dos planos de Deus enquanto estivermos aqui neste mundo, mas somente quando chegar o fim. Jó, por exemplo, não podia ver o propósito de seus sofrimentos até que o fim chegou, quando tudo se tornou claro, e o Senhor fez sua última condição mais feliz do que a primeira (Jó 42:12; cf. Tg.5:11). O mesmo é verdade com relação aos castigos que suportamos nesta vida, porque “*toda disciplina, com efeito, no momento não parece ser motivo de alegria, mas de tristeza; ao depois, entretanto, produz fruto pacífico aos que têm sido por ela exercitados, fruto de justiça*” (Heb.12:11).

Penso que a seguinte ilustração lançará alguma luz sobre o assunto. Houve uma jovem cujo pai falecera. Era crente, mas amara tanto ao pai que ficou amargurada, não querendo aceitar a vontade de Deus. Seu pastor, visitando-a, encontrou-a a trabalhar num lindo bordado. Enquanto conversavam, ela observou:

“Pastor, não compreendo para que Deus, tão útil à igreja e ao mundo, permita que uma jovem como eu deixe tanta gente que não presta para nada, que é uma vergonha e desgraça para todos”.

O ministro não respondeu logo, mas continuou a conversar sobre outros assuntos. Daí a pouco pediu para ver o bordado em que a moça trabalhava. Quando ela lho entregou, ele de propósito virou-o pelo avesso e, olhando esse lado, disse:

“Não compreendo por que uma moça inteligente como você gasta seu tempo a fazer uma coisa tão feia: um alinhavo aqui, outro ali, sem um plano ou harmonia. Que coisa feia!”

A moça atalhou de pronto:

“Mas, pastor, o senhor está vendo o lado avesso do bordado; está vendo o lado errado”.

Então o pastor virou o bordado e fixou a vista no lado direito. Como era lindo o desenho! E disse:

“Minha jovem, o que fiz com o seu bordado é o que fazemos com o plano de Deus. Olhamos de baixo. Vemos somente, por assim dizer, o lado avesso, de modo que não podemos compreender a sua beleza, perfeição e sabedoria. Se pudéssemos vê-lo de cima, do ponto de observação de Deus, seríamos capazes de compreender, de ver a harmonia de suas várias partes. Seríamos capazes de compreender como cada acontecimento se ajusta ao plano divino, até aqueles que nos perturbam e fazem sofrer muito”.

Podemos ficar certos que o plano ou decreto de Deus sempre é sábio e perfeito, ainda que tenha incluídos nele pecado e sofrimentos, permitidos por certos desígnios seus, mas

que Ele é capaz de comandar e vencer no devido tempo. E podemos ficar certos que tudo redundará por fim em sua glória e em nossa felicidade.

Há uma razão sábia para tudo quanto Deus tem feito ou fará; há uma razão boa para tudo quanto Ele permite. No fim tudo contribuirá para a sua glória: até sua permissão para a prática do mal redundará, como “*a ira dos homens*”, em seu louvor (Sl.76:10). Reconhecendo como era sábio o decreto de Deus, Paulo exclamou no fim do capítulo onze de Romanos, depois de discorrer sobre a predestinação: “*ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão*

inescrutáveis os seus caminhos!” (Rom. 11:33).

“Embora haja no decreto muita coisa que ultrapassa a compreensão humana e é inexplicável à mente finita, nada Ele contém que seja desarrazoado ou arbitrário. Deus formou seu desígnio com penetração sábia e conhecimento”.⁵⁰

VI - Decretos Positivos e Permissivos

Os decretos de Deus dividem-se logicamente em duas categorias: 1. Decretos positivos ou eficazes, e 2. Decretos permissivos.

Há nos decretos de Deus certas coisas que Ele mesmo executa. Há outras, no entanto, que Ele não executa, mas permite que suas criaturas racionais executem. Mas tanto o que Ele próprio executa como o que permite às suas criaturas executar está incluído em seu plano que tudo abrange, e foi, pois, decretado. *“Decretos eficazes são os que determinam ocorrências diretamente por meio de causas físicas (Jó 28:26) e de forças espirituais (Fp.2:1.3; Ef.2:8,10; 4:24)”*. Decretos permissivos são os que concernem ao mal moral ou ao pecado, que Deus decidiu permitir, mas do qual Ele não é a causa ou o autor.

Naturalmente, Deus é o único agente na criação, na providência, na regeneração, na inspiração, etc. Igualmente é Ele quem inspira as boas ações de agentes livres (especialmente no caso de pecadores que, de outro modo, nada podiam fazer de bom), como Paulo ensina em Fp.2:12,13, *“Desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar segundo a sua boa vontade”*. E também em Ef. 2:10: *“Somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas”*. Todavia os pecados cometidos por livres agentes — os anjos e os homens — foram decretados apenas permissivamente, porque Deus não pode ser o autor do pecado, e porque nada podia acontecer sem sua permissão.

*“Todos os acontecimentos, de qualquer que seja a natureza, que ocorrem no tempo, foram determinados ou preordenados por Deus desde toda a eternidade para ocorrer, e todos para a final promoção de sua própria glória. Deve-se, entretanto, notar cuidadosamente aqui que todos quantos sustentam corretamente esta doutrina, mantêm que há uma diferença a ser sempre observada entre o que tem sido denominado decreto eficaz e decreto permissivo de Deus. Seus decretos eficazes relacionam-se com tudo quanto é moralmente bom; seus decretos permissivos, com tudo quanto é moralmente mau. Noutras palavras, sua agência imediata, segundo o seu decreto, concerne a qualquer coisa moralmente boa, — sua agência imediata **nunca** se refere ao moralmente mau. Ele permite que o mal aconteça, e o dirige eficazmente para o bem, — para a promoção de sua glória”*.

“Quando se sabe, com certeza, que uma coisa vai ser feita, a menos que seja impedida, e quando há uma determinação de não impedi-la, essa coisa é dada como certa, como se fosse decretada para ser feita por agência positiva. Num caso, o evento é dado como certo por agência exercida e, no outro caso, é dado igualmente como certo por agência recusada. É decreto imutável em ambos os casos. Os pecados de Judas e dos que crucificaram o Salvador foram tão inalteravelmente decretados, permissivamente, quanto à vinda de Cristo ao mundo foi decretada positivamente. Daí poderdes perceber a coerência da Confissão de Fé com o senso comum, quando ela afirma que Deus, desde toda a eternidade, pelo muito sábio e santo conselho de sua própria vontade, livre e inalteravelmente preordenou tudo quanto acontece, etc. Percebeis, também, que

isto é claramente conciliável com a seguinte sentença, “Ele não é o autor do

⁵⁰ Louis Berkhof, *op. cit.*, I, 86

⁵¹ Dr. Green, *Lec. on the Shorter Cat.*, I, 180, 181

⁵² W. D. Smith, *What is Calvinism*, p. 32

condições de tentar uma solução deste problema, que tem desafiado os mais profundos pensadores através de séculos. Contudo devo dizer aqui que não se trata de um problema peculiar do Calvinismo. Pertence a todas as escolas de teologia e a todos os sistemas filosóficos.

Temos naturalmente de distinguir entre o mal moral (o pecado) e o mal natural (sofrimentos, perdas, etc). Deus não é o autor do primeiro, mas é o agente do segundo. Não devemos esquecer, todavia, que o mal natural é uma consequência do mal moral. Deus amaldiçoou a terra em consequência do pecado do homem. As seguintes passagens podem lançar alguma luz sobre o assunto. “ *Eu formo a luz, e crio as trevas; faço a paz e*

crio o mal” (Prov. 25:21), isto é, o mal natural é resultado do mal moral, e a consequência das leis de Deus, como vemos em Gal. 6:7, “ *Aquilo que o homem semear, isto também ceifará*”. “*Eis que estou forjando mal e formo um plano contra vós outros; convertei-vos, pois, agora, cada um do seu mau proceder*” (Jer.18:11). O mal natural que Deus ia formar seria o resultado do mal moral deles. Veja-se Jer.11:17; 19:15; Miq.1:12, etc.

1. Três fatos a respeito do problema do mal:

Embora todos não possam concordar em tudo quanto se refere a este problema intrincado, há pelo menos três fatos que todos os teístas admitirão neste particular: **1.** A existência do mal, **2.** O fato de Deus não poder ser o autor do mal, e **3.** O fato de Deus permitir que o mal exista.

a) O primeiro fato que todos temos de reconhecer é a existência do mal ou pecado no mundo. Os sofrimentos a que todos estamos sujeitos; o egoísmo que caracteriza todos os homens; os inúmeros atos maus que têm sido cometidos por todos os membros da raça humana através das eras; a existência de pecados como o orgulho, o ódio, a cobiça, os ciúmes, as mentiras, a lascívia e um sem número de pecados semelhantes a estes, pecados que nós mesmos experimentamos, e pecados que vemos ao nosso redor, em nosso próximo. Todos estes fatos conspiram em provar o triste, mas incontestável fato de que o mal existe no mundo. Quereis uma prova do numa só palavra? A **guerra**. Já se disse que a história da humanidade tem sido escrita com sangue, porque é a história de suas guerras. E a guerra, a maior loucura e a maior crueldade que o homem é capaz, revela a dolorosa condição do gênero humano sob o domínio do pecado.

A realidade do mal é tão evidente que os pagãos foram levados a pensar que existem no mundo duas forças eternas e opostas entre si, as quais têm estado e estarão em luta constante para todo o sempre. Nós, que cremos num Deus eterno e onipotente, não podemos concordar com essa teoria. Não cremos nesse dualismo. Mas não podemos negar a realidade do mal, não só porque sabemos de sua existência por nossa própria experiência, mas especialmente porque a revelação de Deus afirma essa existência e anuncia sua final derrocada, no fim desta luta terrível. Sabemos que o bem é eterno, porque tem sua fonte em Deus, que não teve princípio nem terá jamais fim; mas o mal é transitório, porque começou no tempo, com os seres criados, e acabará (no sentido de ser vencido) no tempo marcado por Deus, depois de ter realizado seu propósito. E assim, na eternidade, para onde marchamos, o bem reinará supremo, sem oposição, (ver Rom. 16:20).

b) O segundo fato que todos temos de admitir é que Deus não é o autor do mal. O Deus em quem cremos é infinitamente bom e perfeito. Não podia ser o srinador do mal. Todas as Escrituras ensinam que Deus é infinitamente santo e por isso, não podia ser o autor de algo que é exatamente o oposto de sua natureza. O verdadeiro conceito do mal por si mesmo nega a possibilidade de se atribuir sua srce a Deus. O mal em sua essência opõe-se, é contrário a Deus e suas perfeições, em suma, viola suas leis. A Bíblia ensina que até certas coisas que em si mesmas não são pecaminosas, podem tornar-se tais, se as praticarmos contra nossa consciência, isto é, contra aquilo que supomos ser a vontade de Deus (cf. Rom. 14:14, 23; 1Cor.8:8-13).

Que o mal se opõe a Deus vem sugerido pela figura da luz e das trevas, empregada pela Bíblia para designar a Deus e a Satanás, respectivamente. “*Deus é luz, e não há nele treva nenhuma*” (1Jo.1:5). Mas o reino de Satanás é o reino das trevas (Ef.6:12; At.26:18;

Col. 1:12,13). Que são as trevas? São a ausência da luz. Assim, pois, que é o mal? E a ausência de Deus, de quem procede todo o bem. Portanto, Ele não pode ser o srcinador do mal, visto como não pode contradizer-se a si mesmo. Não pode ser ao mesmo tempo luz e trevas. Esta é a razão pela qual Tiago declara em sua epístola: “*Deus não pode ser tentado pelo mal*” (Tg.1:13).

Estas considerações sugerem uma pergunta muito importante: qual é a natureza e qual é a srcem do mal? É o mal uma tendência impessoal, ou se srcinou numa pessoa?

O mal não pode ser uma tendência impessoal, porque neste caso teríamos de admitir uma das duas: ou Deus e o autor do pecado, ou existem duas forças opostas entre si no mundo. Noutros termos, se o mal fosse uma tendência, ou seria ele criado por Deus (o que importaria em negar a santidade divina), ou o dualismo seria uma verdade. E então, como começou o mal?

A única explicação possível da srcem do mal é a existência de um ser superior ou ser moral que, tendo sido feito livre, podia opor-se a Deus. No momento em que Deus criou um ser moral, inteligente, livre e responsável, dotado de vontade que podia opor-se à sua, ele criou a possibilidade de se desobedecer a essa sua vontade e, portanto, criou a possibilidade do pecado que, como já vimos, é algo contrário a Deus ou é afastamento de Deus. Ser moral é o que é livre e responsável, e portanto tem o direito de obedecer ou de desobedecer a Deus. Além do que, não há valor algum na obediência que não se acompanha da possibilidade de desobedecer. Visto como Deus não se pode contradizer a si mesmo, não podia negar a um livre agente o direito de desobedecer-lhe; ou, noutras palavras, não podia tirar-lhe o que ele próprio lhe houvera dado — a liberdade.

A Bíblia dá a entender que toda vez que Deus criou um ser moral, submete u-o a uma prova para ver se lhe obedecia ou não, dando-lhe uma oportunidade de decidir ser a favor ou contra Deus. Foi este o caso dos anjos, e foi igualmente o caso do homem, no princípio. O mesmo aconteceu até com o homem Jesus Cristo, quando o Espírito o impeliu ao deserto para ser tentado pelo diabo. Apesar de ser Filho, precisou aprender a obediência através de seus sofrimentos (Heb.5:8).

A Bíblia não diz exatamente quando e como o mal começou, mas revela que por causa do orgulho, Satanás deu-lhe srcem. Quando Deus criou o homem, o mal já existia, visto como, antes da queda, proibiu-lhe comer do fruto da árvore da ciência do bem e do **mal**. Penso que esta é a razão por que Deus proveu redenção para o homem, porém não para Satanás e seus anjos. Não foi o homem que srcinou o espírito de revolta contra Deus, e de certo modo foi vítima do grande adversário de Deus. Note-se nesta conexão que o inferno não foi feito para o homem, mas foi “*preparado para o diabo e seus anjos*” (Mat. 25:41).

Concluímos, pois, que o mal começou com a desobediência de um ser moral, que se rebelou contra Deus e levou o homem a seguir-lhe as pegadas. Depois de começar com um ato de desobediência e revolta, o mal **tornou-se uma tendência nos seres desobedientes**. Temos aí por que todos os descendentes de Adão nascem com uma natureza pecaminosa, como o declarou Davi: “*Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe*” (Sl.51:5). Deus é o único que pode modificar e extinguir essa tendência mediante uma completa transformação chamada nas Escrituras **novo nascimento**.

c) O terceiro fato que precisamos admitir, com referência a este assunto, é que Deus decidiu permitir o mal, permitir que o pecado entrasse no mundo. Admitir a santidade de Deus é reconhecer que Ele não podia ser o srcinador do mal, como já vimos. Mas, por outro lado, crer em sua onipotência é reconhecer que o mal não podia vir a existir

sem que Ele o permitisse. É claro que Ele decidiu, por algumas razões não reveladas de todo, permitir que o mal penetrasse no mundo. Contudo não precisamos inquietar-nos com as razões de Deus, porque Ele mesmo nos tem dito em sua Palavra que “*as coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus; porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre*” (Deut. 29:29). Todavia não devemos esquecer que, permitindo a existência do mal, Deus é capaz de controlá-lo e também de extingui-lo no devido tempo, como é certo que vai fazer.

Que Deus domina o mal e os seres malignos vemo-lo no fato de Satanás não poder

fazer qualquer mal a Jó, enquanto Deus não lho permitiu, e ainda assim somente até onde Deus permitiu. Mesmo para entrar nos porcos, os demônios precisaram pedir que Cristo lho permitisse (Mat.8:31,32). O desejo de Satanás, durante muito tempo, fora naturalmente destruir Jó, mas nada pôde fazer sem a permissão divina. Porém, pelo fato de permitir que Satanás fizesse o que desejava, Deus merece censura pelos atos do maligno? Certo que não. O mesmo se diga dos homens. Todos nascemos em pecado, e nossa tendência é cada vez mais para o pecado. Deus entretanto domina em nós essa tendência, interferindo ou deixando de interferir permitindo ou não permitindo que nos afastemos dele até onde queiramos. Algumas vezes Deus coíbe as ações dos homens, como no caso de Abimeleque, a quem Ele disse: “*Daí o ter impedido eu de pecares contra mim, e não te permiti que a tocasses*” (Gen.20:6). Que Deus é capaz de dominar até os desejos dos homens vem declarado em Ex. 34:24, onde lemos: “*Ninguém cobiçará a tua terra, quando subires para comparecer na presença do Senhor teu Deus três vezes no ano*”. Outras vezes, no entanto, Deus permite que os homens procedam como querem, abandonando-os às suas próprias tendências e desejos. Lemos, por exemplo, que “*nas gerações passadas, Deus permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos*” (At.14:16). Lemos também que “*lhes fez o que desejavam*” (Sl.78:29). Ainda lemos em Rom.1:24,28 que, por causa do orgulho, da ingratidão e da vaidade dos homens, Deus “*os entregou à imundícia, pelas concupiscências de seus próprios corações, para desonrarem os seus corpos entre si; e por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes*”. (Leia-se também Deut. 8:2; 2Cron. 32:31; Os.4:7).

2. Três possíveis explicações da razão pela qual Deus permitiu o pecado:

De acordo com tudo quanto foi dito acima, vemos que o mal moral, tanto em sua origem como em seu prosseguimento, foi incluído nos decretos de Deus como **permitido**, mas permitido com algum sábio objetivo.

Que Deus decretou permitir o pecado, desde toda a eternidade, vê-se no fato que, também desde toda a eternidade, Ele decretou salvar pessoas mediante a morte de Cristo, como se declara na seguinte passagem das Escrituras: “*Não foi mediante coisas, corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram, mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo, conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos, por amor de vós*” (1Ped.1:18-20; veja-se também o v. 2 e Rom.8:29; 2Tim.1:9; Tito1:2; Apoc.13:8).

Há outra pergunta a fazer em conexão com este magno assunto, a saber: Por que permitiu Deus que o mal entrasse no mundo? Se Ele odeia o mal e tem todo o poder, de modo que poderia tê-lo impedido, por que o permitiu com suas consequências indescritivelmente dolorosas? Esta é a pergunta que mais nos deixa perplexos. Jamais seremos capazes de responder a ela nesta vida.

“A permissão e a presença do pecado no universo, onde Deus infinitamente santo, exerce domínio, ocasionam um entrelaçamento de idéias, as quais, por tudo quanto envolvem, nenhum espírito humano pode harmonizar completamente. Tendo-se em vista as duas realidades inconciliáveis, Deus e o pecado, é certo que a solução da dificuldade não será descoberta nem na suposição de que Deus era incapaz de impedir o aparecimento do pecado no universo, nem de que Ele não pode fazê-lo cessar a qualquer momento. Na procura dessa solução, é certo que o dilema não será vencido ou atenuado, supondo-se que o pecado não é excessivamente mau à vista de Deus — pois Ele tem-lhe aversão absoluta. O fato

permanece sem modificação, que Deus, ativo e infinitamente santo, e absolutamente livre em seus empreendimentos, sendo capaz de criar ou não criar, e de excluir o mal daquilo por Ele criado, permitiu não obstante que o mal aparecesse e operasse na esfera dos anjos e do homem. Esta perplexidade sobre de ponto, atingindo um grau imensurável, se considera o fato de que Deus sabia, quando permitiu a manifestação do pecado, que este lhe custaria o maior sacrifício que lhe seria possível fazer — a morte de seu Filho. As Escrituras atestam, com bastante ênfase que (a) Deus é todo-poderoso e, por conseguinte,

*não recebe imposição do pecado contra sua vontade permissiva; (b) que Deus é perfeitamente santo e odeia o pecado incondicionalmente; e (c) que o pecado está presente no universo, ocasionando toda sorte de malefícios aos seres criados e que esse dano, em vista da incapacidade de alguns de entrarem na graça da redenção, pesará sobre eles por toda a eternidade".*⁵³

Embora as perguntas acerca deste problema sejam de fato desconcertantes, algumas respostas têm sido sugeridas. Vou referir algumas.

1. “Sendo o propósito final de Deus trazer os homens à sua semelhança, estes, para alcançar esse fim, devem chegar a saber em certo grau o

que Deus sabe. Devem reconhecer o caráter maligno do pecado. Este, intuitivamente, Deus conhece; mas tal conhecimento pode ser adquirido, pelas criaturas, apenas por meio de observação e experiência. Obviamente, se o propósito divino tem de ser realizado, ao mal deve-se permitir que se manifeste. O que a demonstração do pecado e sua experiência podem significar para os anjos não está revelado”.⁵⁴

2. Uma segunda explicação é que a existência de agentes livres no universo seria uma possibilidade virtual de revolta contra Deus, em qualquer tempo.

Noutras palavras, a existência de vontades livres, capazes de se opor à vontade de Deus, seria, por toda a eternidade, um princípio potencial de pecado, e tal princípio de pecado tinha de ser trazido “a juízo completo e final”. Deus desejou tornar impossível, no fim, não somente a realidade do pecado, mas até sua possibilidade. Como não é possível condenar uma abstração, Deus permitiu que o pecado ou o mal se concretizasse, de modo a poder ser condenado na cruz, onde seu caráter foi plenamente revelado nos sofrimentos do Filho de Deus. Por essa forma todas as criaturas de Deus aprenderiam que coisa insana, penosa indescritivelmente ingrata e desastrosa é desobedecer a Deus, e depois da experiência dolorosa do pecado todas elas se conformariam natural e alegremente com a sua perfeita vontade e trilhariam seus caminhos sapientíssimos. Foi esta a experiência do Filho Pródigo.

3. Uma terceira explicação é que Deus permitiu o pecado a fim de ter oportunidade de dar a conhecer sua justiça e sua graça, que jamais poderiam ser reveladas se no mundo não houvesse pecadores, para serem condenados, ou serem salvos.

Paulo sugere isso nas seguintes passagens: “Que diremos, pois, se Deus querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão?” (Rom.9:22,23). “Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo...

para louvor da glória da sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado... a fim de sermos para louvor da sua glória” (Ef.1:4-6, 9-12).

É interessante, porém, notar que a Bíblia jamais procura responder nossas perguntas sobre o problema do mal e do sofrimento.

No caso clássico de Jó, a única resposta que Deus lhe deu foi que, se ele não podia entender os fatos mais simples da natureza, como podia compreender os mistérios divinos? Todavia, deve ter sido um gozo e glória indizíveis para ele saber que seus sofrimentos contribuíram para a glória de Deus e confusão de Satanás. E note-se também que no fim tudo para Jó veio a ser melhor do que no princípio. E o mesmo acontecerá a todos quantos pertencem a Deus.

No caso do cego de nascença, temos o que podemos chamar “o problema do mal num caso concreto”. Cristo, no entanto, não procurou responder a pergunta acerca desse

problema, porém fez melhor: isto é, primeiro declarou que os sofrimentos daquele homem não veio para responder nossas perguntas quanto ao problema do mal, mas, muito melhor do que isso, veio para destruir o mal. Como Ele disse naquela ocasião: “É necessário que façamos as obras daquele que me enviou, enquanto é dia; a noite vem, quando ninguém pode trabalhar. Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo” (Jo.9:4,5). E havendo dito

⁵³ L. S. Chafer, *B. S.*, XCVI: 149, 150

⁵⁴ L. S. Chafer, *B. S.*, XCVI: p.152

isso, deu luz ao cego.

Cristo veio para destruir o mal, *“para destruir as obras do diabo”* (1Jo.3:8). Foi Ele que se tornou semente da mulher para esmagar a cabeça da serpente. E Ele fez isso mediante sua vida, morte e ressurreição (Heb.2:14). Agora Ele está à direita do Pai, aguardando o tempo fixado por Deus, em seus decretos, quando todos os seus inimigos serão postos por estrado de seus pés (Heb.1:13). No livro do Apocalipse, onde se nos descrevem as últimas coisas, vemos o Cristo vitorioso destruindo todo o mal e toda oposição a Deus, e lançando a antiga serpente, que é o diabo e Satanás, no lago de fogo e enxofre. Será isso o fim da grande luta anunciada em Gen.3:15, fim glorioso com a vitória completa da luz sobre as trevas da morte, da verdade sobre a mentira, da vida sobre a morte, do bem sobre o mal, de Deus sobre o mal.

É verdade que não podemos explicar o problema intrinca do do mal, mas isso não é o que mais importa: o mais importante é sabermos que o mal será destruído e no final tudo redundará na glória de Deus e no gozo e felicidade de todos quantos lhe pertencem.

VII - O Objetivo dos Decretos de Deus

O objetivo supremo dos decretos de Deus, como de tudo o mais no universo, é a glória do mesmo Deus. O ensino da Bíblia a este respeito é claro como a luz meridiana.

1) A glória de Deus é a mais alta finalidade da criação, conforme a expressão de todos os remidos no seu hino celestial de louvor: *“Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas ”* (Apoc.4:11). *“Tão certo como eu vivo, toda a terra se encherá da glória do Senhor ”* (Num.14:21). *“Santo, santo, santo é o Senhor cios Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória ”* (Is.6:3). *“Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos ”* (Sl.19:1). A Bíblia ensina que tudo foi criado por Deus e para Ele, isto é, para sua glória e para seu prazer. (Veja-se Col.1:16; Prov.16:4; Rm.11:36).

2) A glória de Deus é o supremo fim de seus decretos, tanto na condenação dos ímpios como na salvação dos eleitos, porque Deus será glorificado não só na salvação de seus filhos, como também na derrota de Satanás e de todos quantos Ele representa. *“Que diremos, pois, se Deus querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longa nimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão, os quais somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios?”* (Rom.9:22-24). *“... Nos predestinou para ele... para louvor da glória de sua graça, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade, a fim de sermos para louvor da sua glória”* (Ef.1:5,6,11,12; veja-se Ef.3:9,10). E as cenas descritas no Apocalipse, onde vemos todos os remidos louvando a Deus e a sua glória, mostram que esta finalidade dos decretos de Deus será alcançada plenamente.

3) A glória de Deus é o objetivo de sua providência. *“Por amor de mim, por amor de mim é que faço isto; porque como seria profanado o meu nome? A minha glória não a dou a outrem”* (Ts.48:11). *“O que fiz, porém, foi por amor de meu nome, para que não fosse profanado diante das nações, no meio das quais eles estavam”* (Ez. 20:9).

4) A glória de Deus foi o alvo da vida e obra de Cristo. *“Glorifica a teu Filho, para que o Filho te glorifique a ti... Eu te glorifiquei na terra, consumando a obra que me confiaste para fazer”* (Jo.17:1,4). A obra da salvação que Cristo veio realizar não dá ao homem nenhuma oportunidade de jactância ou vangloria. A glória é toda de Deus. *“ Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios, e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes; e Deus escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são; a fim de que ninguém se vanglorie na presença de Deus. Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou da parte de Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção, para que, como está escrito: Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor ”* (1Cor.1:27-31). *“ Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”* (Ef.2:8,9).

5) A glória de Deus é o alvo de nossas boas obras : “Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus” (Mat.5:16). “Nisto é glorificado meu Pai, em que deis muito fruto” (Jo.15:8). E, por outro lado, quando os filhos de Deus falham, suas más obras contribuem para a desonra de Deus, como no caso de Davi (2Sam.12:14; veja-se Ne.5:9).

6) Quatro razões pelas quais Deus tem o direito de buscar a sua glória:

Alguém poderá perguntar, entretanto — Procurar a glória de si mesmo não é revelar egoísmo e até mesmo orgulho? É com reverência que formulamos esta pergunta e a formulamos somente porque os homens são por tal forma insensatos que às vezes, sem fazer a necessária distinção entre o Criador e suas criaturas, fazem perguntas como esta, e levantam objeções dessa natureza. E egoísmo e vaidade um homem procurar sua própria glória. Mas não é assim com o Criador. Consideremos os fatos seguintes a respeito deste assunto:

6.1. Devemos notar, em primeiro lugar, que Deus é o único ser auto-existente. Em última análise, ele é, o único ser que tem o direito de existir. Todos os outros seres foram criados por ele e dependem dele. Tudo que somos e temos vem de Deus. Todas, as coisas boas que existem foram por Ele criadas e são expressões de suas infinitas perfeições. Toda a beleza, bondade e glória que há no universo, nos seres racionais como nos irracionais, tanto no mundo físico como na espiritual, vieram dele e são expressões ou revelações de sua glória. Nenhum homem e nenhuma outra criatura têm o direito de vangloriar-se do que é ou tem, porque, não é o criador de nada. Tudo quanto temos recebemos de Deus. Tudo o que de bom façamos, devemos-lo ao fato de Deus nos ter dado capacidade de fazê-lo. E se, nessas coisas, há alguma glória a quem pertence ela? A Deus, naturalmente, que as criou como revelações de suas perfeições. Esta é a razão de Paulo haver escrito; “*Quem é que te faz sobressair? E que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?*” (1Cor.4.7). O homem nada tem em si de que se vanglorie, visto como nada há que não tenha recebido. É assim com Deus?

6.2. Em segundo lugar devemos notar qual é o sentido em que Deus procura sua glória em tudo. Não é no sentido comum e humano em que procuramos nossa própria glória. Deus tem em si mesmo glória infinita e nada pode ser acrescentado a ela. Para ser feliz ou glorioso Ele não precisa de suas criaturas. Há beleza natural e eterna em sua santidade e em todos os seus atributos. Quando a Bíblia diz que tudo tem por alvo a glória de Deus, quer dizer que tudo tem por finalidade revelar a glória de Deus. Foi isso que Davi expressou no Salmo 19: “*Os céus proclamam a glória de Deus e o Armamento anuncia as obras das suas mãos*.” A glória de Deus existiu desde toda a eternidade. Ele porém decidiu revelá-la nas obras de sua criação, redenção e providência, para nossa admiração e felicidade. Proclamar a beleza de sua santidade, anunciar a grandeza do seu poder, louvar a glória de sua misericórdia é o gozo de nosso culto na terra, e será a felicidade de nossa adoração no céu.

6.3. Em terceiro lugar devemos notar que, se a criação é apenas a revelação da glória de Deus, é um insensato desvio de seu real objetivo atribuir glória a qualquer criatura, porque será dar à coisa criada a glória que pertence ao seu autor. Que tolice seria dar à música a glória que pertence ao musicista; ou dar a uma peça artística a glória que pertence ao artista seu autor! Quando uma criatura se gloria, é o mesmo que um edifício jactar-se de sua solidez e beleza, ao invés de atribuí-las ao arquiteto. (Jer.9:23,24).

Penso que temos aqui uma explicação do grande drama do pecado e revolta no universo, a saber, as criaturas, em vez de darem a Deus o louvor e a glória que Ele merece por havê-las criado como são e por haver-lhes dado o que elas têm, glorificaram-se a si mesmas como se devessem tudo a si próprias. Foi este o caso de Satanás, que se gloriou em sua beleza e sabedoria, resolvendo roubar a glória de Deus. “*Ó estrela da manhã, filho da alva!... Dizias no teu coração: Eu subirei ao céu, acima das estrelas de Deus exaltarei o meu trono... serei semelhante ao Altíssimo*” (Is.14:12-14; cf. Ez.28:1-19; Mat.4:8-10; 2Tess.2:3-9). E este é também o caso dos homens que, como disse Paulo, “*tendo conhecimento de Deus não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes se*

tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato" (Rom.1:21). O que mais encantou a Adão e Eva, na tentação, foi, "Como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal" (Gen.3:5). E alguns em seu orgulho tolo, têm até aceitado homenagem que pertence somente a Deus (cf. At.12:20-23).

6.4. Em quarto lugar, no caso de Deus, procurar sua própria glória não pode ser orgulho nem egoísmo, porque Ele é contrário a todo orgulho e egoísmo (veja-se Tg.4:6). Além disso, Ele deu a mais maravilhosa prova de altruísmo e humildade na encarnação, vida e morte de seu único Filho, a Segunda Pessoa da Trindade Santíssima. *"Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação a ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em forma humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz"* (Fp.2:5-9). E assim o Filho de Deus, em sua humilhação ofereceu o maior contraste do orgulho de Satanás, porque enquanto este, sendo criatura, exaltou-se procurando ser igual a Deus, Cristo, sendo Deus, humilhou-se, tornando-se criatura, para vindicar a glória de Deus e salvar o gênero humano. E assim o orgulho da criatura resultou em pecado e condenação, e a humilhação do Criador resultou em glória e salvação. Não foi esta a razão por que Deus permitiu o pecado, para que pudesse mostrar, pelos sofrimentos de seu Filho unigênito, que Ele não somente tem a glória e a honra e o poder, mas que também é digno de recebê-los? (Veja-se Apoc.4:11; 5:12).

Obedeçamos, pois, as insistentes recomendações da Bíblia, que nos convida a louvar o Senhor. *"Louvai o Senhor". "Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor"* (1Co.1:31). *"Quer como louvor, ou como ação de graças, ou como sacrifício, ou em qualquer outra coisa, sempre fazendo tudo, para a glória de Deus Cristo, a quem pertence a glória e o domínio pelos séculos dos séculos. Amém"*. (1Pe.4:11).

CAPÍTULO III

PREDESTINAÇÃO

I - Definição da Doutrina

Predestinação é o decreto divino com referência aos seres morais — os anjos e os homens.

A Confissão de Fé de Westminster apresenta a doutrina da predestinação nos seguintes termos:

"Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna, e outros preordenados para a

morte eterna".⁵⁵

João Calvino define a predestinação como segue:

*"Chamamos predestinação ao eterno decreto de Deus, pelo qual determinou em si mesmo o que Ele quis que todo indivíduo do gênero humano viesse a ser. Porque eles não são criados todos com o mesmo destino; mas para alguns é preordenada a vida eterna, e para outros, a condenação eterna. Portanto, sendo criada cada pessoa para um ou outro destes fins, dizemos que é predestinada ou para a vida ou para a morte".*⁵⁶

As doutrinas da predestinação têm provocado mais gente perplexa do que qualquer outra das grandes doutrinas da Bíblia. Predestinação, entretanto, é a coisa mais comum do mundo; vemos todos os dias ao nosso redor e parece-nos uma coisa perfeitamente natural.

Nas palavras do Dr. Abraão Kuyper:

*"A determinação da existência de todas as coisas a serem criadas, ou o que deve ser camélia, ou ranúnculo; rouxinol, ou galo; cervo ou suíno; e igualmente entre os homens, a determinação de nossas pessoas, se alguém deve nascer menino ou, menina, rico ou pobre, estúpido ou inteligente, branco ou preto, ou até mesmo Abel ou Caim, é a mais tremenda predestinação concebível no céu ou na terra. Vemo-la todavia ocorrer diante de nossos olhos todos os dias, e nós mesmos estamos sujeitos a ela em nossa personalidade inteira. Toda a nossa existência, nossa própria natureza, nossa posição na vida, dependem inteiramente dela. Esta predestinação, que abrange tudo, é colocada pelos calvinistas não nas mãos do homem, e menos ainda nas mãos de força natural cega, mas nas mãos do Deus Todo-poderoso, soberano Criador e Dono dos céus e da terra. Sob a figura do barro e do oleiro, as Escrituras, desde os tempos dos profetas, vêm-nos expondo essa eleição que domina tudo. Eleição na criação, eleição na providência e assim também eleição para a vida eterna; eleição na esfera da graça, tanto quanto na esfera da natureza".*⁵⁷

Escrevendo sobre o mistério da providência de Deus, João Wesley empregou palavras muito parecidas com as acima citadas:

*"Incompreensíveis para nós são muitas das providências de Deus relativamente a determinadas famílias. Não podemos de modo algum compreender por que Ele leva algumas a riqueza, a honra, a poder, e por que, ao mesmo tempo, deprime outras com pobreza e várias aflições. Algumas prosperam admiravelmente em tudo quanto empreendem, tudo convergindo para elas, enquanto outras, com toda a sua diligência e trabalho, mal arranjam o pão de cada dia. E pode acontecer que prosperidade e aplausos acompanhem as primeiras até à morte, ao passo que as últimas sorvem o cálice da adversidade pela vida a fora. Entretanto não vemos a razão por que aquelas são prósperas, e estas enfrentam adversidade."*⁵⁸

"Tanto menos podemos explicar as providências de Deus com relação às pessoas individualmente. Não sabemos por que a um cai por sorte nascer na Europa, a outro cai nascer nas selvas da América; por que um nasce de pais ricos e nobres, outro de pais pobres; por que o pai e a mãe de um são fortes e sadios; os de outro são fracos e doentes, em consequência do que arrasta uma vida miserável até à morte, sujeito a penúrias, a sofrimentos e a um sem número de tentações, das quais não encontra meio de fugir. Quantos não existem, desde a infância, rodeados de certas influências, os quais não parecem ter nenhuma oportunidade (como dizem alguns) nenhuma possibilidade de ser úteis nem a si, nem aos outros! Por que é que eles, sem que lhes fosse dado escolher antes, se viram

⁵⁵ *Confissão de Fé*, Cap. III, § 3.

⁵⁶ João Calvino, *op. cit.*, Livro III, Cap. XXI, § 5

⁵⁷ Abraão Kuyper, apud Loraine Boettner, *op. cit.*, p.17

⁵⁸ João Wesley, *Christian Theology*, pags.130,131

emaranhados em tais relações de parentesco? Por que pessoas nocivas se lhes atravessaram no caminho, de modo que não sabem como escapar das tais? E por que pessoas que lhes podiam ser úteis são afastadas de suas vistas, ou lhes são arrebatadas quando mais delas precisam? Ó Deus, como são impenetráveis os teus desígnios! profundos demais para serem sondados pela nossa razão, e nossa sabedoria não pode entender os meios pelos quais os executas”.⁵⁹

Assim, até mesmo João Wesley reconhecia a predestinação na presente vida. Por que não a reconhecia no tocante à vida futura? Sabemos que as condições e circunstâncias em que Deus coloca muitos indivíduos decidem do destino futuro deles. Vê-se isto no caso dos

condenados injustamente, porque a causa de sua condenação não seria, não a não aceitação do Evangelho, e sim os pecados deles. Referindo-se aos tais, Paulo disse que são “inescusáveis”, porque tiveram a revelação natural e, no entanto, não reconheceram Deus como Deus, nem Lhe deram graças. “Sem lei pecaram”, e “sem lei perecerão” (Veja-se Rom.1:18-25; 2:12-16).

II - As Duas Divisões da Doutrina da Predestinação: Eleição e Reprovação ou Preterição.

A doutrina da predestinação tem duas divisões lógicas: Eleição em referência aos salvos, e Reprovação ou Preterição relativamente aos condenados. Eleger alguns significa que outros são rejeitados.

No caso dos eleitos, Deus, escolhe-os positivamente do meio da humanidade perdida, e age positivamente em benefício deles, regenerando-os, dando-lhes vida nova e eterna. Mas quanto aos não eleitos, temos por assim dizer uma atitude negativa de Deus, que os deixa de lado, na posição em que já se encontram, para perecerem nos seus pecados. E assim, na Eleição temos um ato positivo da misericórdia de Deus; na Reprovação temos uma atitude negativa de Deus. Esta é a razão pela qual alguns preferem chamar Preterição a esta doutrina, um deixar de parte, passar por cima, omitir, semelhante ao caso de um testador que ignora, despreza ou deixa de mencionar um ou mais de seus herdeiros. Esta distinção é importante, visto mostrar que Deus é misericordioso para com aqueles a quem salva, sem ser injusto para com aqueles a quem não salva. Não há nenhuma injustiça na preterição, porque o fato é que todo o gênero humano já está condenado e todos nós merecemos a ira e o castigo de Deus. A maravilha não é que Deus só salva os eleitos e não a todos; a maravilha é simplesmente Ele ainda salvar alguém. O admirável é Ele não deixar que toda a humanidade pereça em seus pecados, como fez no caso dos anjos caídos, para os quais não há qualquer provisão de salvação. A Confissão de Fé de Westminster distingue entre a eleição dos salvos e a rejeição dos condenados, empregando um termo diferente para cada caso. Quanto aos eleitos emprega a palavra “predestinados”, mas com relação aos não salvos usa o termo “preordenados”. Como John Macpherson observa:

“Deve-se notar que em parte alguma deste capítulo (III) se emprega o termo predestinação em referência ao mal, enquanto que preordenação se usa da mesma maneira tanto a respeito do bem como do mal. Ora, nada existe nessas palavras que justifique tal distinção, mas evidentemente os teólogos de Westminster quiseram deixar claro que eles consideravam o proceder de Deus com relação aos eleitos e o seu outro proceder com relação aos réprobos, baseados, respectivamente, em fundamentos de todo diferentes. Num caso, temos um ato de graça, determinado puramente pela boa vontade de Deus; no outro caso, temos um ato de condenação, determinado pelo pecado dos indivíduos”.⁶⁰

III - Doutrinas que implicam Predestinação

A doutrina da Predestinação está implícita em várias outras doutrinas da Bíblia, de

⁵⁹ João Wesley, *Christian Theology*, pags.130,131

⁶⁰ John Macpherson. *The Confession of Faith*, p.48

modo que, a se admitirem estas, admitir-se-á aquela. São as seguintes: A doutrina do Pecado Original e Depravação Total, a da Regeneração ou Novo Nascimento, a da Salvação unicamente pela Graça, a da Soberania de Deus, a da Providencia.

Consideremos agora estas doutrinas, para ver como está implícita nelas a Predestinação, segundo já declaramos.

1. A doutrina do Pecado Original e Depravação Total

Cremos que a Bíblia ensina que, pecando Adão, todo o gênero humano pecou nele. Ele era o cabeça **natural** e **federal** de toda a raça humana. Trazia em si o germe de toda a humanidade. Hereditariamente a raça não confirmava plenamente o ensino das Escrituras a única que explica como nos identificamos realmente com todos os nossos ancestrais, inclusive naturalmente nossos primeiros pais. Somos formados da substância dos corpos e das almas de nossos pais, e visto como eles são pecadores, fomos concebidos em pecado. É isto exatamente o que Davi disse quando confessou a Deus seu grande pecado: *“Eis que em iniquidade fui formado, e **em pecado me concebeu minha mãe**”* (Sl.51:5).

Uma prova de todos os membros da raça humana terem sido concebidos em pecado é o fato universal de todos serem pecadores. E isto não é consequência de mera ignorância ou de ambiente, porque muitas vezes acontece que os indivíduos mais ilustrados são os maiores pecadores. O homem não peca por ignorância somente. Peca contra sua própria consciência. Faz o que esta lhe diz não dever fazer, e deixa de fazer o que ela lhe diz que deve fazer. Como ensinou Paulo, até os gentios, que não possuíam as luzes que os judeus tinham, não pecavam apenas por ignorância, senão por causa de sua natureza pecaminosa. Pecavam contra sua própria consciência. Não tendo a lei, eles eram lei para si mesmos. *“Estes mostram que **o que a lei requer está escrito nos seus corações**, testemunhando-lhes também a consciência, e os seus pensamentos mutuamente acusando-se ou defendendo-se”* (Rom.2:15). Paulo expressou a experiência de toda a humanidade quando disse:

“Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e, sim, o que detesto... Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum: pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetuá-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço” (Rom.7:14-19).

Se tal era a experiência de um cristão regenerado, como Paulo, qual pode ser a do resto da humanidade? Paulo tinha ainda a velha natureza do pecado, mas odiava o pecado por causa de sua nova natureza. Os irregenerados amam o pecado, apesar de pecarem contra sua própria consciência. E assim, se é verdade que todos os homens são pecadores, a única conclusão lógica é que todos nasceram em pecado. Uma consequência universal deve ter uma causa universal.

A única exceção a esta regra foi o caso miraculoso do Filho do Homem, Jesus Cristo, o Segundo Adão, Cabeça federal da nova raça. Ele foi a única exceção porque nasceu de uma virgem pelo poder do Espírito Santo de Deus. Embora membro da raça humana, através da Virgem Maria, Ele não participou do pecado original, visto que não era semente do homem, e sim semente da mulher. Não herdou o pecado original porque não recebeu sua natureza humana do homem, cabeça da raça, mas recebeu-a de uma mulher, miraculosamente. Sua natureza humana foi criada da substância de Maria, pelo Espírito Santo, e nada que vem diretamente das mãos de Deus pode ter mancha de pecado (veja-se Mt.1:20-23; Lc.1:27-38). Jesus é o único homem de quem se pode dizer que “ *não conheceu o pecado*”

(2Co.5:21), era “*santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores*” (Hb.7:26), “*sem defeito e sem mancha*” (1Pe.1:19). Ele é o único de quem se pode declarar que “*for tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado*” (Hb.4:15), porquanto “*não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em sua boca*” (1Pe.2:22). “*Sabeis que ele se manifestou para tirar os pecados, e nele não existe pecado*” (1Jo.3:5). Mas, que dizer do resto da humanidade? Todos nós sabemos como responder a esta pergunta, e o fato de que todos os homens são pecadores é tão evidente que dispensa provas.

Em Rm.5:12-21 Paulo ensina, mui claramente, que Deus criou o homem sob o

princípio de representação. Todos caímos no primeiro Adão. “ Por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte; assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram ” (v.12); “ pela ofensa de um só morreram muitos ” (v.15); “o julgamento derivou de uma só ofensa para a condenação” (v.16); “pela ofensa de um só reinou a morte ” (v.17); “ por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação” (v.18); “pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores” (v.19).

Deus age igualmente sobre a mesma base de representação quanto à nossa salvação, como Paulo ensina no mesmo capítulo. Se foi justo que caíssemos pela desobediência do

primeiro Adão, é igualmente justo que nos levantemos pela obediência do segundo Adão, Jesus Cristo. Em Adão tornamos-nos pecadores, em Cristo somos justificados e santificados e, por conseguinte ficamos libertos do pecado.

“Se pela ofensa de um só morreram muitos, muito mais a graça de Deus, e o dom pela graça de um só homem, Jesus Cristo, foi abundante sobre muitos... o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação, mas a graça transcorre de muitas ofensas, para a justificação. Se pela ofensa de um, e por meio de um só, reinou a morte, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça, reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo. Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para a justificação que da vida. Porque, como pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, assim também

por meio da obediência de um só muitos se tornarão justos” (Rom. 5:15-19). Não admitir que herdamos de Adão o pecado é não crer que herdamos de Cristo a justiça. Não reconhecer que fomos condenados em Adão é não admitir que podemos ser salvos em Cristo. Porque, se não somos condenados pela desobediência de Adão, como podemos ser perdoados e justificados pela obediência de Cristo, de quem Adão foi figura? (Veja-se Rom. 5:14).

“De fato, há um estreito paralelo entre o modo pelo qual a culpa de Adão nos é imputada e o modo pelo qual a justiça de Cristo nos é igualmente imputada, de sorte que um serve de ilustração ao outro. Fomos amaldiçoados através de Adão e fomos redimidos por meio de Cristo. É natural que pessoalmente não fomos culpados do pecado de Adão, assim como pessoalmente não temos mérito oriundo da justiça de Cristo. É de todo absurdo sustentar que a salvação vem por Cristo, se ao mesmo tempo não se admite que a condenação veio por meio de

*Adão, porque o Cristianismo se baseia neste princípio de representação. Se a maldição da raça não tivesse vindo através de Adão, sua redenção não viria por meio de Cristo”.*⁶¹

Em consequência de ter nascido em pecado, por causa de nossa identificação com Adão, todo o gênero humano depravou-se completamente, moral e espiritualmente falando. Isto é ensinado tão claramente na Bíblia e tão patentemente se verifica em nossa experiência que até muitos arminianos o reconhecem. Por exemplo, o Rev. Richard Watson, notável teólogo metodista, fez a seguinte declaração em sua obra sobre teologia:

*“Por natureza o homem é totalmente corrompido e degenerado; por si mesmo é incapaz de qualquer bem... todos nascem num estado de morte espiritual”.*⁶²

Jão Wesley, o grande fundador do Metodismo, sendo arminiano em teologia, empregou a seguinte linguagem num dos seus sermões:

“Reconhece-te pecador e de que maneira o és. Reconhece a corrupção de tua íntima natureza, pela qual estás muito distanciado da justiça suprema, e pela qual “a carne cobiça” sempre “contra o espírito”, mediante essa “mente carnal” que “é inimiga de Deus”, que “não é sujeita à lei de Deus, nem de fato o pode ser”.

⁶¹ Lorraine Boettner. *op cit.*, p. 238

⁶² Richard Watson, *Theological Institutes* pt.2, ch.18, *apud* N. li. Rice, *God Sovereign and Man Free*, p.125

Sabe tu que és corrompido em toda a tua capacidade, em cada faculdade de tua alma. Sabe que és totalmente corrompido em tudo isso, inteiramente pervertido. Os olhos do teu entendimento estão obscurecidos, de sorte a não poderem discernir Deus, ou o que lhe diz respeito. As nuvens da ignorância e do erro permanecem sobre ti, envolvem-te com a sombra da morte. Ainda não sabes nada como devias saber, nem a respeito de Deus, nem do mundo, nem de ti mesmo. Tua vontade não é mais a vontade de Deus, mas está inteiramente pervertida e falseada, avessa a todo o bem, a tudo quanto Deus ama, e inclina-se para todo o mal, para toda abominação que Deus odeia. Teus afetos estão alienados de Deus e se distribuem por toda a terra. Todas as tuas paixões, sejam desejos, ou aversões, alegrias ou dores, esperanças ou temores, estão desajustadas, não se mantêm nas devidas proporções ou têm por alvo objetos impróprios. Assim sendo, não há sanidade em tua alma, mas “desde a planta do pé à cabeça (na expressão forte do profeta) não há coisa sã, senão feridas, contusões e chagas inflamadas”. Tal é a corrupção inata do teu coração, de tua íntima natureza... E que frutos podem brotar de tais ramos? Só frutos amargos e ruins continuamente”.⁶³

A doutrina da total depravação ou incapacidade do homem não podia ser expressa em linguagem mais forte do que a empregada acima, pelo notável arminiano João Wesley.

Devemos notar, entretanto, que esta doutrina da total perversão não significa que o homem “perdeu qualquer de suas faculdades constitutivas que fazem dele um agente moral responsável”. Ele ainda possui a faculdade da razão, da consciência e da vontade.

“Tem capacidade de inclinação e hábitos, são capazes de sentir as distinções e obrigações escolhe e recusa livremente, como lhe apraz. Conseqüentemente é responsável”.⁶⁴ Esta doutrina também não significa que o “homem não tem capacidade de sentir e de fazer muitas coisas que são boas, benéficas e justas, nas suas relações com o próximo”. Total depravação, ou incapacidade, quer dizer que o homem, por si mesmo, não pode amar a Deus, compreender e apreciar as coisas espirituais, isto é, “as coisas de Deus”, “as coisas do Espírito”, “coisas atinentes à Salvação”, como a Confissão as denomina.

“O homem natural pode ser iluminado intelectualmente, mas é cego espiritualmente. Pode ter afetos naturais, mas seu coração está morto para Deus, e é invencivelmente avesso à Sua pessoa e à Sua lei. Pode obedecer à letra, mas não pode obedecer no espírito em verdade”.⁶⁵

Vejamos como a Bíblia descreve essa condição do homem, e como esta descrição exige a doutrina da Predestinação.

Mesmo no princípio da história do homem, Deus teve de destruir quase toda a raça humana porque “viu que a maldade do homem se havia multiplicado na terra, e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração” (Gen.6:5; veja-se 8:21).

Não só foi isso verdade no princípio, mas igualmente mais tarde Deus disse pelo Salmista:

“Do céu olha o Senhor para os filhos dos homens, para ver se há quem entenda, se há quem busque a Deus. Todos se extraviaram e juntamente se corromperam: não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (Sl.14:2,3).

O profeta Isaías declarou: “Todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças como trapos da imundícia” (Is.64:6). Se o melhor de nosso ser e de nossos atos, a saber, nossa justiça, é como trapos da imundícia, que dizer de nossos pecados?

A Bíblia diz que não conhecemos nossos próprios corações. “Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto, quem o conhecerá?” (Jer.17:9). Foi esta a experiência de Moisés, quando pôs a mão no seio; tirando-a depois “eis que a mão estava leprosa, branca como a neve” (Ex. 4:6). Ele não sabia que possuía lepra em seu

⁶³ A. A. Hodge *op. cit.*, pp. 339, 340.

⁶⁴ A. A. Hodge *op. cit.*, pp. 339, 340.

⁶⁵ A. A. Hodge *op. cit.*, pp. 340.

seio. Deus provou Ezequias, para mostrar-lhe tudo o que lhe estava no coração (2Cron.32:31). Do coração, que pensamos ser tão bom, é que procedem todos os males (Mar. 7:18-23).

Todo estudante da Bíblia conhece como Paulo descreveu o homem, em sua epístola aos Romanos, cap. 3, vs. 10-18. Aí retrata ele tristemente todo o gênero humano, tanto judeus como gentios, como completamente contaminado, desesperado e desamparado, humanamente falando.

“Não há justo, nem sequer um, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer. A garganta deles é sepulcro aberto; com a língua urdem engano, veneno de víbora está nos seus lábios; a boca deles a têm cheia de maldição e de amargura; são os seus pés velozes para derramar sangue; nos seus caminhos há destruição e miséria; desconhecaram o caminho da paz. Não há temor de Deus diante de seus olhos”.

Paulo diz ainda que “o homem natural”, isto é, o irregenerado “não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente” (1Cor.2:14). Disse também que “o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar” (Rom. 8:7).

A Bíblia descreve o homem também como estando debaixo do poder de Satanás e do pecado como escravo; como cego, vivendo em trevas e amando as trevas; como separado de Deus, sem Cristo e sem esperança no mundo (2Cor.4:4; Ef.4:18; Col.1:21; At.26:18; Jo.3:19). Cristo comparou o homem a uma árvore má, que não pode produzir frutos bons (Mat. 7:17). Em suma, o homem é apresentado como morto, “morto em delitos e pecados” (Ef. 2:1; veja-se Jo.5:25; Mt.8:22; Ef.5:14; Cl.2:13). Por isso é que a salvação é um passar da morte para (Jo.5:24; 1Jo.3:14). É uma espécie de ressurreição (Jo.5:21)

De acordo com essa descrição da condição espiritual do homem, podemos ver que lhe é impossível fazer qualquer coisa para sua salvação. Os pensamentos de seu coração são maus de contínuo. Até suas justiças são trapos imundos, à vista de Deus. Seu coração é enganoso e desesperadamente perverso, cheio de lepra espiritual — fonte de todos os pensamentos e ações más. Sua condição é de completa contaminação e impiedade, de desespero e desamparo. É cego, e somente Deus pode abrir-lhe os olhos. É escravo, e somente Deus pode libertá-lo. É árvore má e, assim, não pode produzir fruto bom nenhum, a não ser que Deus faça dele uma nova árvore pelo poder de Seu Espírito, cujo fruto é “amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio”. (Gl.5:22,23). Não pode compreender a Deus e as realidades espirituais, a menos que Deus lhe abra a mente e o faça compreendê-las pela iluminação de seu Espírito (1Cor.2:7-10). A mente carnal do homem é inimiga de Deus, não está sujeita à lei de Deus, nem pode estar, até o momento em que Deus o vence, faz dele seu amigo e leva-o a amar sua lei. Em suma, o homem está “morto” em delitos e pecados. E se assim é, como pode fazer qualquer coisa que agrade a Deus, como pode sequer buscá-lo? Espiritualmente falando, o pecador é um cadáver. Não existe no reino espiritual. Sua salvação é um ato criador de Deus, uma como ressurreição. Quando é salvo, torna-se uma nova criação (2Cor.5:17). E um ato criador de Deus na esfera do espírito é tão onipotente e soberano como seria um ato criador seu no reino físico ou natural. O homem não pode dar um passo sequer na direção de Deus; não pode de modo nenhum desejá-lo e às realidades espirituais, até que Deus lhe comunique nova vida, até que o crie de novo.

*“Pode um cadáver, no túmulo, erguer-se daí pela música mais suave que já se tenha inventado, ou pelo mais retumbante trovão que pareça abalar os pólos da terra? Tal acontece com o pecador, morto em delitos e pecados: não se move pelo trovão da lei, ou pela melodia do Evangelho. “Pode acaso o etíope mudar a sua pele ou o leopardo as suas manchas? Então poderíeis fazer o bem, estando acostumados a fazer o mal. (Jer.13:23)”.*⁶⁶

Esta é a razão por que somente aqueles que Deus escolheu dentre a humanidade perdida, e a quem ele concede nova vida, somente esses podem ouvir sua voz e viver. Se

⁶⁶ Hewlitt, *Sound Doctrine*, p. 21; *apud* Lorraine Boettner, *op. cit.* p.181

não fosse a Eleição, ninguém seria salvo.

2. A doutrina da Regeneração ou Novo Nascimento

A doutrina da regeneração é consequência natural e lógica da doutrina do pecado original e da depravação total. Se o homem herdou uma natureza que é completamente adversa a Deus e aos valores espirituais, natureza que ele cada dia torna ainda mais avessa a Deus por meio de atos e hábitos pecaminosos; noutras palavras, se o homem está *“morto em delitos e pecados”*, não pode ter vida espiritual, não pode amar a Deus e ao seu próximo, em sentido espiritual, até o dia em que Deus cria nele um novo coração. Como disse João Wesley:

“Em Adão todos morreram, toda a raça humana, todos os filhos dos homens que estavam nos lombos dele. A consequência natural disto é que todos os descendentes de Adão vêm ao mundo mortos espiritualmente, mortos para Deus, completamente mortos em pecado; inteiramente vazios da vida de Deus; vazios da imagem de Deus, de toda aquela justiça e santidade em que Adão foi criado. Ao invés disso, todo homem que nasce neste mundo traz a imagem do diabo, no orgulho e obstinação; a imagem da besta, em apetites e desejos sensuais. Este é pois o fundamento do novo nascimento: a total corrupção de nossa natureza”.⁶⁷

Esta doutrina da regeneração foi ensinada especialmente por Jesus Cristo e pelos escritores do Novo Testamento. Mas não é uma doutrina nova. Vemo-la ensinada através do Velho Testamento. O rito da circuncisão era um símbolo desta transformação espiritual. *“Circuncidai, pois, o vosso coração, e não mais endureçais a vossa cerviz”* (Deut.10:16). *“O Senhor teu Deus circuncidará o teu coração, e o coração de tua descendência, para amares ao Senhor teu Deus de todo o coração e de toda a tua alma, para que vivas”* (Deut.30:6). *“Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. Porque judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão a que é do coração, no espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede dos homens, mas de Deus”* (Rom.2:28,29). *“Nele também fostes circuncidados, não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo... E a vós outros, que estáveis mortos pelas vossas transgressões, e pela incircuncisão da vossa carne, vos deu vida juntamente com ele, perdando todos os nossos delitos”* (Col.2:11,13).

Em Jeremias e Ezequiel, Deus prometeu regenerar os remanescentes de Israel, dando-lhes um novo coração. E só então Israel amará e obedecerá o seu Deus. *“Dar-lhes-ei coração para que me conheçam, que eu sou o Senhor; eles serão o meu povo, e eu serei o seu Deus; porque se voltarão para mim de todo o seu coração”* (Jer.24:7). *“Dar-lhes-ei um só coração, espírito novo porei dentro neles; tirarei da sua carne o coração de pedra, e lhes darei coração de carne, para que andem nos meus estatutos, e guardem os meus juízos, e os executem; eles serão o meu povo, e eu serei o seu Deus”* (Ez.11:19,20). *“Dar-vos-ei coração novo, e porei dentro em vós espírito novo... Porei dentro em vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos...”* (Ez.36:26,27).

O grande erro dos judeus foi suporem que, pelo fato de descenderem de Abraão segundo a carne, eram seus verdadeiros filhos e herdeiros do reino. Seu erro era pensarem que, visto como tinham o símbolo externo do Concerto, a saber, a circuncisão, tinham igualmente o direito de entrar no Reino como estavam. João Batista e Jesus corrigiram esse engano. O Batista, aos fariseus e saduceus, que se jactavam de ser filhos de Abraão, chamava *“raça de víboras”*, e declarava: *“E não comeceis a dizer entre vós mesmos: Temos por pai a Abraão; porque eu vos afirmo que destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão”* (Mat.3:9), isto é, pela regeneração Deus é capaz de criar verdadeiros filhos de Abraão. Aos judeus que se vangloriavam de ser descendência de Abraão, Cristo declarou: *“Vós sois do diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhe aos desejos”* (Jo.8:33,34). A Nicodemos ensinou ele a necessidade que todos têm do novo nascimento, todos, até os judeus, para que possam entrar ou mesmo ver o reino de Deus (Jo.3:3,5). Esta é a razão de Paulo ensinar que o verdadeiro judeu não o é exteriormente, mas interiormente (Rom.2:28,29), aquele cujo coração é circuncidado por Deus, isto é, o regenerado. Esta é

⁶⁷ Wesley, *Sermon on the New Birth*, apud N. L. Rice, op. cit., p. 12

também a razão de dizer Ele que *“nem todos os de Israel são de fato israelitas”*, e, citando Isaías, *“ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o remanescente é que será salvo”* (Rom.9:6,27). Os desse remanescente são aqueles cujos corações são circuncidados por Deus, *“remanescente segundo a eleição da graça”* (Rom.11:5).

Esta doutrina da regeneração é apresentada na Bíblia sob várias figuras, que mostram que Deus é o seu agente exclusivo. É verdade que, em consequência do ato de Deus que o regenera, o homem o segue no que chamamos conversão. Mas é Deus que muda as disposições dominantes de nossas almas, dando-lhes nova vida. Esta vida nova manifesta-se imediatamente, em seguir a Deus e a tudo que Ele representa. As figuras pelas quais a regeneração vem descrita na Bíblia são:

2.1. Criação. *“E assim, se alguém está em Cristo, é uma nova criação: as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas.”* (2Cor.5:17).

2.2. Ressurreição. *“Ele vos deu vida, estando vós mortos... Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, mesmo quando estávamos mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo... e juntamente com ele nos ressuscitou”* (Ef.2:1,4-6).

2.3. Geração de Deus, novo nascimento. *“A isto respondeu Jesus: Em verdade, em verdade te digo que se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus... Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus”* (Jo.3:3,5). *“Segundo o seu querer, ele nos gerou pela palavra da verdade, para que fôssemos como que primícias das suas criaturas”* (Tg.1:18). *“Fostes regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus”* (1Ped.1:23; veja-se Tito 3:5; 1Jo.2:29; 3:9; 4:7).

Estas figuras mostram que a regeneração é ato exclusivo de Deus. Ele é o único que pode criar, e regenerar é criar espiritualmente. Ele é o único que pode fazer os mortos ressurgir, e a regeneração é uma ressurreição espiritual. Ele é o único que pode fazer nascer qualquer ser, e a regeneração, como a própria palavra indica, é um gerar de novo, fazer nascer novamente. É possível o homem cooperar com Deus em Sua criação? Depende esta da criatura, ou somente do Criador? A resposta é uma só. O mesmo acontece com a nossa salvação, na qual somos feitos novas criaturas por Deus. Podem os mortos ressurgir por si mesmos? Não, é a única resposta. Do mesmo modo, os mortos espirituais não podem dar viria a si próprios. Deus, somente Deus, pode levantá-los para a nova vida mediante o poder de seu Espírito. Pode alguém gerar-se a si mesmo? Pode cooperar com Deus no ato de sua conceição, ou resistir a Ele em seu nascimento? Certamente não. Por conseguinte, se a salvação começa com um nascimento espiritual, se começa com a regeneração, somente Deus pode iniciá-la pelo infinito poder de seu Espírito.

Discorrendo sobre os que receberam Cristo, que receberam o poder de se tornar filhos de Deus, os que crêem no nome de Cristo, João declarou que eles *“não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus”* (Jo.1:13). Comentando estas palavras, escreveu o Dr. Charles Erdman na exposição do Evangelho de João, de sua autoria:

“Declara-se que este “novo nascimento” dos crentes não procede do sangue, isto é, não é hereditário, não se herda; “nem da vontade da carne”, quer dizer, não do instinto natural; “nem da vontade do homem”, da volição humana; “mas de Deus”, pela influência direta e sobrenatural do poder divino. Por conseguinte, a vida de um verdadeiro crente nada tem a ver com hereditariedade, nem com o ambiente, e nem com a decisão pessoal de ninguém. E comunicada pelo Espírito

⁶⁸

de Deus”.

Para mostrar que a regeneração depende da vontade de Deus e não da vontade do homem, Jesus disse a Nicodemos: *“O que é nascido da carne, é carne; e o que é nascido do Espírito, é espírito. Não te admires de eu te dizer: Importa-vos nascer de novo. O vento sopra onde quer, ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito”* (Jo.3:6-8).

⁶⁸ Charles Erdman, *Commentary on John's Gospel, in loco*.

Se todos os homens não são regenerados, é claro que Deus não resolveu regenerar a todo o mundo, senão somente aqueles que elegeu. Concluímos, pois, que a doutrina da regeneração prova a doutrina da predestinação.

3. A doutrina da Salvação só pela Graça

Uma das maiores e mais preciosas doutrinas da Bíblia é a da graça de Deus, da salvação somente pela graça. Mesmo uma leitura perfunctória da Bíblia, especialmente do Novo Testamento, mostrará que a salvação e todas as bênçãos da vida cristã são resultado da graça de Deus. Vejamos numa incursão rápida pelo Novo Testamento qual é o lugar que a graça ocupa em toda a nossa vida espiritual.

3.1 - A eleição é pela graça. *“Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça. E se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça”* (Rom.11:5,6).

3.2 - Jesus é a personificação da graça. *“E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade... Todos nós temos recebido da sua plenitude, e graça sobre graça. Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo”* (Jo.1:14,16,17). *“Conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que pela sua pobreza vos tornásseis ricos”* (2Cor.8:9).

3.3 - A Salvação é pela graça. *“Pela graça sois salvos por meio da fé”* (Ef.2:8). *“Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens”* (Tito 2:11).

3.4 - A Justificação e o Perdão dos pecados são pela graça. *“Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus”* (Rom.3:24). *“No qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça”* (Ef.1:7).

3.5 - A Fé é pela graça. *“Tendo chegado, auxiliou muito aqueles que mediante a graça haviam crido”* (At.18:27).

3.6 - A graça capacita-nos a servir. *“Pela graça de Deus, sou o que sou; e a sua graça que me foi concedida, não se tornou vã, antes trabalhei muito mais do que todos eles; todavia não eu, mas a graça de Deus comigo”* (1Cor.15:10).

3.7 - Graça capacita-nos a ser pacientes e perseverantes. *“Então me disse: A minha graça te basta, porque o poder se aperfeiçoa na fraqueza”* (2Cor.12:9). *“Acheguemo-nos portanto, confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna”* (Heb.4:16).

3.8 - Devemos crescer na graça. *“Crescei na graça e no conhecimento do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”* (2Pe.3:18).

3.9 - A plenitude de nossa salvação na segunda vinda de Cristo será uma nova expressão da graça de Deus. *“Cingindo o vosso entendimento, sede sóbrios e esperai inteiramente na graça que vos está sendo trazida na revelação de Jesus Cristo”* (1Pe.1:13).

3.10 - Por toda a eternidade os salvos serão um monumento da graça de Deus. *“Em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo... para louvor da glória de sua graça”* (Ef.1:5,6). *“Para mostrar nos séculos vindouros a suprema riqueza da sua graça, em bondade para conosco, em Cristo Jesus”* (Ef.2:7).

Vemos, conseqüentemente, a singularidade do papel que a graça de Deus desempenha em todo o plano de nossa salvação. Desde toda a eternidade fomos eleitos por graça de Deus. No devido tempo, esta graça foi revelada, em toda a sua beleza, por Jesus Cristo. Por esta graça é que somos salvos, isto é, justificados e perdoados mediante a fé, a qual em si mesma é um resultado da graça. Esta mesma graça, que trouxe salvação às nossas almas, capacita-nos a servir a Deus e dá-nos força para suportar todos os sofrimentos a que estamos sujeitos neste mundo e a perseverar até ao fim. Nesta graça estamos firmes (Rom.5:2) e crescemos. A segunda vinda de Cristo será nova revelação de graça, e por toda a eternidade a infinita graça de Deus resplandecerá em nós, para Seu

eterno louvor e glória.

Que é graça?

*“Graça é favor gratuito, não merecido, mostrado, aos indignos dele. Se a redenção fosse devida a todos os homens, ou se fosse uma compensação necessária à responsabilidade deles, não poderia ser gratuita, e o dom de Cristo não poderia ser uma expressão superior do livre favor e amor de Deus. Só poderia ser uma revelação de Sua retidão. Mas as Escrituras declaram que o dom de Cristo é uma expressão sem paralelo de amor gratuito, e que a salvação procede da graça... E todo verdadeiro crente reconhece a graciosidade essencial da salvação, como um elemento inseparável de sua experiência. Dai as doxologias do céu. — 1Cor.6:19,20; 1Pe.1:18,19; Ap.5:8-14. Contudo, **se a salvação é pela graça, então obviamente é compatível com a justiça de Deus salvar a todos, a muitos, a poucos, ou a ninguém, como lhe aprouver**”.*⁶⁹

*“A graça, por sua própria natureza tem de ser livre ou gratuita; e a diversidade ou disparidade de sua distribuição (ou manifestação) demonstra que é de fato gratuita. Se alguém pudesse com justeza exigí-la, deixaria de ser graça para se tornar débito. Se neste particular nega-se a Deus Sua soberania, a salvação então se torna uma questão de dívida para com todas as pessoas”.*⁷⁰

É interessante notar que Paulo associa esta doutrina de salvação exclusivamente pela graça à doutrina da total depravação e, por conseguinte, à doutrina do novo nascimento. *“Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo — pela graça sois salvos e juntamente com ele nos ressuscitou... para mostrar nos séculos vindouros a suprema riqueza da sua graça, em bondade para conosco, em Cristo Jesus. Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”* (Ef.2:4-9). Se estamos mortos em delitos e pecados, não podemos viver para Deus se Ele não nos criar espiritualmente por seu infinito poder. Esse criar de novo é uma como ressurreição ou novo nascimento, como já vimos. E Deus não tem nenhuma obrigação de fazer isso. Se o faz, é por pura graça e misericórdia. E se é pela graça, Ele pode salvar a todos, a muitos, a poucos, ou a ninguém, como Lhe aprouver. Como disse Paulo, citando palavras de Deus dirigidas a Moisés, *“Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia, e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois não depende de quem quer, ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia.”* (Rm.9:15,16).

Assim escreveu o Dr. James Moffatt em seu excelente livro **Grace in the New Testament**, p. 172, 173:

*“Quando os que experimentam a graça de Deus refletem na origem dela, que é a vontade do mesmo Deus, o resultado instintivo é a doutrina da eleição. Os crentes descobrem que devem sua posição não a qualquer habilidade sua de penetrar na fé, mas devem-na à chamada e escolha do próprio Deus, que os distinguiu com esse privilégio. Sabem que foram **escolhidos pela graça e portanto não o foram por nada que tivessem feito; de outro modo a graça deixaria de ser graça** (Rom.11:6). O primeiro passo foi dado por Deus, e muito antes que eles se apercebessem de que precisavam de salvação. Foi um movimento livre, gracioso da Vontade eterna. Paulo não pôde explicar de outro modo por que ele ou qualquer outro foi escolhido para ser membro da Igreja de Deus. Devia ter sido Deus, e Deus foi movido pelo amor”.*

4. A doutrina da Soberania de Deus.

Outra doutrina que implica predestinação é a da Soberania de Deus. Já discutimos, no capítulo segundo desta tese, a doutrina da soberania de Deus como um argumento em favor dos decretos do mesmo Deus. Por isso vamos agora ser breve.

⁶⁹ A. A. Hodge, *op. cit.*, p.225

⁷⁰ Loraine Boettner, *op. cit.*, p.270

A soberania de Deus não é uma doutrina exclusivamente calvinista, mas é mantida por todos os cristãos. Todos admitem que Deus é soberano na Criação e na Providência. Também deve ser soberano na Salvação.

Podemos provar a soberania de Deus na salvação pelas doutrinas da depravação total e do novo nascimento, que já consideramos. Visto como Deus é soberano, Ele tem poder tanto para criar, como para não criar. E uma vez que o homem está morto em delitos e pecados e Deus tem poder para criar ou para não criar, a recriação do homem depende completamente da soberania e da misericórdia divinas. Deus é tão soberano em criar o homem para a nova vida, como foi soberano em sua primeira obra da criação. Se reconhecemos que Deus é soberano para criar ou não criar no mundo físico, para sermos coerentes precisamos reconhecer que Ele é soberano para criar ou não criar no mundo espiritual. E isto é apenas admitir que Deus tem o direito de ser Deus.

Se Deus tivesse de escolher os homens por causa de alguma coisa neles, dependeria de suas criaturas e, assim não seria soberano.

“Que havia nos eleitos que atraísse para eles o coração de Deus? Seriam certas virtudes que eles possuísem? Seria porque fossem generosos de coração, de bom temperamento, verazes, numa palavra, foi porque fossem “bons” que Deus os escolheu? Não, porque nosso Senhor disse, “Bom só existe um, que é Deus” (Mat.19:17). Seria por causa de alguma boa obra que eles tivessem realizado? Não, porque está escrito, “Não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (Rom. 3:12). Seria porque eles se mostrassem ansiosos e zelosos por conhecer a Deus? Não, porque outra vez está escrito, “Não há quem busque a Deus” (Rom.3:11). Seria porque Deus previu que eles iam crer? Não, porque como podem crer em Cristo os que estão mortos em delitos e pecados? Como podia Deus saber de antemão que alguns creriam, se lhes era impossível crer? A Escritura declara que a fé nos vem “mediante a graça” (At. 18:27). A fé é dom de Deus, e sem esse dom ninguém é capaz de crer. A causa da escolha, portanto, está em Deus mesmo, e não nos objetos de Sua escolha. Ele escolheu aqueles que escolheu, simplesmente porque resolveu escolhê-los”⁷¹

Os que são condenados, o são por causa de seus próprios pecados, e Deus, em condená-los, é apenas justo. Os que são salvos, entretanto, o são porque “isto pareceu bem” aos olhos de Deus.

Thomas A. Kempis escreveu no seu célebre livro “Imitação de Cristo”:

“Conheci de antemão meus amados, antes dos séculos. Escolhi-os do mundo; não foram eles que primeiro me escolheram. Chamei-os por graça, atraí-os por misericórdia, guiei-os em segurança através de várias tentações. Cumulei-os de gloriosas consolações. Dei-lhes perseverança, revesti-os de paciência. Considero tanto os primeiros como os últimos; abraço a todos com amor inestimável. Devo ser louvado em todos os meus santos. Devo ser bendito acima de todas as coisas, e honrado em cada um daqueles a quem por essa forma gloriosamente exaltei e predestinei sem quais quer méritos que previamente tivessem”.⁷²

Deus tem, naturalmente, boas e perfeitas razões para escolher e salvar aqueles que elegeu. Mas essas razões não estão no homem, e sim somente nEle, em sua vontade e graça soberanas. Como disse Cristo, “Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado” (Mat.11:25,26). “Não temais, ó pequenino rebanho, porque vosso Pai se agrada em dar-vos o reino” (Luc.12:32). Somente porque agrada a Deus é que nos vamos receber o reino.

Toda vez que em oração pedimos a Deus que converta pecadores, reconhecemos a sua soberania na salvação deles. Se a salvação dependesse da vontade do homem, e não de Deus somente, seria mais próprio orar aos homens para que se salvassem em vez de

⁷¹ Arthur Pink, *op. cit.*, p. 71

⁷² Thomas A. Kempis, *Imitação de Cristo*, p. 259.

pedir isso a Deus. Reconhecemos, no entanto que nos cumpre anunciar o Evangelho e apelar aos homens, porque é esse o meio de alcançarmos o fim glorioso que temos em vista, a salvação deles.

Outra doutrina que implica predestinação é a da providência. Já a consideramos no segundo capítulo desta tese, como prova dos decretos de Deus, e o que dissemos lá, com relação aos decretos de Deus em geral, aplica-se à predestinação em particular.

É a providência de Deus que determina todas as circunstâncias e o curso de nossa vida. O que para nós é casual, para Deus não o é. Tantas vezes acontece que um fato pequeníssimo modifica completamente o resto de nossa vida! Como disse o Dr. Egbert W. Smith em seu excelente livrinho **The Creed of Presbyterians**:

“O controle das coisas maiores deve incluir o controle das menores, não somente porque as coisas grandes são constituídas das pequenas, mas porque a história mostra como coisas triviais se apresentam continuamente como os agentes principais de fatos importantes. A persistência de uma aranha estimulou um homem desanimado a novas diligências que moldaram o futuro de uma nação. O Deus que predestinou o desenrolar da história da Escócia, deve ter planejado e presidido os movimentos do minúsculo inseto, que salvaram de desespero a Robert Bruce. Deus não é uma Divindade ausente, estabelecida fora do universo, somente a olhar os acontecimentos que se erguem como cristas de montes acima da planície comum. Ele está “presente em toda a parte”, “sustentando, dirigindo, dispondo e governando todas as criaturas, todas as ações, e todas as coisas, desde as maiores até as menores”. Os negócios do universo são controlados e dirigidos, como? “Segundo, o propósito daquele, que faz tudo de acordo com o conselho de Sua vontade”. Seu propósito ou “decretos”, que abrangem tudo, diz o Catecismo, “Ele os executa nas obras da criação e da providência”. Quer dizer, a Providência é um modo de Deus executar os Seus decretos. Noutras palavras, é simplesmente o cumprimento universal e certo de Seus propósitos predeterminados”.⁷³

É a providência de Deus que determina onde, quando e como cada um de nós nasce, vive e morre. É sua providência que decide se um homem há de nascer num país pagão, ou cristão; qual vai ser o seu ambiente e quais as oportunidades de que vai gozar. E também se vai ou não ter oportunidade de ouvir o Evangelho. Estas circunstâncias providenciais, que Deus cria na vida dos homens, decidem do futuro eterno de milhões de membros da raça humana. Se cremos que só há salvação pela fé em Jesus Cristo, e se milhões de pagãos nunca tiveram uma oportunidade de ouvir de Cristo, a única conclusão que podemos tirar do fato é que Deus não escolheu esses pagãos para a salvação; se não fosse assim, a providência de Deus ter-lhes-ia oferecido uma oportunidade de ouvir sua mensagem. Foi exatamente isto o que Cristo disse em referência às cidades de Tiro, Sidom e Sodoma; isto é, “se os milagres” feitos em Corazim e Betsaida, “tivessem sido feitos em Tiro e Sidom, há muito que elas se teriam arrependido em saco e cinza”, e “se os milagres” operados em Cafarnaum, “tivessem sido feitos em Sodoma teria ela permanecido, até ao dia de hoje” (Mat.11:21-23). Por que aquelas cidades pagãs não se arrependeram? Só há uma resposta, a saber, foi porque em sua providência Deus não lhes ofereceu uma oportunidade de ouvir falar de Cristo e presenciar os seus milagres. E por essa forma providencial Ele decidiu o destino delas.

“Os arminianos admitem uma eleição soberana de nações, na sua totalidade para o gozo de privilégios religiosos, ou para a rejeição deles. Mas é indiscutível que, em fixar a condição externa das mesmas, o destino religioso virtualmente é

fixado para sempre. Que oportunidade tem, praticamente, de chegar ao céu o homem que Deus fez que nascesse, vivesse e morresse em tal país, tal século, dezesseis? O lançamento de sua sorte ali não fixou virtualmente seu destino para a eternidade? Em suma, tomando-se em consideração o modo de Deus pensar, a eleição soberana de um conjunto de nações para o gozo de privilégios implica, como de necessidade, a decisão, inteligente e intencional, do destino de indivíduos, praticamente fixado por esse meio. Não é infinita a mente de Deus?

⁷³ Egbert Watson Smith, *The Creed of Presbyterians*, pp. 160, 161.

*Não são perfeitas as suas percepções? Será que ele, tal como um fraco mortal qualquer, “atira à toa num bando de pássaros, sem visar a nenhum deles individualmente”? Quanto às criancinhas, crêem os arminianos que todos aqueles que morrem nessa idade, são remidos. Quando, portanto, a providência de Deus decide que um determinado ser humano morra em criança, fixa infalivelmente sua redenção, e neste caso, pelo menos, tal decisão não pode ter sido orientada pela previsão de fé, arrependimento ou boas obras, porque essa almazinha não tem nada disso, até depois de sua redenção”.*⁷⁴

Temos de escolher entre casualidade e providência como explicação dos quinhões diferentes que cabem aos homens neste mundo. Os cristãos não crêem em casualidade, e todos os membros da raça humana as mesmas oportunidades de ouvir o Evangelho, claro é que Ele não escolheu todos os homens para a salvação. E não se diga que Deus não providenciou uma oportunidade para eles de ouvir a mensagem porque previu que eles não a aceitariam. De fato, Cristo afirmou exatamente o contrário em referência a Tiro, Sidom e Sodoma, como vimos.

Patenteia-se assim que a doutrina da providência de Deus envolve a da predestinação.

IV - A Doutrina da Eleição

1. A doutrina na Bíblia

Seja como for que interpretemos esta doutrina, todos temos de reconhecer que a Bíblia apresenta uma doutrina de eleição, tanto no Velho como no Novo Testamento. É de fato uma das doutrinas notáveis das Escrituras. Lemos, por exemplo, que Deus escolheu Abraão e sua descendência para abençoá-los e deles fazer uma bênção para todas as nações (veja-se Gen.12:1-3). Como lemos em Ne.9:7, “*Tu és Senhor, o Deus que **elegeste a Abraão**, e o tiraste de Ur dos caldeus, e lhe puseste por nome Abraão*”. Há muitas passagens em que Israel é chamado povo escolhido. Basta citar algumas. “*O Senhor teu Deus te escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que há sobre a terra*” (Dt.7:6; veja-se 14:2). “*Feliz a nação cujo Deus é o Senhor, e o povo **que ele escolheu** para sua herança*” (Sl.33:12). “*Mas tu, ó Israel, servo meu, tu Jacó, **a quem elegi**, descendente de Abraão, meu amigo, tu a quem tomei das extremidades da terra... e a quem disse: Tu és o meu servo, eu te escolhi e não te rejeitei*” (Is.41:8,9). “*Porei águas no deserto e rios no ermo, para dar de beber ao meu povo, **ao meu escolhido**, ao povo que formei para mim, para celebrar o meu louvor.*” (Is.43:20,21). “*Farei sair de Jacó descendência, e de Judá um herdeiro, que possua os meus montes, e os **meus eleitos herdarão a terra** e os meus servos habitarão nela*” (Is.65:9, ver o v.22). “*E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já lhe fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço*” (Rm.9:11,12). Deus também escolheu certos indivíduos para determinadas funções, como Aarão para o sacerdócio (Lev. 8), e Davi para a realeza (I. Sam. 17:1-12). De igual modo, Deus escolheu a Jesus para ser o Redentor (Is.42:1), e Cristo escolheu seus doze apóstolos para o auxiliarem em seu ministério (Marc. 3:13-19). Lemos também de Deus escolher um lugar para o seu culto (Deut. 12:5,11,14,26; II Cron. 6:34). Há muitas outras passagens que falam dos escolhidos ou eleitos de Deus. Leiamos mais para ver a proeminência desta doutrina nas Escrituras. “*Não tivessem aqueles dias sido abreviados, e ninguém seria salvo; mas **por causa dos escolhidos** tais dias serão abreviados*” (Mat. 24:22; veja-se Marc.13:20). “*...Para enganar, se possível, os próprios eleitos*” (Mat.24:24). “*E ele enviará os anjos e reunirá os seus escolhidos dos quatro ventos, da extremidade da terra até à extremidade do céu*” (Marc.13:27). “*Não fará Deus justiça aos seus escolhidos, que a ele clamam dia e noite?*” (Luc.18:7). “*Quem tentará acusação contra os eleitos de Deus?*” (Rom.8:33). “*Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a **eleição da***

⁷⁴ R. L. Dabney, *op. cit.*, p. 226.

Estas passagens mostram a proeminência da doutrina da eleição na Bíblia. Os arminianos não negam este fato, embora o interpretem diferentemente dos calvinistas. O Dr. William Newton Clarke, por exemplo, em sua teologia, escreveu o seguinte sobre o assunto em tela:

família real de uma nação, e de todas estas, primeiro, o melhor, e depois, um, os profetas e finalmente Cristo, um grupo de apóstolos, uma multidão de homens fiéis, inclusive todos os cristãos. Fala-se de todos estes como sendo escolhidos ou eleitos de Deus (Dt.7:6; Jo.15:16; Ef. 1:4; 1Pe.2:9, etc.). Embora a graça seja livre, a real operação de Deus na história de seu reino aparece nas Escrituras como tendo adotado um critério de seleção. O direito que Deus tem de adotar este critério na mais vasta escala, sujeito apenas ao seu próprio juízo, é defendido por Paulo, contra o exclusivismo dos judeus, em Rm.9-11".⁷⁵

Estudando a Bíblia descobrimos lá espécies diferentes de eleição.

“Abraão, cuja história as Escrituras apresentam como típica, foi escolhido e chamado no interesse do mundo e seu futuro; Jacó foi escolhido para que, por Ele, o caudal de bênção prosseguisse; José, para que se preparasse o caminho de sua família para o Egito; Moisés, para que Israel saísse do Egito; Aarão, para que Israel gozasse do benefício do serviço sacerdotal; Josué, para que Israel fosse levado a Canaã; Israel mesmo, como povo, para que as nações tivessem um

[—99—]

testemunho no meio delas em favor do Deus vivo, e por seu intermédio a salvação divina, a manifestar-se no futuro, fosse trazida para o mundo; Saul, para que se fundasse um reino; Davi, para que o reino se fortalecesse e alcançasse maior prestígio; a casa real de Davi, para que a aliança nacional se corporificasse em instituições permanentes e se desenvolvesse numa esperança regia; os profetas em longa sucessão, um após outro, para que as várias mensagens de Deus; de amor e justiça, fossem levadas aos homens, embora muitas vezes agonizassem aqueles que as proferiam; o Servo Sofredor de Jeová, como foi concebido pelo grande profeta do Exílio, para que Israel fosse levado de volta a Deus, e fosse preservado para o seu destino através dos padecimentos do verdadeiro Israel, a igreja dentro da igreja o próprio Cristo (Luc.9:35), para que por Ele o eterno propósito de salvação, da parte de Deus para os homens, fosse cumprido; os apóstolos para que a igreja fosse fundada, e a palavra de salvação fosse levada ao mundo; o povo cristão, para que manifestasse a excelência de Deus, que o salvou (1 Ped. 2:9)".⁷⁶

Mas essa não é a única espécie de eleição que temos na Bíblia.

(b) Em segundo lugar achamos na Bíblia o que tem sido chamado "*Eleição Nacional*", isto é, eleição de nações e comunidades para "*o conhecimento da verdadeira religião e para os privilégios externos do Evangelho*". Tal eleição é claramente ilustrada na nação judaica, no passado, e em certas nações européias, assim como na América, durante a era cristã. Não podemos negar o fato de que Deus, em tempos passados, concedeu privilégios aos judeus, que não concedeu ao resto da humanidade. Igualmente, devemos admitir que

na história do Cristianismo Deus tem dado a certas nações oportunidades e privilégios que

"Quando Paulo foi proibido pelo Espírito Santo de pregar o Evangelho na província da Ásia, e teve a visão de um homem da Europa, que o chamava do outro lado do mar, "Passa à Macedônia e ajuda-nos", uma parte do mundo foi soberanamente excluída dos privilégios do Evangelho, enquanto outra parte soberanamente recebeu esses privilégios. Tivesse partido das praias da Índia esse apelo divinamente dirigido, a Europa e a América podiam ser hoje menos civilizadas do que o Tibete. Deus preferiu soberana mente trazer o Evangelho ao povo da Europa e mais tarde ao povo da América, enquanto os povos do Oriente, do Norte e do Sul foram deixados em trevas. Não podemos ver a razão, por exemplo, de ter sido a posteridade de Abraão a escolhida, e não os egípcios, ou os assírios. Nem podemos ver por que a Grã Bretanha e a América, que no tempo em que Cristo apareceu na terra estavam mergulhadas em tão completa ignorância, viessem a possuir em tão larga escala para si mesmas e a propagar tão amplamente para os outros esses importantíssimos privilégios espirituais. A disparidade relativamente aos privilégios espirituais nas diferentes nações só se deve atribuir ao beneplácito de Deus".⁷⁷

c) Em terceiro lugar há uma espécie de eleição que alguns autores têm chamado de "*Individualismo Eclesiástico*". Esta eleição, por sua natureza, é a mesma referida acima, com a diferença de que, em lugar de ser eleição de **nações** ou **comunidades** para o gozo dos privilégios externos do Evangelho, é eleição de **indivíduos** para esse mesmo gozo. Há certas pessoas por Deus colocadas em circunstâncias favoráveis, circunstâncias estas que Ele recusa a outros indivíduos, mesmo nos países ou comunidades aos quais Ele concedeu os privilégios acima referidos. É o caso de um menino que nasce num lar realmente cristão, onde recebe todas as boas influências que só se encontram mesmo em lares assim. Desde a meninice ouve contar as maravilhosas histórias da Bíblia; frequenta a Escola Dominical, aprende a cantar os belos hinos em que homens e mulheres piedosos expressaram suas experiências religiosas; ouve a leitura da Bíblia e ele mesmo a lê; ouve muitos sermões, em que as doutrinas do Evangelho são apresentadas; convive com pessoas piedosas; e sobretudo recebe a boa influência dos pais devotos, que oram por ele e com ele, e lhe dão "*um exemplo de piedade e religião*". Numa palavra, tem o privilégio de usufruir todos os

⁷⁶ William Newton Clarke, *Op. Cit.*, p. 392, 393.

⁷⁷ Loraine Boettner, *op. cit.*, p. 89

meios externos de graça.

Na mesma comunidade existe talvez outro menino, que nasceu num lar onde as influências são exatamente opostas àquelas. Seus pais não têm religião e talvez nenhuma educação. Seu pai é um ébrio. Em vez de hinos de louvor a Deus ouve pragas e palavrões. Em lugar de ir à Igreja vai às tavernas. Seus companheiros são da pior espécie. Não goza absolutamente dos meios de graça externos. Somente um milagre da graça e do poder de Deus é capaz de salvá-lo dessas más influências. “ *Todas essas coisas são resolvidas soberanamente para eles. Certamente ninguém insistirá que o menino favorecido tem qualquer mérito pessoal, que possa servir de fundamento para essa diferença* ”. Só existe

uma explicação para essa diferença — a vontade soberana de Deus.

(d) Podemos acrescentar outra espécie de eleição, que de certo modo é semelhante ao primeiro caso mencionado acima. Não é eleição para serviço ou testemunho religioso, e sim para serviço em sentido mais geral. Há certos indivíduos a quem Deus dá talentos especiais e coloca em posições de responsabilidade. Paulo ensina, por exemplo, que os magistrados são ministros de Deus para o nosso bem (Rom. 13:1-7). Portanto, são eleitos por Deus para exercerem autoridade no interesse da coletividade. Sabemos que Deus tem um plano para a vida de cada pessoa no mundo, e segundo esse plano Ele dá a cada um certos dons e inclinações ou disposições, que os capacitam para sua vocação especial. Alguns nascem para ser estadistas, ao passo que outros nascem para ser fazendeiros. Um tem dom para a advocacia, outro para a medicina. Um nasce para ser musicista, outro para ser negociante, etc. Uns são belos outros são feios; alguns encantam, outros são desagradáveis. Uns são inteligentes, outros são obtusos. Alguns têm bom temperamento,

outros não são capazes, etc. Estas são outras diferenças a que os homens, até mesmo dentro de uma mesma igreja, estão sujeitos. Deus não recusa a outros. Contudo ninguém tem qualquer direito de se queixar, porque Deus é o Criador e nós somos apenas criaturas, como Paulo disse, “ *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus? Porventura pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim?*” (Rom.9:20). Qualquer que seja o quinhão que nos tocar, está acima de nosso merecimento, porque na realidade não merecemos nada, tanto por sermos criaturas como especialmente por sermos pecadores.

(e) Há ainda outra espécie de eleição na Bíblia, e é realmente a mais importante de todas, a saber, a eleição para a salvação. Paulo fala sobre ela mui claramente em sua Segunda Epístola aos Tessalonicenses. “ *Deus **nos escolheu** desde o princípio **para a salvação**, pela santificação do Espírito e fé na verdade* ”. (2Tess.2:13). Escreveu ainda sobre essa eleição na Epístola aos Romanos. “ *Sabemos que todas as coisas cooperam para, o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito. Porquanto os que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou* ” (Rom.8:28-30). Segundo diz Paulo aí, a predestinação ou eleição é para justificação e glória, isto é, a salvação. Sobre a mesma espécie de eleição, falou Pedro quando escreveu, “ *Eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo*” (1Ped.1:2). A aspersão do precioso sangue de Cristo tem um só objetivo, a saber, a purificação de nossas almas e, portanto, nossa salvação. Algumas das outras espécies de eleição, mencionadas acima, envolvem, eleição para a salvação. Por exemplo, quando Deus elegeu Abraão para fazer dele uma bênção para todas as nações, elegeu-o também para a salvação. Quando elege certas nações, comunidades e indivíduos para gozarem os meios de graça, e ao mesmo tempo recusa esses privilégios a outras nações, comunidades e indivíduos, Ele torna possível a salvação para os primeiros, e não para os últimos.

Os arminianos não negam esta espécie de eleição, o Dr. William N. Clarke, por exemplo, escreveu em sua teologia, “*Se um homem é escolhido para bater-se por Deus no serviço cristão, é chamado por essa forma a ser um cristão, e pela união com Cristo a ser salvo*”.⁷⁸ A diferença entre arminianos e calvinistas, com referência a esta doutrina de

⁷⁸ William N. Clarke, *Op. Cit.*, p.393

eleição para a salvação, é que os primeiros ensinam eleição condicional, ao passo que os últimos sustentam que a eleição é incondicional, isto é, os arminianos ensinam que Deus elegeu aqueles que previu iriam aceitar sua oferta de salvação, creriam na mensagem do Evangelho e perseverariam na fé e na obediência até o fim. Os calvinistas ensinam que a eleição de Deus não depende absolutamente do homem, mas unicamente da vontade, da graça e do poder soberanos do Senhor. Segundo eles, os homens não são eleitos porque Deus previu que eles creriam, mas os homens crêem porque Deus os elegeu. E assim, de acordo com os arminianos, a salvação do homem não depende somente de Deus, mas também da fé, da obediência e da perseverança desse homem. De modo que ninguém sabe se é salvo ou não, até que chegue o fim. Os calvinistas, no entanto, ensinam que Deus elegeu aqueles a quem decidiu escolher, sem qualquer referência à fé e obediência deles, que conhecesse de antemão. A estes Deus chama, justifica, santifica e sustem até o fim e por conseqüência, os que Ele elegeu jamais podem perder-se, porque os glorificará, segundo palavras de Paulo em Rom.8:29-31. Consideraremos este assunto mais demoradamente na secção seguinte.

3. Diferentes Teorias sobre Eleição para a Salvação.

3.1 - Arminianismo

a) A teoria: Começemos com a **teoria** arminiana. Vamos apresentá-la nas palavras de três de seus mais conspícuos representantes, a saber, João Wesley, o Dr. Richard Watson e o Dr. Ralston.

João Wesley escreveu:

“Creio que ela (a eleição divina) comumente significa uma destas duas coisas: primeiro, a designação divina de alguns homens em particular, para realizarem alguma obra particular no mundo. E esta eleição creio que não somente é pessoal, senão que absoluta e incondicional...”

*“Creio que **eleição** quer dizer, em segundo lugar, a designação divina de alguns homens para a felicidade eterna. Creio porém que esta eleição é condicional, tanto quanto o é a reprovação, que lhe é oposta. Creio que o decreto eterno que concerne a uma e a outra está expresso nestas palavras: “Quem crer será salvo; quem não crer será condenado”. Este decreto, sem dúvida alguma, Deus não o alterará, e o homem não pode resistir a ele. Nesta conformidade, todos os verdadeiros **crentes** são chamados eleitos na **Escritura**; e todos quantos persistem **na incredulidade** são propriamente **reprovados**, isto é, **não aprovados** por Deus, e **sem discernimento** no tocante às coisas do Espírito. Ora, Deus para quem todas as coisas são presentes ao mesmo tempo, que vê toda a eternidade de uma vez, chama as coisas que não são, como se fossem, as coisas que ainda não são como se já agora subsistissem. Assim é que Ele chama Abraão “o pai de muitas nações”, antes mesmo de Isaque nascer. E assim é que Cristo é chamado “o Cordeiro morto desde a fundação do mundo”, se bem que sô fosse morto de fato alguns milênios, depois. Por semelhante modo, Deus chama os verdadeiros crentes “eleitos desde a fundação do mundo”, embora não fossem de fato eleitos ou crentes, senão muitos séculos depois, em suas várias gerações. Somente então é que foram de fato eleitos, quando foram feitos “filhos de Deus pela fé”. Então de fato foram escolhidos e tirados do mundo; “eleitos”, diz Paulo, “pela fé na verdade”; ou, como Pedro se expressa, “eleitos segundo a presciência de Deus, mediante a santificação do Espírito”. Nesta eleição eu creio tão firmemente quanto creio que as Escrituras são de Deus. Mas em eleição incondicional não posso crer; não só porque não a encontro ensinada na Escritura, senão também (para não apresentar outras considerações) porque ela necessariamente envolve reprovação incondicional. Mostrem-me uma eleição que não envolva reprovação, e alegremente concordarei com ela. Mas com reprovação não posso concordar, enquanto eu crer que a Escritura é de Deus, visto como é completamente inconciliável com todo o escopo do Velho e do N. Testamento.*

“A Escritura diz-nos claramente o que é predestinação: é Deus designar de antemão para a salvação os crentes obedientes, não sem conhecer antecipadamente todas as obras deles, mas “segundo Sua presciência” dessas obras, “desde a fundação do mundo”. De igual modo predestina ou designa de antemão todos os incrédulos desobedientes para a condenação, não sem conhecer antecipadamente todas as obras deles, mas “segundo Sua presciência” dessas obras, “desde a fundação do mundo”.

“Podemos ir um pouco mais além. Deus, desde a fundação do mundo, previu todos quantos iam crer ou os que não iam crer. De acordo com essa presciência

escolheu ou rejeitou todos os crentes obedientes, bem como todos os incrédulos desobedientes, para a salvação ou a condenação. Assim pois as Escrituras nos ensinam a considerar a Eleição e a Reprovação “segundo a presciência de Deus, desde a fundação do mundo”.⁷⁹

O Dr. Richard Watson escreveu em sua teologia:

“Temos três espécies de eleição divina, ou escolha e separação dentre outros, mencionadas nas Escrituras. A primeira é a eleição de indivíduos para realizarem algum serviço particular e especial... A segunda espécie de eleição que encontramos na Escritura é a de nações, ou agrupamentos humanos, para altos privilégios religiosos, e a fim de realizarem, por suas luzes superiores, os propósitos misericordiosos de Deus, em benefício de outras nações ou agrupamentos humanos... A terceira espécie é eleição pessoal; ou eleição de indivíduos para serem filhos de Deus e herdeiros da vida eterna”.

“Vemos explicado em duas claras passagens da Escritura o que vem a ser verdadeira eleição pessoal. E explicado negativamente por nosso Senhor, onde Ele diz a seus discípulos, “ Eu vos escolhi do mundo ”. E explicado positivamente por S. Pedro, ao endereçar sua primeira epístola aos “eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, mediante a santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus”. Ser eleito, pois, é ser separado do “mundo” e ser santificado pelo Espírito e pelo sangue de Cristo.

*“Segue-se, então, que a eleição não é somente um ato de Deus no **tempo**, mas também que se segue à administração dos meios de salvação. A “chamada” vem antes da “eleição”. A publicação da doutrina do “Espírito”, e a expiação, que Pedro chama “aspersão do sangue de Cristo”, vem antes dessa “santificação”, mediante a qual se tornaram “eleitos” de Deus. A doutrina da **eleição eterna** é assim reduzida ao seu verdadeiro sentido. Eleição atual real, não pode ser eterna, porque desde a eternidade os eleitos não foram realmente escolhidos do mundo, e desde a eternidade não podiam ser “santificados para a obediência”. As frases “eleição eterna”, e “decreto eterno de eleição”, que os calvinistas tanto usam, podem, em sentido comum, portanto, significar apenas um eterno **propósito** de eleger ou um propósito, tomado na eternidade, de eleger ou escolher do mundo, e santificar **no tempo**, pelo “Espírito e pelo sangue de Jesus”. Esta é uma doutrina pela qual ninguém contende com eles, mas quando enxertam nela uma outra, que Deus, desde a eternidade, “escolheu em Cristo para a salvação” um número certo de pessoas... não pela previsão da fé e da obediência de fé, santidade ou outra qualquer boa qualidade ou disposição (como causa ou condição requerida antes na pessoa para ser escolhida); mas para a fé, obediência, santidade, etc..., a coisa assume aspecto diferente e requer que se recorra à palavra de Deus”.⁸⁰*

O Dr. Ralston, citado por Girardeau, escreveu:

“Chegamos à conclusão, pois, que por mais diferentes que sejam os ensinamentos do Calvinismo, se alguém é eleito para a vida eterna, e outro é entregue à perdição, isso não resulta de uma parcialidade arbitrária, caprichosa e desarrazoada, mas

⁷⁹ João Wesley, *Christian Theology*, pp. 134-139.

⁸⁰ Richard Watson, *Theological Institutes* II, pp.307, 308, 337, 338, *apud* John L. Girardeau, *Calvinism and Evangelical Arminianism*, pp. 24, 25.

*coaduna-se com a razão, eqüidade, justiça, e é uma revelação gloriosa das perfeições harmoniosas de Deus. É porque um é bom e o outro, mau; um é justo e o outro, injusto; um é crente e o outro, incrédulo; ou um é obediente e o outro, rebelde. São estas as distinções que a razão, a justiça e a Escritura reconhecem. E podemos ficar certos que são estas as únicas distinções que Deus considera para eleger seu povo para a glória, e em sentenciar a perdição para os ímpios".*⁸¹

É este o ensino do Arminianismo, dito wesleyano ou evangélico, ensino que, como faz notar o Dr. Louis Berkhof, "*concorda mais com a posição do próprio Armínio*" do que com o Arminianismo do século dezessete. Este tipo de Arminianismo reconhece, até certo ponto, a incapacidade do homem e, portanto, reconhece a necessidade de uma assistência sobrenatural da graça de Deus para que o homem erre e obedeça. Ensina, no entanto, que essa graça, que é concedida a todos, pode ser contrariada e anulada em qualquer tempo. Em resumo, os arminianos ensinam o **sinergismo**, ou seja a cooperação do homem com Deus, em sua salvação. A iniciativa da salvação parte de Deus, mas em última análise depende do próprio homem — de sua fé, obediência e perseverança.

b) Objeções:

É correta esta teoria? Vejamos.

b.1 - Em primeiro lugar, esta teoria faz do homem o autor da eleição, em vez de Deus.

Como vimos, o Arminianismo ensina que Deus só elege aqueles que previu iriam crer e obedecer até ao fim. Se isto é verdade, em vez de ser Deus quem elege o homem, o homem é quem elege Deus, porque, segundo esse modo de interpretar a eleição, Deus só escolhe aqueles que primeiro O escolham.

Deus não pode eleger o homem até que esse homem decida elegê-lo. Segundo esta teoria, o homem tem o direito de escolher Deus, porém Deus não tem o direito de escolher o homem. No entanto, Cristo disse, "*Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros*" (João 15:16). Dando ênfase ao livre arbítrio do homem, os arminianos praticamente negam o livre arbítrio de Deus. Em vez de dizer que Deus elege, seria mais próprio a Bíblia dizer que o homem é quem elege. Neste caso, Deus seria apenas um oportunista, a se acomodar com as circunstâncias ou eventos que Ele não criou, mas que usa sagazmente para a realização de seus fins. Quem determinou que um certo número de pessoas **teria** de crer? Se não foi o Senhor Deus, então foi um fado ou casualidade. E neste caso temos de admitir a existência, no universo, de uma força abstrata, que determina o que vai acontecer. A única vantagem de Deus seria Sua presciência. Conhecendo de antemão o que ia acontecer, Ele preparou seus planos de acordo com o que a casualidade determinasse. A ser isto verdade, podemos dizer que Deus é onisciente, porém jamais onipotente.

Além disso, esta teoria não faz desaparecer a dificuldade. Se Deus, conhecendo antes que alguns creriam e, pois, seriam salvos, decidiu criá-los, então fazendo isso predestinou-os para a vida. Por outro lado, se, conhecendo antes que outros não creriam e portanto seriam condenados, decidiu não obstante criá-los, preordenou-os para a condenação. Como disse o Presidente Edwards:

*"Ora, evidencia-se por si mesmo que, se Ele (Deus) conhece todas as coisas de antemão, ou as aprova, ou não as aprova. Isto é, ou Ele quer que elas aconteçam, ou não quer. Mas querer que aconteçam é decretá-las".*⁸²

Mas, que dizem as Escrituras sobre este assunto? Não diz a Bíblia que a predestinação **conheceu** de Deus depende de Sua presciência? Não está escrito: "*Aos que, de antemão Deus Pai*"? (1Pe.1:2). Sim, é verdade, mas que quer isso dizer? A Bíblia não diz que Deus predestinou ou elegeu aqueles cuja fé, obras, santidade e perseverança Ele conheceu de antemão. Esta idéia absolutamente não está contida nos textos. A presciência divina tem por objeto pessoas, e não atos. "*Aos que de antemão conheceu, também os predestinou*",

⁸¹ *Elements of Divinity*, pp.292, 293, *apud* John L. Girardeau, *op. cit.*, pp. 26, 27.

⁸² Jonathan Edwards, *Miscellaneous Observations*, Works, Vol. II, p. 513.

foi o que Paulo escreveu. A fim de eleger na eternidade, Deus precisava conhecer de antemão os objetos de sua eleição. “ *A presciência de Deus*”, de que Pedro fala, não se refere ao conhecimento antecipado que Deus tem de todas as coisas e todos os seres. Quer dizer que os eleitos “ *estavam todos eternamente presentes em Cristo, na mente divina* ”. Quanto à passagem de Romanos 8, a conjunção “porquanto” do princípio do verso 29, liga a presciência ,a predestinação de Deus, etc. ao “ *propósito*” divino do v. 28. O que o apóstolo diz nos vs. 29 e 30 é um desenvolvimento de sua última declaração no v. 28, a saber, “ *aqueles que são chamados segundo o seu **propósito. Porquanto** aos que de antemão conheceu*”, etc. Ele formou Seu propósito e, de acordo com este, conheceu de antemão, predestinou, chamou, justificou e glorificou os eleitos. Além disso, o sentido de conhecer de antemão nesta passagem não é. simplesmente conhecer antecipadamente. Como disse Lenski:

*“Da espécie de conhecimento referida na cláusula: “aos que conheceu de antemão” não se precisa duvidar por um só momento, à vista de passagens como as seguintes “O Senhor conhece o caminho dos justos”, Sl.1:6; “De todas as famílias da terra somente a vós outros conheci”, Amós 3:2; “Nunca vos conheci”, Mat.7:23; “Conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim”, João10:14; “O Senhor conhece os que lhe pertencem”, 2Tim. 2:19. É bom “notar esta palavra **gnoskô** = um conhecimento que coloca o conhecedor em relação pessoal com o conhecido, o que não é o caso de **oída**, ato de simples apreensão intelectual (C. K. 388). Claro é que em sua onisciência, Deus conheceu, conhece e conheceu de antemão todas as pessoas. Quando Jesus diz, com relação aos ímpios no dia de Juízo, que nunca os conheceu, e, quando em contraste se diz reiteradamente do Senhor ô de Jesus que eles conhecem os justos, vemos logo, que em todas estas declarações “conhecer”, **gnoskô**, emprega-se em sentido pleno, que os nossos dogmatistas definem bem. Por **noscere (nosse) cumv affectu et effectu**, “conhecer com afeição e com a eficácia que daí resulta”. Os dicionários certamente fariam bem se adotassem esta definição, porque nada que seja mais exato e a propósito tem sido produzido. Agora, **prognoskein** faz recuar esse conhecimento afetuoso e eficaz à eternidade. Este é que é o fato.*

*“A acrescentamos ainda um ponto. Esse conhecimento é divino e ocorreu na eternidade. Toda a extensão do tempo desenrolou-se diante da mente onisciente de Deus, e por todo Ele o mesmo Deus conheceu antecipadamente cada um dos que são seus, conheceu-os afetuosa e eficazmente, já na eternidade os conheceu como seus, desde o momento do início de sua fé até à morte nessa fé. Disto se excluem todos aqueles que crêem só por algum tempo e apostatam antes de morrer. Porque na eternidade, diante da mente de Deus, o tempo todo e tudo quanto nele ocorre apresentam-se acabados e completos. É grave erro limitar a presciência de Deus a algum estágio do tempo; ela abarca todos os tempos num ato só. Com relação aos ímpios, até o último que viver na terra, Deus na eternidade soube **a respeito deles (oída)** antecipadamente, e nada mais. Esse conhecimento não podia circundá-los de eficácia afetuosa**gnoskô**”.*⁸³

É esta a interpretação de vários e notáveis comentadores, como Sanday, Godet (este com tendências arminianas), Hodge, Haldane, Shedd, Barnes, etc.

Se a presciência divina do arrependimento e da fé do homem fosse a base para a eleição, Deus teria oferecido uma oportunidade às cidades pagãs de Tiro, Sidom e Sodoma, as quais, conforme Jesus disse (Mat. 11:20-24), ter-se-iam arrependido se tivessem presenciado seus milagres. Deus previu que elas se arrependeriam e, apesar disso, não, lhes deu uma oportunidade de ver as obras de Cristo e de se arrependerem. O que não fez por elas, fez pelas cidades da Galiléia. Aqueles pagãos não foram eleitos, embora Deus soubesse de antemão “ *que há muito se teriam arrependido com pano de saco e cinza* ”. Portanto, a eleição não depende de Deus conhecer previamente o arrependimento e a fé, mas depende de sua vontade e soberania. Podemos, entretanto, dizer que por condenar aquelas cidades pagãs Deus é injusto? Não, porque não vão ser condenadas por haverem rejeitado

⁸³ B. C. H. Lenski, *The Interpretation of St. Paul's Epistle to the Romans*, pp.561, 562.

a Cristo, de quem nunca souberam e sim por causa de seus pecados. Podemos dizer que Deus é injusto por condenar Sodoma? “Que esses pagãos sodomitas vão ser condenados foi claramente declarado por Cristo, quando falou a respeito deles em conexão com o dia de juízo”. Mas, para provar que Deus é justo em Seu julgamento, Cristo declarou que “*haverá menos rigor para Tiro e Sidom*” e “*para Sodoma no dia de juízo*” do que para as cidades da Galiléia, onde Ele operou seus milagres.

b.2 - Em segundo lugar, a teoria arminiana inverte a ordem das Escrituras, considerando como causa o que realmente é consequência, e vice-versa. A Bíblia não ensina que fomos eleitos por causa de nossa fé, mas ensina que temos fé porque

fomos eleitos. Não ensina que “fomos eleitos por causa de nossa obediência, mas exatamente o contrário, a saber, fomos **para a obediência**”. Não fomos eleitos porque Deus previu que íamos ser santos, mas fomos eleitos para sermos santos, ou como Paulo declarou “*Aos que conheceu de antemão, a esses também destinou para sermos conformes à imagem de seu Filho*”.

A eleição não se pode basear em fé prevista, porque a fé mesma é um dom de Deus. Jesus disse, “*Ninguém conhece o Filho senão o Pai; e ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar*” (Mat.11:27). Conhecemos o Pai pela fé; portanto, a fé é dada àqueles a quem o Filho revela o Pai. Jesus disse ainda, “*Ninguém poderá vir a mim, se pelo Pai não lhe for concedido*” (João 6:65). Vir a Cristo, é ter fé nEle, e isto é concedido pelo Pai. Paulo escreveu, “*Digo a cada um dentre vós que não pense de si mesmo além do que convém, antes, pense com moderação segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um*” (Rom.12:3). E ainda, “*A um é dada, mediante o Espírito a palavra*

~~“Se a fé é a posse de grandes coisas de Deus”~~ (Rom. 8:18). ~~Os que estão na carne não podem~~ **“Se a fé é a posse de grandes coisas de Deus”** (Rom. 8:18). **Os que estão na carne não podem** ~~agradar a Deus”~~. Consequentemente, os que estão na carne não podem ter fé, sem a qual é impossível agradar a Deus. Diz Paulo que “*o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucuras; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente*” (1Cor. 2:14). Só existe um meio de conhecer “*as coisas do Espírito de Deus*”, coisas que “*nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetraram em coração humano*”, o que Deus “*nos revelou pelo Espírito*” (v. 10), esse meio é a fé, a qual é “*a convicção de fatos que se não vêem*” (Heb. 11:1). Se o homem natural não pode aceitar essas coisas, é porque não pode ter fé. Nós as aceitamos porque Deus no-las revelou por seu Espírito, porque nos deu a fé necessária para essa aceitação. Paulo também escreveu que “*ninguém pode dizer: Senhor Jesus! senão pelo Espírito Santo*” (1 Cor.12:3). Receber a Jesus como Senhor é ter fé nEle, e isto só se verifica por meio do Espírito Santo. Consequentemente, ninguém pode ter fé a não ser pelo Espírito Santo. Salvação pela fé é dom de Deus (veja-se Ef. 2:8,9). Em Atos 13:48 lemos, “*E creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna*”. Note-se que não está escrito, “*Todos os que creram foram destinados à vida eterna*”, mas o que está escrito é exatamente o contrário. Se a razão estivesse do lado dos arminianos, o escritor sagrado teria declarado o contrário do que declarou. Além disso, a Epístola aos Hebreus claramente afirma que a fé não depende de nós, e sim de Cristo, ao declarar que Jesus é “*o Autor e Consumador da fé*” (Heb. 12:2).

Até mesmo João Wesley, contradizendo sua teoria, reconhece que a fé é uma dádiva de Deus. Disse ele:

*“Se perguntais, ‘Por que todos não têm esta fé? Pelo menos todos quantos a têm na conta de uma coisa excelente? Por que não crêem imediatamente?’ Respondemos (firmado na evidência bíblica) ‘É dom de Deus’. Ninguém é capaz de produzi-la em si mesmo. É obra da Onipotência. Reanimar uma alma defunta requer não menos poder do que erguer da sepultura um cadáver. É uma nova criação, e ninguém pode recriar uma alma, senão Aquele que no princípio criou os céus e a terra... Crer assim não é coisa que possais por vosso próprio poder. Por mais que vos esforceis neste sentido, mais vos convencereis de que ‘é dom de Deus’”.*⁸⁴

Se a fé é um dom de Deus, e se Deus só elege os que têm fé, claro é que a eleição depende exclusivamente dEle e não do homem. Como o próprio Wesley declarou, a fé “*é*

⁸⁴ João Wesley, *op. cit.*, pp. 241, 242.

obra da Onipotência", tão grandiosa quanto é levantar do túmulo um defunto, ou criar os céus e a terra. Se assim é, como podia Deus conhecer de antemão no homem, como base de sua eleição, algo que é impossível ao homem criar em si mesmo? Como podia ter previsto, como base para a eleição do homem, algo que o próprio Deus tinha de lhe dar? É flagrante a contradição. Vejamos:

À pag. 139 da **Christian Theology** (que é "uma seleção dos mais importantes trechos dos escritos do Rev. John Wesley, A. M."), lemos:

*"Deus, desde a fundação do mundo, previu todas as pessoas que iam crer, ou as que não iam crer. E de acordo com esse conhecimento prévio, Ele escolheu ou **elegeu** todos os crentes obedientes, como tais, para a salvação".*

A pag. 241 e 242, lemos:

"Por que então todos não têm essa fé?... Por que não crêem imediatamente? Respondemos... "É dom de Deus". Ninguém é capaz de produzi-la em si mesmo. É obra da Onipotência".

Podia Deus fazer que fosse condição de Sua eleição algo que "ninguém é capaz de produzir em si mesmo", algo que "é obra da Onipotência"? Absolutamente não.

Vemos, pois, que a fé, ao invés de ser a **causa**, é de fato a **conseqüência** da eleição.

A eleição não se pode basear em arrependimento previsto, porque o arrependimento é também uma dádiva de Deus. Paulo fala de "tristeza segundo Deus", que "produz arrependimento para a salvação", e fala em "tristeza do mundo", que "produz morte".

Contraste-se, por exemplo, o arrependimento de Judas (Mat 27:3) com o de Pedro (Mat.26:75). O primeiro foi remorso, produzido pela consciência de Judas e que resultou em morte. O último foi arrependimento produzido pelo olhar e pelas palavras de Cristo (Luc. 23:60-62), e veio como resposta à sua oração (Luc. 22:31,32), e resultou em lágrimas e reconciliação. Lemos em Atos 5:31, "Deus, com a sua destra, o exaltou a Príncipe e Salvador, a fim de conceder a Israel o arrependimento e a remissão de pecados". Lemos ainda em Atos 11:18, "Também aos gentios foi por Deus concedido o arrependimento para a vida"- E em 2Tim. 2:25, "Disciplinando com mansidão os que se opõem, na expectativa de que Deus **lhes conceda** não só o **arrependimento** para conhecerem plenamente a verdade..." "Verdade é que Deus podia conceder arrependimento simplesmente por induzir a pessoa a arrepender-se mediante a agência de sua palavra, sua providência e seu Espírito. Porém mais do que isso parece ser o alcance da" oração do salmista: "Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova dentro em mim um espírito inabalável" (Sl.51:10)". (**Strong**).

A eleição não se pode basear em obediência, obras e santidade previstas, porque tudo isso é resultado da eleição, e não sua causa. O Dr. Richard Watson escreveu que a "previsão da fé e da obediência de fé, santidade" e "outra qualquer boa qualidade ou disposição (como causa ou condição requerida antes na pessoa para ser escolhida)" é a verdadeira base que Deus tem para eleger. A Bíblia, porém, ensina exatamente o contrário. Jesus, por exemplo, disse, "Eu vos escolhi a vós outros, e vos designei para que vades e deis frutos" (João 15:16). Ele não nos escolheu porque dávamos frutos, mas para **que déssemos** frutos. Além do que, um pouco antes dissera que sem Ele nada podíamos fazer (v.5). Pedro escreveu, como já vimos, que fomos eleitos "para a obediência" (1Ped.1:2) e não por causa de nossa obediência. Não fomos eleitos porque Deus previu que seríamos santos, mas para que fôssemos santos. "Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, **para sermos santos** e irrepreensíveis perante ele" (Ef.1:4). "Não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais **Deus de antemão preparou** para que andássemos nelas" (Ef 2:9,10). Mortos em delitos e pecados, nada podíamos fazer. Deus, porém, deu-nos nova vida, criou-nos de novo em Cristo. E esta nova vida revela-se em boas obras; não obras que façamos por nós mesmos, mas que foram preparadas de **antemão** por Deus para que andássemos nelas. Não fomos eleitos de antemão por causa de nossas boas obras, mas nossas boas obras foram "preparadas de antemão" por Deus para nós. E assim vemos que a eleição é a causa e não o efeito de nossa obediência, obras e santidade.

b.3 - Em terceiro lugar, a teoria arminiana de eleição dá ao homem o direito de jactar-se de sua salvação, fazendo-a produto de obras, e não da graça.

Wesley escreveu, “ A Escritura nos diz claramente o que é predestinação: é Deus designar de antemão **para a salvação os crentes obedientes, não** sem conhecer antecipadamente **todas as obras deles**, mas “segundo Sua presciência” dessas obras, “desde a fundação do mundo”.

Ralston escreveu, “ Se alguém é eleito para a vida eterna, e outro é entregue à perdição, isso não resulta de uma parcialidade arbitrária, caprichosa e desarrazoada, mas coaduna-se com a razão, equidade, justiça, e é uma revelação gloriosa das perfeições harmoniosas de Deus. **É porque um é bom e o outro mau; um é justo e o outro, injusto; um é crente e o outro, incrédulo; ou um é obediente e o outro, rebelde**”.

A ser assim, os eleitos têm o direito de vangloriar-se diante dos não eleitos, dizendo: “Fomos salvos porque cremos e obedecemos, e vocês foram condenados porque não creram nem obedeceram”. Mas, que diz a Bíblia sobre isto? “ Pela graça sois salvos, mediante a fé; **e isto não vem de vós**, é dom de Deus; **não de obras para que ninguém se glorie**” (Ef.2:8). Não somos salvos por causa de nossas boas obras, mas para boas obras, preparadas por Deus, como já vimos. Paulo, escrevendo aos coríntios, perguntou, “Quem é que te faz sobressair? e que tens tu que não tenhas recebido? e, se o recebeste, por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?” (1Cor.4:7). O fato é que a causa da condenação dos homens são os seus pecados, suas más obras. Mas se eles são salvos, a causa de sua salvação é unicamente a graça de Deus. No céu todos os santos cantarão um cântico novo, em que louvarão o Redentor com as seguintes palavras: “*Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua povo e nação*” (Ap.5:9).

Podemos ter certeza de que não vamos ouvir lá uma voz discordante nesse coro celestial, de alguém que se louve a si mesmo por sua obediência e boas obras. Um dos notáveis ensinamentos da Bíblia é que nenhuma criatura tem o direito de gloriar-se diante de Deus (veja-se 1Cor.1:26-31; cf. Deut.8:16,17 Jz.7:2, 2Cor.4:7). É este o sentido das palavras de Paulo em Rom.9:11,12, “E ainda não eram os gêmeos nascidos, **nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama)**, já lhe fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço”. Ao invés de salvar os bons, os justos e os obedientes, Deus tem salvado o mais das vezes exatamente os piores indivíduos, de modo a poder revelar as riquezas de Sua graça, visto como “onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rom.5:20). Tem sido esta a experiência de todas as igrejas e pregadores através dos séculos. Deus tem salvado muitas vezes exatamente os maiores pecadores, a fim de fazer deles monumentos de sua graça, e revelação do seu poder. Foi este o caso de Paulo, que escreveu, “ Fiel é a palavra e digna de toda aceitação, que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores, **dos quais eu sou o principal**. Mas, por esta mesma razão me foi concedida misericórdia, **para que em mim, o principal, evidenciasse Jesus Cristo a sua completa longanimidade e servisse eu de modelo a quantos hão de crer nele para a vida eterna**” (1Tim.1:15,16). E em consequência deste fato, ele louva a Deus e não a si mesmo, acrescentando estas preciosas palavras, “ Assim, ao Rei eterno, imortal, invisível, Deus único, honra a glória pelos séculos dos séculos. Amém ” (1Tim.1:17). Se os homens são salvos por causa de sua bondade, justiça, obediência, numa palavra, se são salvos por causa de suas obras previstas, o louvor pertence a eles, e não a Deus, ou pelo menos Deus divide com eles sua honra e glória. Mas, como Paulo ensinou, Deus nos predestinou, “segundo o beneplácito de sua vontade, **para louvor da glória de sua graça**” (Ef.1:5,6), e outra vez, Deus “ juntamente com ele nos ressuscitou e nos fez

assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus, para mostrar nos séculos vindouros a suprema riqueza da sua graça, em bondade para conosco, em Cristo Jesus ” (Ef.2:6,7). Concluamos, pois, com palavras do mesmo Paulo:

“Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça. E se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça” (Rom.11:5,6).

b.4 - Em quarto lugar, como vimos, os arminianos reconhecem a eleição de

nações e comunidades para o conhecimento da verdadeira religião e o gozo dos meios de graça. Admitir este fato incontestável e histórico é reconhecer o ponto em questão, porque é mediante o conhecimento da verdadeira religião e o uso dos meios de graça que os homens são salvos. E, por conseguinte, as nações e comunidades, às quais Deus concede este privilégio, têm oportunidade de crer e de serem salvas, ao passo que as outras, às quais Ele não concede este privilégio, são privadas da oportunidade de obter um conhecimento salvador do Seu Evangelho. E ainda não é tudo. Sabemos que até nos países e comunidades onde se anuncia o Evangelho, há indivíduos que lêem a Bíblia e ouvem muitos sermões, porém nunca alcançam o sentido exato da mensagem divina de salvação e por isso nunca a aceitam. Temos encontrado pessoas rudes e ignorantes, incapazes de compreender as coisas mais simples do mundo, mas que são dotadas de um profundo discernimento espiritual para compreenderem os fatos mais profundos da Revelação divina, enquanto outros, brilhantes e ilustrados, capazes de compreender e explicar quase tudo, mas que em face dos fatos espirituais do Evangelho são completamente cegos. Por quê? Só há uma resposta, *"Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado"* (Mat.11:26).

Se não admitirmos que Deus escolheu certo número de pessoas, do meio da massa perdida da humanidade, só existe uma explicação possível para o caso das nações e comunidades que nunca ouviram o Evangelho, e dos indivíduos que o ouvem e jamais podem entendê-lo, a saber, um segundo período de prova. Este é o único resultado lógico da teoria arminiana. Segundo esta teoria, Deus tem de oferecer uma oportunidade a cada indivíduo. Os próprios arminianos reconhecem que todas as pessoas não têm tido uma oportunidade de ouvir o Evangelho. Portanto para ser justo, segundo a teoria arminiana, Deus precisa oferecer a tais pessoas uma oportunidade na vida futura, a fim de que ouçam sua mensagem de salvação e decidam por si mesmas o seu destino. Não pensamos que os arminianos avancem até ao ponto de aceitarem esta consequência lógica de sua teoria, visto como isto seria negar o ensino das Escrituras, que declaram ser *"agora o tempo aceitável"*, *"hoje é o dia da salvação"* (2Cor.6:2), e que *"aos homens está ordenado morrerem uma só vez e, depois disto, o juízo"* (Heb. 9:27). No caso das cidades pagãs de Tiro, Sidom e Sodoma, que já consideramos, Cristo não sugere que elas terão nova oportunidade na outra vida, mas claramente afirma que serão julgadas, embora haja para elas *"menos rigor no dia do juízo"* do que para as cidades da Galiléia, que O rejeitaram.

Como diz o Dr. Boettner:

*"Os arminianos não escapam de nenhuma real dificuldade quando admitem espécies diferentes de eleição e rejeitam a eleição para a salvação. Em cada caso Deus concede a uns o que recusa a outros. Condições de vida, no mundo em geral, e nossas próprias experiências na vida cotidiana mostram que as bênçãos concedidas são soberanas e incondicionais, independentes de quaisquer méritos ou ações prévias da parte dos assim escolhidos. Se somos altamente favorecidos, só podemos ser gratos pelas bênçãos divinas. Se não somos altamente favorecidos, nenhum fundamento nós temos para queixa. Por que precisamente este ou aquele é colocado em circunstâncias que levam à fé salvadora, enquanto outros não, é de fato um mistério. Não podemos explicar as operações da Providência, mas sabemos que o Juiz de toda a terra agirá com justiça, e que quando alcançarmos um conhecimento perfeito, veremos que Ele tem razão suficiente para tudo quanto faz".*⁸⁵

b.5 - Em quinto lugar, os arminianos ensinam que a eleição ocorre no tempo, que os eleitos não são escolhidos enquanto não se arrependem, crêem, etc. Ao mesmo tempo ensinam que o crente pode cair da graça em qualquer tempo e perder-se. O Dr. Raymond Miner, professor no *"Garret Biblical Institute"*, Illinois, disse em sua Teologia Sistemática:

"Os homens podem insultar o Espírito de graça, por quem foram santificados. Até que o período de prova termine, o destino final é contingente, incerto. Uma de duas eternidades, opostas entre si, é-lhes possível. A questão nunca será

⁸⁵ Loraine Boettner, op. cit., p. 90

decidida por qualquer coisa fora do homem, mas o será pela livre escolha dele, ajudado pela graça de Deus”.⁸⁶

Se isto é verdade, então ninguém será realmente eleito enquanto estiver vivo, porque poderá cair da graça em qualquer momento. Como está sujeito a decair da fé e da obediência em qualquer instante, pode estar eleito hoje e não amanhã. Pode ser eleito muitas vezes, pela vida a fora, e no último momento da vida pode perder a fé e ficar condenado eternamente, apesar de ter sido eleito várias ou muitas vezes antes! É de fato uma eleição contingente, incerta, visto como depende da vontade e da obediência do homem. Não é esta, porém, a espécie de eleição que encontramos na Bíblia. Segundo esta, somos eleitos, não de a eternidade, uma vez por todas e para sempre. Não somos eleitos várias vezes. Não estamos sujeitos a perder nossa eleição em qualquer tempo. Como observou Girardeau:

“Tal doutrina é incoerente consigo mesma. Afirma que a eleição ocorre no tempo. Mas também virtualmente afirma que não pode ocorrer no tempo, visto ensinar que os homens só são eleitos de fato quando tiverem perseverado em santidade até ao fim da vida. Só então, quando o tempo houver cessado, é que a eleição se efetua. Afirma, conseqüentemente, que a eleição ocorre no tempo e que não ocorre no tempo! Os objetos dessa eleição são defuntos. Ela alcança as pessoas, somente quando as contingências da vida têm passado. Mas a Bíblia chama eleitos a alguns homens vivos e os arminianos aceitam o fato”.⁸⁷

Além disso, eleição para a salvação é eleição para a vida eterna. Quando um pecador crê, é eleito, segundo a teoria arminiana, eleito para a vida eterna. Ao mesmo tempo, porém, não é eleito para a vida eterna, porque pode cair no dia seguinte e não vir mais a ser eleito. Se crê novamente, é eleito outra vez para a vida eterna, vida que de fato não é eterna, visto como sempre depende da perseverança do pecador, da qual ninguém pode ter certeza enquanto não chega o fim da vida terrena desse pecador.

Dessa forma os arminianos não somente contradizem a Bíblia, como se contradizem a si próprios.

A questão do livre arbítrio será discutida mais adiante.

3.2 - Calvinismo

A teoria calvinista de eleição para a salvação é apresentada com clareza em várias Confissões de Fé. A Confissão de Fé de Westminster apresenta-a nos seguintes termos:

“Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus, antes que o mundo fosse criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida, para o louvor da sua gloriosa graça. Ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa. “Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo”.⁸⁸

O Sínodo de Dort apresentou esta doutrina nos termos que se seguem:
“A eleição é o imutável propósito de Deus, pelo qual, antes da fundação do mundo, conforme o Seu generosíssimo beneplácito, e por mera graça Sua, de todo o gênero humano — caído, por sua própria culpa, de sua integridade

⁸⁶ Raymond Miner, *Systematic Theology*; Vol. II, p. 423, *apud* John L. Girardeau, *op. cit.*, p.28.

⁸⁷ John L. Girardeau, *op.cit.*, pp.128, 129.

⁸⁸ *Confissão de Fé de Westminster*; Cap. III, nºs V e VI.

srcinal para o pecado e destruição — Ele escolheu em Cristo para a salvação um número fixo de determinadas pessoas, nem melhores nem mais dignas do que outras, mas jazendo na mesma miséria das demais. Por esse mesmo propósito Ele, desde toda a eternidade, designou a Cristo para ser Mediador, cabeça de todos os eleitos e fundamento da salvação. E assim decretou dar-lhos a Ele, para serem salvos, e por Sua Palavra e Espírito chamá-los eficazmente e atraí-los para uma comunhão consigo: isto é, dar-lhes verdadeira fé nEle, justificá-los, santificá-los e finalmente glorificá-los, sendo eles guardados poderosamente na comunhão de Seu Filho, para demonstração de Sua misericórdia, e louvor das riquezas de Sua graça gloriosa.

“A dita eleição foi feita, não baseada em previsão de fé, obediência de fé, santidade ou outra qualquer boa qualidade ou disposição, como causa ou condição, requerida previamente na pessoa para ser escolhida, mas foi feita para a fé, santidade, etc. Por conseguinte a eleição é a fonte de todo bem salvador, da qual a fé, a santidade e os restantes dons salvadores, e, por fim, a própria vida eterna promanam, como frutos e efeitos dela”.⁸⁹

No Artigo Dezessete da Igreja da Inglaterra, lemos:

“A predestinação para a vida é o eterno propósito de Deus, pelo qual (antes que os fundamentos do mundo fossem lançados) Ele decretou inalteravelmente, por Seu conselho, secreto para nós, livrar da maldição e condenação aqueles a quem em Cristo escolheu do gênero humano, e trazê-los por Cristo à salvação eterna, como vasos feitos para honra. Em consequência disso, recebem de Deus essa excelente bênção, sendo chamados pelo Seu Espírito que neles opera no devido tempo: que pela graça eles obedecem ao chamado, são feitos filhos de Deus por adoção, são conformados à imagem de Seu Unigênito Filho Jesus Cristo, praticam religiosamente boas obras; e por fim, pela misericórdia divina, chegam à bem-aventurança eterna”.⁹⁰ (2)

Esta doutrina é apresentada em termos semelhantes em várias outras confissões, como a Segunda Confissão Helvética, a Confissão Francesa, a Confissão Belga, a Fórmula Suíça de Acordo (Formula Consensus Helvética). Aparece também no artigo três da Igreja da Irlanda. É muito interessante saber que os valdenses a aceitaram. A este fato refere-se Spurgeon nas seguintes palavras:

“Se lerdes o credo dos antigos valdenses, que surgiu do meio deles no auge da perseguição vereis que esses renomados professores e confessores da fé cristã receberam e abraçaram firmissimamente esta doutrina, como sendo uma parcela da verdade divina. Copiei de um livro antigo um dos artigos de sua fé: “Deus salva da corrupção e condenação aqueles a quem escolheu, desde a fundação do mundo, não em virtude de qualquer disposição, fé ou santidade que previsse neles, mas meramente por sua misericórdia em Cristo Jesus seu Filho, preterindo todos os demais, de acordo com a razão irrepreensível de sua livre vontade e justiça”.⁹¹ (1)

Estas declarações, que cremos serem corroboradas amplamente pelas Escrituras, afirmam certos fatos importantes sobre a eleição para a salvação, fatos que passaremos agora a considerar.

a) Deus é o Autor da Eleição

*“Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo... que... **nos escolheu nele** antes da fundação do mundo” (Ef.1:3,4). “Nele fomos também feitos herança, predestinados **segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua Vontade**” (Ef. 1:11). “**Deus nos escolheu** desde o princípio para a salvação ” (2Ts.2:13). “**Deus não nos destinou** para a ira, mas **para alcançar a salvação** mediante nosso Senhor Jesus Cristo ” (1Ts.5:9). “ Por causa dos eleitos **que ele escolheu**, abreviou tais*

⁸⁹ Hall's *Harmony of Protestant Confessions*, apud John L. Girardeau.

⁹⁰ Extraído de *Thirty Nine Articles of the Church of England*, apud C. H. Spurgeon, Sermons, Vol.II, p.68.

⁹¹ C. H. Spurgeon, Sermon on “Election”, *Sermons*, V. II, p.89.

dias" (Mc.13:20). "Manifestei o teu nome aos homens **que me deste do mundo**; eram teus, **tu mos confiaste**" (Jo.17:6). Jesus disse aos seus discípulos: "Não fostes vós que me escolhestes a mim, pelo contrário, **eu vos escolhi a vós outros**" (Jo.15:16; cf. 15:19 e cap. 13:18). Evidencia-se, destas e de muitas outras passagens, que Deus é a causa eficiente da eleição. Como já vimos, os arminianos praticamente negam este fato, fazendo da vontade do homem "a causa última, determinante" de sua eleição. Segundo eles, Deus realmente elege todas as pessoas. Mas, como Ele é frustrado em Seu propósito por aqueles que não querem crer e não querem elegê-LO, todas as pessoas não são salvas. Qual é a única conclusão lógica que podemos tirar desta teoria? É que os salvos, os eleitos são aqueles que elegem Deus, os que O escolhem. É exatamente o contrário do que a Bíblia ensina sobre o assunto, a saber, que Deus é o Autor da eleição. "Uma coisa é dizer que Deus é o autor de um plano de redenção, que envolve a realização de uma expiação universal e a concessão de graça universal, e exatamente outra coisa é dizer que Ele é o autor da eleição de pecadores para a salvação. A primeira os arminianos afirmam; a segunda eles são obrigados logicamente a negar".

b) A Eleição é desde a eternidade

"Vinde, benditos de meu Pai! entrai na posse do reino **que vos está preparado desde a fundação do mundo**" (Mt.25:34) "Aos que **de antemão conheceu**, também os predestinou" (Rm.8:29). "Assim como **nos escolheu nele antes da fundação do mundo**" (Ef.1:4). "...Nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade... Desvendando-nos o mistério da sua vontade, segundo o seu beneplácito **que propusera em Cristo**" (Ef.1:5,9). "Conforme a

eternidade (Ef.1:9). Nação de graça **que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos** (Ef.1:13). Os nomes não foram escritos no livro da vida do Cordeiro que foi morto, **desde a fundação do mundo**" (Ap.13:8).

Contraditando estas declarações explícitas da Bíblia, os arminianos ensinam que a eleição não ocorre na eternidade, e sim no tempo. Confundindo causa com efeito, dizem que o homem não é realmente eleito senão quando se arrepende e crê. Confundem eleição na eternidade com sua execução no tempo. (Veja-se Tito 1:2,3). Mas, como vimos, insistindo que a eleição só ocorre no tempo, ensinam de fato que ela não ocorre no tempo.

"A doutrina geral deles consiste explicitamente no seguinte, que a eleição se condiciona à previsão divina da perseverança na fé e santa obediência até o fim. Um crente pode, perto do fim de sua carreira terrena, cair da graça, total e finalmente, e perecer para sempre. Para serem coerentes com esta doutrina de-

vem, pois, sustentar que a eleição não pode ocorrer no tempo, mas que só se pode dar quando o tempo, com todas as suas incertezas, tiver cessado para o crente e este tiver realizado o fim de sua fé. Só pode ocorrer no momento de o homem expirar, ou depois disso, porque até esse momento crítico ele pode perder sua religião e privar-se do céu. Existe pois aí uma flagrante contradição. Afirma-se que a eleição ocorre no tempo; por outro lado também se afirma que ela ocorre após o tempo haver cessado: ocorre quando o homem crê, é justificado e santificado; ocorre quando o homem tiver chegado ao fim de sua carreira e entrar no céu! Em face de tudo isto parece que eles sustentam uma eleição na eternidade, mas eternidade **a parte post**, não eternidade **a parte ante**".⁹²

c) A Eleição é em Cristo

"Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais **em Cristo**, assim como **nos escolheu nele** antes da fundação do mundo" (Ef.1:3,4). "...Nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo... para louvor da glória de sua graça, que ele **nos concedeu gratuitamente no Amado**" (Ef.1:5,6). "Glorifica a teu Filho, para que o Filho te glorifique a ti; assim como lhe conferiste autoridade sobre toda a carne, a fim de que ele conceda a vida eterna **a todos os que lhe deste**" (Jo.17:1,2). Segundo o Novo Testamen-

⁹² John L. Girardeau, *op. cit.*, p. 52.

to, tudo quanto gozamos, como crentes, gozamo-lo “em Cristo” e por Seu intermédio. Por nossa identificação com Ele, morremos, fomos sepultados e ressurgimos com Ele, e somos abençoados nas regiões celestiais ainda com Ele (ver Rm.6:3-6; Ef.1:3). O amor com que Deus nos ama e do qual nada nos pode separar, é amor “em Cristo Jesus nosso Senhor” (Rm.8:39). NEle temos o perdão de nossos pecados (Ef.4:32). Somos um só corpo em Cristo (Rm.12:5). Em Cristo somos novas criaturas (2Co.5:17). O pacto da graça foi confirmado em Cristo (Ef.3:6). Em Cristo triunfamos (2Co.2:14). Com Ele morremos, com Ele viveremos; com Ele sofremos, com Ele reinaremos (2Tm.2:11,12). O Pai fez doação dos eleitos a Cristo (Jo.6:39; 17:2,6,9,11,12,24). Somos ovelhas do seu retil e um dia Ele nos apresentará ao Pai, dizendo: “Eis aqui estou eu, e os filhos que Deus me deu” (Hb.2:13).

d) A Eleição não depende de nossos méritos, mas unicamente da soberana graça de Deus.

“Que nos salvou e nos chamou com santa vocação; **não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça** que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos” (2Tm.1:9). Como já provamos, nossa eleição não depende de nada que Deus previu em nós. Nossa fé, obediência e perseverança não são a causa, mas a consequência de nossa eleição. Fomos eleitos para a obediência, não por sermos obedientes. (1Pe.1:2). Fomos predestinados para sermos “conformes à imagem” de Cristo, não porque já temos essa imagem (Rm.8:29). Pela graça é que somos salvos, e não por obras (Ef.2:8). A eleição que a Bíblia revela é “a eleição da graça” (Rm.11:5), e graça quer dizer favor não merecido. Fomos escolhidos não porque fomos previstos como santos, mas “para sermos santos e irrepreensíveis perante ele” (Ef.1:4). Esta eleição tem como objetivo o

(Ef.1:5,6,7). As boas obras decorrem de nossa fé, obediência e perseverança e santidade. Contudo, não podemos praticá-las até que Deus faça de nós uma nova criação em Cristo. Ao invés de sermos criados por causa de nossas boas obras, somos “criados em Cristo Jesus **para boas obras**, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef.2:10). E por este motivo, nossas boas obras não resultam em nossa própria glória, mas na glória de nosso Pai celeste (Mat. 5:16). Como árvores corrompidas, não podemos produzir nenhum fruto bom até que Deus faça de nós novas árvores, pelo poder do seu Espírito, cujos frutos vêm indicados em Gl.5:22,23. Não fomos eleitos ou escolhidos porque Deus previu que daríamos fruto, mas para que fôssemos e dêssemos fruto. (Jo.15:16). Quando Paulo diz, “Desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor” logo acrescenta, “porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp. 2:12,13). Além disso, ele aí está falando de obediência, como podemos ver pela leitura de todo o verso 12, e portanto está falando daquele aspecto da salvação em que cooperamos com Deus, a saber, a santificação ou salvação do poder do pecado. Esta fase de nossa salvação vem depois de nossa justificação e regeneração, que é obra exclusiva de Deus.

e) A Eleição tem a nossa salvação como seu objetivo imediato.

“Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus, por vós, irmãos amados pelo Senhor, por isso que **Deus nos escolheu** desde o princípio **para a salvação**, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, **para alcançar a glória de nosso Senhor Jesus Cristo**” (2Ts.2:13,14). “Deus não **nos destinou** para a ira, mas **para alcançar a salvação** mediante nosso Senhor Jesus Cristo” (1Ts.5:9). “Assim como lhe conferiste autoridade sobre toda a carne, **a fim de que ele conceda a vida eterna a todos os que lhe deste**” (Jo.17:2). “Creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna” (At. 13:48).

aí: Primeiro, que a fé é a consequência e não a causa da eleição. Segundo, que somente um número limitado é destinado à “**vida eterna**”, porque se todas as pessoas, sem exceção, fossem destinadas a isso por Deus, então as palavras “**todos os que**” apresentariam uma restrição sem sentido”. Terceiro, que essas pessoas foram destinadas ou eleitas não para o gozo de privilégios externos, não somente para serviço, não para o usufruto dos meios de graça (isto todas elas gozavam naquela ocasião), mas foram destinadas para a “vida eterna”, para a salvação mesmo. Quarto, que “**todos** — “**todos os**

que”, sem faltar um só — que foram assim ordenados por Deus para a vida eterna com toda a certeza virão a crer”.

Spurgeon teceu os seguintes comentários em torno da passagem em questão:

“Tentativas têm sido feitas para provar que estas palavras não ensinam predestinação, mas essas tentativas violentam com tanta evidência a linguagem do texto que não perderei tempo em responder a elas. Leio: “Creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna”. Não torcerei o texto, mas glorificarei a graça de Deus atribuindo-lhe a fé que todos nós temos. Não é Deus que dá a disposição para crer? Se os homens são predispostos a ter a vida eterna, não pode Ele — em todos os casos — predispor-los? É incorreto para Deus conceder graça? Se é correto Ele concedê-la, é incorreto Ele propor fazer isso? Gostariéis que Ele a concedesse acidentalmente? Se é correto Ele propor conceder graça hoje, foi-lhe correto propô-lo ontem — e, visto como Ele não muda — desde a eternidade”.⁹³

f) A Eleição resultará na glória de Deus.

*“A fim de que também desse a conhecer **as riquezas da sua glória** em vasos de misericórdia, **que para glória preparou de antemão**” (Rm.9:23). “...Nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo... **para louvor da glória de sua graça**” (Ef.1:5,6). “Predestinados... **a fim de sermos para louvor da sua glória**” (Ef.1:11,12). “E juntamente com ele nos ressuscitou... para mostrar nos séculos vindouros **a suprema riqueza da sua graça**” (Ef.2:6,7).*

Este ponto já foi considerado no capítulo segundo, e não precisa de mais comentários. Sabemos que tudo no mundo tem, como objetivo supremo, a revelação da glória de Deus, e a eleição não foge a esta regra.

g) A Eleição tem indivíduos por alvo.

A linguagem empregada com relação aos eleitos mostra claramente que ela tem indivíduos por objeto seu. A. A. Hodge considera este ponto nos seguintes termos:

***“1º)** Fala-se deles sempre como indivíduos e a eleição da qual são objeto é sempre apresentada como tendo graça ou glória como sua finalidade — Atos 13:48; Ef. 1:4; 2Ts.2:13. **2º)** Nas Escrituras os eleitos sempre são claramente distintos da massa da Igreja visível; daí a eleição deles não poder ter sido apenas para o gozo dos privilégios externos dessa Igreja — Rom. 11:7. **3º)** Diz-se que os nomes dos eleitos estão “escritos no céu”, e constam no “livro da vida” — Heb.*

*12:23; **Em 4.º** **4º)** As bênçãos, que, segundo declaração explícita, são asseguradas por esta eleição, são graças e salvadoras, e são parte integrante e resultado da salvação, inseparáveis desta, e concernem não a nações, mas a indivíduos, que são seus objetos, e.g., “adoção de filhos”, “para serem conformes à imagem de seu Filho”, etc. — Rm.8:29; Ef.1:5; 2Ts. 2:13; 1Ts.5:9; Rm.9:15,16”.⁹⁴*

Os arminianos dizem que a eleição de que Paulo falou em Romanos 9 e 11 não é “eleição **pessoal** para a **salvação**, mas uma eleição nacional ou coletiva para o gozo de **privilégios**”. Vamos responder a esta objeção com palavras do Dr. Dabney:

“Minha primeira e principal contestação a essa idéia é que é inteiramente inconciliável com o escopo de São Paulo na referida passagem. Qual é esse escopo? Obviamente é defender sua grande proposição de “Justificação por livre graça mediante a fé”, comum a judeus e gentios, sim, defendê-la de um sofisma que, do ponto de vista dos fariseus, era irrespondível, a saber: “Se a doutrina de Paulo fosse verdadeira, então o concerto de eleição feito com Abraão seria falseado? Como responde o Apóstolo? Obviamente (e irresistivelmente) dizendo que esse concerto não teve nunca a intenção de abranger toda a linhagem de Abraão, como coletividade, Rom. 9:6 “Não pensemos que a palavra (concerto) de

⁹³ Charles Spurgeon, *apud* Arthur Pink, *The Sovereignty of God*, p. 33, 34.

⁹⁴ A. A. Hodge, *op. cit.*, pp. 218, 219.

Deus haja falhado". "Porque nem todos os de Israel são de fato israelitas", etc. O Apóstolo então prova este fato decisivo lembrando aos judeus que, logo na primeira geração, um dos filhos de Abraão foi excluído e o outro foi escolhido. Na geração seguinte, no caso dos gêmeos — filhos do mesmo pai e mãe (para que a identidade da linhagem fosse a mais absoluta possível) — outra vez um foi soberanamente excluído. E assim, daí para diante, alguns hebreus de descendência regular foram excluídos e outros, escolhidos. Destarte, o escopo do Apóstolo requer a desintegração da suposta coletividade. O próprio fio de sua argumentação compele-nos a tratar com indivíduos, e não com agrupamentos. Todavia de acordo com Watson, o Apóstolo, falando da rejeição de Esaú e da escolha de Jacó, bem como das restantes escolhas de Rom. 9 e 11, emprega os nomes dos dois Patriarcas somente para personificar as duas nações, Israel e Edom. Cita em confirmação Mt.1:2,3, Gn.25:23. Mas, como Calvino bem observa, a primogenitura tipificava a bênção da verdadeira redenção; de sorte que a eleição de Jacó para aquela representava sua eleição para esta. Decida a questão a história dos dois homens. Jacó, medíocre, suplantador, não se tornou no santo, humilde e penitente, enquanto o generoso e impetuoso Esaú degenerou no chefe nômade, indiferente e pagão? A escolha das duas posteridades, uma para os privilégios da Igreja, a outra para a apostasia pagã, foi a consequência da eleição e da rejeição pessoal dos dois progenitores. A glosa arminiana viola todas as leis do pensamento hebraico e do uso religioso. Segundo estas, a posteridade segue o **status** do seu progenitor. Segundo os arminianos, o progenitor seguiria o **status de** sua posteridade. Além do que, toda a discussão deste capítulo é pessoal e sistêmica, pois trata aqui com indivíduos. A eleição não exclui os indivíduos das coletividades às quais pertenciam eclesiasticamente. Veja-se cap. 9: vs. 6,7,15,23,24; cap. 11: vs. 2,4,5,7. "A eleição o alcançou, e os mais foram endurecidos". A discussão estende-se também a outros, além de hebreus e edomitas, e alcança Faraó, um indivíduo incrédulo, etc. Por fim, as bênçãos concedidas nesta eleição são pessoais. Veja-se Rm.8:29; Ef.1:5; 2Ts.2:13".⁹⁵

Os arminianos admitem eleição de indivíduos para a salvação. Todavia sustentam que esta eleição de indivíduos está condicionada à previsão divina da fé e perseverança dos mesmos até o fim de suas vidas. Mas isto dificilmente pode ser considerado eleição de indivíduos. Seria, como Dabney observa, "uma seleção de certa qualidade ou peculiaridade, a granjear o favor de Deus para aqueles que a possuem". A eleição, pois, segundo os arminianos, "não é realmente eleição de indivíduos para uma salvação certa, mas, se permitem o solecismo, é eleição de uma condição por força da qual os indivíduos podem chegar à salvação". (Girardeau).

"Vale considerar que os arminianos não podem objetar à doutrina calvinista, alegando que ela apresenta um número definido de indivíduos, eleitos para a vida eterna, porque a doutrina arminiana endossa precisamente, o mesmo ponto de vista. Segundo a doutrina deles, Deus conhece de antemão os que vão crer e perseverar na fé e na santa obediência até ao fim, isto é, até chegarem à salvação final. Os que vão perseverar assim até ao fim são, naturalmente um número definido. São estes que os arminianos dizem serem eleitos. A conclusão é inevitável: o número dos eleitos é definido".⁹⁶

A diferença entre calvinistas e arminianos neste particular é a seguinte: — os primeiros ensinam que Deus é quem determina o número dos eleitos; os últimos ensinam que as pessoas mesmo, ou melhor, o acaso é que determina esse número. Os calvinistas, ensinam, de acordo com a declaração explícita das Escrituras, que Deus é quem elege. Os arminianos ensinam que as pessoas se elegem a si mesmas para a salvação, e o acaso decide quanto ao número delas.

h) A Eleição inclui tanto o fim como os meios.

"Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno

⁹⁵ B. L. Dabney, *op. cit.*, pp. 227, 228.

⁹⁶ John L. Girardeau, *op. cit.*, p.46.

*e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora”.*⁹⁷

Este é um fato muito importante relativamente à eleição, porque mostra que não equivale a fatalismo. O Deus que predestinou o fim, também predestinou os meios. Paulo, por exemplo, diz: “*Aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou*” (Rm.8:30). A salvação é um processo — tem princípio, prossegue

maschega ao fim. Na eternidade, Deus incluiu tudo isto em um só decreto que abrangendo o fim, temos na Bíblia declarações como aquela de Isaías: “*Eu sou Deus e não há outro, eu sou Deus e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer, e desde a antigüidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade*” (Is.46:9,10). Mas porque Ele também predestina os meios, a Bíblia está cheia de apelos e solicitações. Como meios, Deus incluiu em Seu decreto a encarnação, a vida, a morte e a ressurreição de Cristo, a obra do Espírito e também nossa cooperação em sua gloriosa Causa. Incluiu a proclamação do Evangelho, as orações intercessórias dos crentes e todos os meios de graça. O pregador precisa anunciar a mensagem, o pecador precisa ouvir e crer (mediante a operação do Espírito de Deus, que abre nossos corações, como no caso de Lídia, Atos 16:14). E depois disso, o processo continua na obra de nossa santificação até o dia glorioso de nossa glorificação no céu. Fomos escolhidos ou eleitos “*pela santificação do Espírito*” (2Ts.2:13).

Até mesmo nossas boas obras foram “*preparadas de antemão para que andássemos nelas*” (Ef.2:10). Não é correto dizer que, se Deus elegeu os que vão ser salvos, não precisamos pregar, e eles não precisam ouvir e aceitar a mensagem; ou que não adianta orar pelos perdidos, porque, se foram eleitos, serão salvos, e se não foram eleitos, nossas orações não lhes aproveitarão. Não sabemos quem são os eleitos, mas sabemos que a pregação do Evangelho e nossas orações intercessórias são meios que Deus incluiu em seu decreto para a realização dos seus planos.

“Tem-se objetado que: se Deus, desde a eternidade, determinou que uma pessoa se converteria e se salvaria, e outra seria deixada a perecer em seus pecados, nenhum lugar fica para o uso de meios. Como João Wesley, nos “Tratados Doutrinários Metodistas”, falsamente apresenta a doutrina de Toplady, “Suponhamos vinte pessoas, das quais dez são ordenadas para a salvação, procedam lá como puderem, e dez são ordenadas para a condenação, a despeito do que fizerem”. Temos aí uma caricatura absurda e maldosa da doutrina em apreço.

*“1º. O decreto da eleição não garante salvação sem fé e sem santidade, mas **mediante** a fé e a santidade, estando decretados tanto os meios como o fim...*

*“2º. A doutrina da eleição não supõe que Deus constrange o homem contra a liberdade do mesmo. Os não eleitos são simplesmente deixados sós, para procederem segundo os impulsos de seus corações perversos. Os eleitos são levados a querer, no dia em que Deus exerce o seu poder por eles neste sentido. Deus opera neles tanto o **querer** como o **efetuar**, segundo a sua boa vontade O ato que **os leva a querer** não lhes suprime a liberdade*

“3º. O decreto da eleição apenas torna certo o arrependimento e a fé dos eleitos. Todavia a certeza antecedente de um ato livre não é incompatível com a

*liberdade do mesmo, do contrário a pressência certa de um ato livre seria impossível. O decreto da eleição não causa a fé, e não interfere com o agente em sua ação, e certamente não anula a absoluta necessidade da mesma”.*⁹⁸

Talvez a melhor ilustração de como Deus predestina tanto o fim como os meios é o caso de Paulo e seus companheiros na tormentosa viagem a Roma (Atos 27:9-44). Em

⁹⁷ *Confissão de Fé de Westminster*, Cap. III, nº 6.

⁹⁸ A. A. Hodge, op. cit., pp. 227, 228.

virtude de uma terrível tempestade, perderam toda a esperança de salvamento. Deus, porém, havia decidido levar Paulo a Roma, e por isso enviou seu anjo para dizer-lhe que tanto ele como seus companheiros seriam salvos. É isto predestinação. O Deus Onipotente garantiu que ninguém perderia a vida. Se predestinação fosse o mesmo que fatalismo, se excluísse o uso dos meios, eles não tinham nada a fazer, senão aguardar calmamente a intervenção miraculosa de Deus. Esta, entretanto não é a espécie de predestinação que a Bíblia nos apresenta. A narrativa mostra como Deus empregou vários meios, até que sua promessa tivesse seu cumprimento maravilhoso e completo no devido tempo, de sorte que todos se salvassem, como Ele dissera.

Vejamos como Lucas narra o incidente.

"Açoitados severamente pela tormenta, no dia seguinte já aliviavam o navio. E, ao terceiro dia, nós mesmos, com as próprias mãos, lançamos ao mar a armação do navio. E, não aparecendo, havia já alguns dias, nem sol nem estrelas, caindo sobre nós grande tempestade, dissipou-se afinal toda a esperança de salvamento. Havendo todos estado muito tempo sem comer, Paulo, pondo-se em pé no meio deles, disse: Senhores, na verdade era preciso terem-me atendido e não partir de Creta, para evitar este dano e perda. Mas, já agora vos aconselho bom ânimo, porque nenhuma vida se perderá de entre vós, mas somente o navio. Porque esta mesma noite o anjo de Deus, de quem eu sou e a quem sirvo, esteve comigo, dizendo: Paulo, não temas; é preciso que compareças perante César, e eis que Deus por sua graça te deu todos quantos navegam contigo". (Atos 27:18-24).

Se Lucas tivesse parado aí, talvez tirássemos as conclusões que muita gente tira da doutrina da predestinação, confundindo-a com fatalismo e afirmando que ela torna desnecessário o emprego de meios. Lucas, porém, não parou aí com a declaração de que todos com certeza seriam salvos. Prossegue em sua narrativa, mostrando como Deus emprega meios naturais e, se necessário, sobrenaturais, para a consecução de seus fins. Paulo soube antecipadamente que todos seriam salvos da tormenta. Contudo esse conhecimento e certeza não o levaram a cruzar os braços, por julgar que todos os seus companheiros seriam salvos de qualquer modo, fizessem alguma coisa, ou não. Em primeiro lugar, contou-lhes a revelação que recebera. Foi este o primeiro meio empregado para a realização do propósito divino. Essa comunicação, seguida do exemplo de Paulo, reanimou-os, com o que ficaram preparados para a luta contra as águas, condição esta que se fazia necessária antes que se achassem seguros em terra firme.

Depois de lhes fazer essa comunicação, que revelava o propósito divino, disse Paulo,

"Portanto, senhores, tende bom ânimo: pois eu confio em Deus, que sucederá do modo por que me foi dito". Não tinha dúvida sobre isso. Deus, porém, não ia fazer um milagre desnecessário para cumprir sua palavra. Pelo contrário, usaria todos os meios naturais disponíveis. E por isso Paulo acrescentou, *"Porém é necessário que vamos dar a uma ilha"*. Noutras palavras, Deus decidira usar determinada ilha como meio de cumprir seu propósito.

Declarado isso pelo Apóstolo, navegaram durante quatorze dias. Na décima quarta noite, lançaram sonda. Foi outro meio usado. Verificando que se aproximavam de terra e temendo serem atirados contra lugares rochosos, *"lançaram da popa quatro âncoras, e oravam para que rompesse o dia"* (v. 20). A predestinação divina, revelada quatorze dias antes, não serviu de razão para não lançarem as âncoras. No emprego dessas âncoras vemos outro meio para a consecução do fim anunciado por Deus. Mas não foi tudo. Depois disso os marinheiros tentaram fugir. Todavia *"disse Paulo ao centurião e aos soldados, Se*

estes não permanecerem a bordo, não podereis salvar-vos" (v. 31). Esta declaração de Paulo parece contradizer o que Deus lhe havia dito antes, quando lhe garantia que ninguém se perderia. Não há, porém, contradição alguma. Estas palavras de Paulo apenas provam que predestinação não é fatalismo. Um dos meios era a tripulação permanecer no navio. Estava acostumada à vida no mar e essa experiência, seus conselhos e auxílio eram necessários aos passageiros para que se salvassem do naufrágio. Deus predestina o fim e, por isso, Paulo disse, *"Nenhuma vida se perderá de entre vós"* (v. 22). Deus, porém, também predestina os meios e, por este motivo, Paulo acrescentou, **"Se estes não**

permanecerem a bordo, vós não podereis salvar-vos” (v. 31). A advertência de Paulo foi incluída no plano de Deus como um meio, bem como tudo quanto se seguiu. Os soldados cortaram os cabos do bote em que os marinheiros procuravam fugir, sendo isto outro meio. Em seguida o Apóstolo comeu pão e, por seu exemplo e palavras, levou-os a fazer o mesmo. Temos aí outro meio, porque eles precisavam alimentar-se, para se fortalecerem bastante e assim poderem nadar quando chegasse a ocasião de deixarem o navio. Depois de comerem, fizeram várias outras coisas que também foram meios que Deus incluírá em Seu plano.

Quando pouco faltava para se salvarem, outra coisa aconteceu que quase frustrou a promessa de Deus, a saber, os soldados eram desparceiros e poderiam matá-los, o que teria feito malograr a vontade de Deus, de todos no navio se salvarem e Paulo ir a Roma. Mas a vontade e a palavra de Deus não podem falhar e por isso Ele empregou outro meio, isto é, a simpatia do centurião por Paulo. *“O centurião, querendo salvar a Paulo, impediu-os de o fazer”* (v. 43). Após o que *“ordenou que os que soubessem nadar fossem os primeiros a lançar-se ao mar e alcançar a terra; quanto aos demais, que se salvassem uns em tábuas, e outros em destroços do navio”* (v. 43, 44). E no fim, depois de empregados todos estes meios, lemos, *“E foi assim que todos se salvaram em terra”* (v. 44), exatamente como Deus prometera.

Mas ainda não foi tudo. Foram recebidos *“com singular humanidade”* pelos bárbaros da ilha, os quais acenderam uma fogueira para lhes enxugar as roupas e aquecê-los. Foi quando outro fato aconteceu que parecia contradizer a promessa divina de Paulo ir a Roma

ver, que ele foi perdido por uma víbora. Desta vez Deus fez o que um milagre, para livrá-lo, fugindo do calor, prendeu-se-lhe à mão. Quando os bárbaros viram a bicha pendente da mão dele, disseram uns aos outros: *Certamente este homem é assassino, porque, salvo do mar, a Justiça não o deixa viver. Porém, ele, sacudindo o réptil no fogo, não sofreu mal nenhum; mas eles esperavam que ele viesse a inchar, ou cair morto de repente. Mas, de muito esperar, vendo que nenhum mal lhe sucedia, mudando de parecer, diziam ser ele um deus*” (Atos 28:3-6).

Podemos ver, pois, que Deus empregou vários meios naturais e, por fim, até seu poder sobrenatural, de sorte a ser realizado o seu propósito.

Esta história mostra a harmonia que existe entre os decretos de Deus e os atos humanos.

O mesmo acontece na eleição para a salvação. Para conseguir esse fim, Deus emprega meios naturais e sobrenaturais. A proclamação do Evangelho, a leitura da Bíblia, a celebração dos sacramentos, a audição da mensagem por parte dos pecadores, tudo isto são meios naturais. Mas a chamada eficaz, a regeneração, a justificação, etc. são meios sobrenaturais.

V - Três Teorias Calvinistas sobre a Predestinação: Supralapsorionismo, Sublapsorionismo, e Universalismo Hipotético.

Não vamos tentar discutir aqui essas teorias em sua inteireza. Vamos ser muito sucinto; nosso plano é somente dar uma idéia desses esquemas, os quais, na opinião do Dr. Dabney, *“jamais deviam ter sido formulados”*.

Todos os calvinistas reconhecem que os decretos de Deus são de fato simultâneos em sua mente infinita. Esses decretos são porém de um ter, cronológica, uma relação, lógicamente, no plano foi projetada por Deus com referência a uma ordem de fatos que Ele quer que resulte de outra parte do plano”, se bem que Ele concebesse todos os decretos de uma vez, numa intuição só.

A questão em debate é a seguinte: Em seu decreto da Predestinação, decidiu Deus eleger algumas pessoas e rejeitar outras, contemplando-as como já caídas e condenadas, ou contemplando-as puramente como criaturas, sem qualquer referência à queda? Noutras

palavras, a eleição e a preterição divinas precederam ou sucederam logicamente à permissão do pecado?

1. Os supralapsorianos (de **supra**, acima, e **lapsus**, queda) ensinam que “ no processo do planejamento, a mente passa do fim para os meios, movimentando-se como em retrocesso ” (Dabney). Se o fim de tudo, dizem eles, é a glória de Deus, foi isto a primeira coisa a ocorrer na mente divina. Deus decidiu, para a manifestação de sua própria glória, salvar alguns e condenar outros, como revelação respectivamente de sua misericórdia e de sua justiça. Então decidiu criar os homens, permitir o pecado, e enviar Cristo para salvar os eleitos. Em suma, os supralapsorianos ensinam que Deus escolheu algumas pessoas com base apenas na misericórdia e rejeitar outras com base apenas na justiça divina, antes do decreto que permitiu o pecado. “ Neste esquema, Deus aparece a tratar a queda apenas como um meio para alcançar um fim ”.

Neste caso, os homens foram eleitos ou rejeitados “ antes do decreto a respeito da queda e sem referência a ela ”. De acordo com os supralapsorianos, pois, a permissão do pecado veio como consequência de decisão prévia de Deus, de condenar uns e salvar outros.

*“Assim, eles não são vistos como pecadores, senão como criaturas, e como tais foram escolhidos ou rejeitados sem uma base para a sua rejeição, ou sem uma ocasião para o exercício da graça. O efeito deste esquema doutrinário é privar Deus de toda a comiseração e amor, e apresentá-LO sem consideração pelo sofrimento de Suas criaturas. Tal doutrina pode satisfazer a razão fria e errante do homem, mas não corresponde de modo algum ao pleno testemunho da Palavra de Deus, onde vem realçada a compaixão divina ”.*⁹⁹

De acordo com esta teoria, a ordem dos decretos de Deus seria a seguinte:

1. O decreto de salvar alguns e de reprovar outros, a fim de revelar sua misericórdia e sua justiça.
2. O decreto de criar os eleitos e os rejeitados.
3. O decreto de permissão da queda de todos eles.
4. O decreto que prove salvação para os eleitos.

2. Os sublapsorianos ou infralapsorianos (de **sub** ou **infra**, sob, abaixo, e **lapsus**, queda) ensinam que a eleição divina de algumas pessoas para a salvação e a rejeição de outras para a condenação ocorreram na mente de Deus após haver Ele contemplado todo, o gênero humano caído e perdido.

A ordem de seus decretos, segundo esta teoria, seria o seguinte:

- (1) Criar;
- (2) permitir a queda;
- (3) eleger alguns, do meio dessa massa de pessoas perdidas, para a salvação, e deixar o restante para sofrer o justo castigo de seus pecados;
- (4) prover um meio de salvação para os eleitos.

O esquema sublapsoriano concorda mais com a Revelação Divina do que o supralapsoriano. Como disse o Dr. Benjamin Warfield:

“Á mera formulação da pergunta parece já trazer consigo sua resposta. Quanto ao real tratamento dos homens, aqui discutido, com relação às duas classes, dos eleitos como igualmente dos preteridos, esse tratamento está condicionado ao pecado. Não podemos falar de salvação, assim como de reprovação, sem pressupor o pecado. Este necessariamente tem precedência no pensamento, não com efeito precedência à idéia abstrata de discriminação, mas ao exemplo concreto de discriminação em apreço, discriminação com referência a um destino

⁹⁹ L. S. Chafer, *Bibliotheca Sacra*, V.96, p. 267.

que envolve a salvação ou o castigo. Deve haver pecado em vista, para que sirva de fundamento a um decreto de salvação, tanto quanto um decreto de castigo. Não podemos, pois, falar de um decreto discriminativo de pessoas, para salvação e para castigo, sem pressupor a contemplação de pessoas pecadoras como sua premissa lógica”.

As Escrituras favorecem este ponto de vista sublapsoriano. Vejamos:

(1) Deus predestinou pessoas para “ o louvor de sua graça ”, (Ef.1:6), e os eleitos são chamados “*vasos de misericórdia*” (Rm.9:23). Ora, graça e misericórdia pressupõem pecado e culpa naqueles que são seus objetos. Deus não podia ter escolhido como objetos de sua misericórdia e graça, seres que Ele contemplasse como inocentes, sem culpa.

(2) Os reprovados são chamados “*vasos de ira, preparados para a perdição*” (Rm.9:22). Não é possível conceber-se ira de Deus a não ser contra pecadores. “*Ora, como misericórdia e bondade implicam uma apreensão de culpa e miséria nos objetos delas, assim justiça implica merecimento de castigo. Isto mostra que o homem é predestinado como criatura caída; não se permite sua queda pelo fato de ser predestinado*”. (Dabney).

(3) As Escrituras apresentam os eleitos como “*escolhidos do mundo*” (Jo.15:19), e João diz que “*o mundo inteiro jaz no maligno*” (1Jo.5:19). Portanto, os eleitos são escolhidos do meio dos perdidos, que jazem sob o poder do maligno. Isto ajuda a compreender o sentido das palavras de Paulo em Rom. 9:19-24, onde diz que o oleiro tem poder sobre o barro, para “*do mesmo... fazer um vaso para honra e outro para desonra*”. A massa ou o barro, nesta passagem, significa o gênero humano contemplado já perdido e sem esperança.

(4) Somos eleitos em Cristo como nosso Redentor (Ef. 1:4; 3:11) e, portanto, nesta eleição fomos contemplados como já perdidos; do contrário não precisaríamos absolutamente de um Redentor.

(5) O ponto de vista supralapsoriano é errôneo por outra razão, a saber,

*“em apresentar Deus como tendo em mente, como objetos de predestinação, os homens concebidos apenas **in posse**; e em fazer da criação um meio de salvação ou condenação deles. Visto que um objeto deve ser concebido como existente, para que se lhe possa dar seu destino. E a criação não se pode chamar com propriedade um meio de efetuar um decreto de predestinação, relativamente às criaturas. Antes ela é um requisito preliminar desse decreto”.*¹⁰⁰

3. Universalismo hipotético

“Alguns teólogos presbiterianos franceses de Saumur, cerca de 1630-50, conceberam ainda outro esquema de relações entre as partes do decreto. Nesse esquema apresentaram Deus como primeiramente (em ordem, não no tempo) a intentar a criação do homem. Segundo, a colocá-lo sob um pacto de obras e a permitir sua queda. Terceiro, a enviar Cristo para prover e oferecer satisfação por todos, movido por sua compaixão pelos caídos em sua generalidade. Mas — quarto — prevendo que todos com certeza a rejeitariam por causa da total depravação deles, em Sua soberana misericórdia escolheu alguns do meio da massa dos rebeldes, chamando esses escolhidos por uma vocação eficaz. Supuseram esses teólogos que tal teoria removeria as dificuldades concernentes ao alcance do sacrifício de Cristo, e também conciliaria as passagens bíblicas, que declaram a compaixão universal de Deus pelos pecadores, com a reprovação dos não eleitos.

“Tal esquema escapa de muitas objeções que se levantam contra os arminianos.

Adere firmemente à verdade do pecado original e foge ao absurdo de condicionar o decreto de Deus à previsão da fé e do arrependimento dos crentes. Contudo, sob dois aspectos, tal esquema é insustentável. Se se abandonar a idéia de uma real sucessão de tempo entre as partes do decreto divino, como deve ser mesmo abandonada, então esse esquema é de todo ilusório por apresentar Deus a decretar o envio de Cristo para prover uma redenção que se

¹⁰⁰ R. L. Dabney, *op. cit.*, p.233.

oferece a todos, sob a condição de fé, levado a assim fazer por Sua compaixão por todos em geral. Porque se Deus prevê a rejeição certa de todos no tempo, ao passo que propõe soberanamente recusar a alguns a graça que operaria neles a fé, este esquema de eleição realmente relaciona Cristo, no propósito divino, com os não eleitos, relação esta não mais íntima nem mais proveitosa do que o esquema calvinista mais rigoroso. Mas, em segundo lugar, e principalmente, apresenta Cristo não adquirindo para o Seu povo a graça da vocação eficaz, pela qual são persuadidos e habilitados a abraçar a redenção. Todavia o desígnio de Deus, de conferi-la, apresenta-se sem nexos com Cristo e Sua aquisição, e subseqüentemente, pela ordem, à Sua obra, e à previsão da rejeição dela pelos pecadores. Ao passo que a Escritura informa que esse dom, com todas as outras graças da redenção, é-nos concedido em Cristo, tendo sido comprado por Ele para Seu povo". Ef.1:3; Fp.1:29; Hb.12:2".¹⁰¹

Os calvinistas, em sua grande maioria, têm sido sublapsorianos. O ponto de vista supralapsoriano não é sustentado por nenhuma das Confissões Reformadas, enquanto em grande número elas são decididamente sublapsorianas. Com referência à Assembléia de Westminster, o Dr. Charles Hodge diz que o seu Presidente "era um zeloso supralapsoriano", mas "os seus membros, em grande maioria, eram do ponto de vista contrário". Por este motivo, os Símbolos de Westminster, "enquanto claramente implicam o ponto de vista infralapsoriano, foram compostos de tal modo que evitassem ofender os que adotavam a teoria supralapsoriana". O mesmo teólogo chama atenção para o fato de que "o ponto de vista infralapsoriano é ainda mais obviamente admitido nas respostas às perguntas 19 e 20 do Breve Catecismo", onde se ensina que "todo o gênero humano pela sua queda perdeu comunhão com Deus, está debaixo de sua ira e maldição, e que Deus pela sua boa vontade escolheu alguns (**alguns** daqueles sob sua ira e maldição) para a vida eterna". E acrescenta que esta "tem sido a doutrina da grande corporação de agostinianos, desde o tempo de Agostinho até hoje".¹⁰²

Quanto a Calvino, sua opinião a este respeito "tem sido discutida", diz Hodge. "Como em seus dias isso não era matéria especial de discussão, certas passagens de seus escritos podem ser citadas, as quais favorecem a teoria supralapsoriana, e outras passagens que favorecem a infralapsoriana. No "Consensus Genevensis", escrito por ele, há uma afirmação clara da doutrina infralapsoriana".¹⁰³

Vale à pena citar idéias do Dr. Strong sobre a posição de Calvino:

*"Richards, **Theology**, 302-307, mostra que Calvino, enquanto evitou nos Institutos, sua primeira obra, declarações definidas de sua posição relativamente à extensão da expiação, em obras suas posteriores, os Comentários, concorda com a teoria de expiação universal. O supralapsorianismo é, portanto, hipercalvinístico, antes que calvinístico. O sublapsorianismo foi adotado pelo Sínodo de Dort (1618, 1619)...*

*"A evolução do pensamento de Calvino pode ser vista comparando-se algumas de suas primitivas declarações com outras posteriores. Institutos 2:23:5 — "Eu digo, com Agostinho, que o Senhor criou aqueles que, conhecidos de antemão por ele com certeza, iriam para a perdição, e ele assim fez porque quis". Todavia ainda nos Institutos, 3:28:8, afirma que "a perdição dos ímpios depende da predestinação divina de uma maneira tal que a causa e a matéria dela acham-se neles mesmos. O homem cai por desígnio da divina providência, contudo cai por sua própria culpa". A cegueira, o endurecimento, o desvio do pecador, por parte de Deus, ele os descreve como consequência do **abandono** divino, não por*

causação divina. A relação de Deus com a ssem do pecado não é eficiente, se não permissiva. Posteriormente Calvino escreveu em seu comentário a João 2:2 — "ele é a propiciação pelos nossos pecados; e não só pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro" — como segue: "Cristo sofreu pelos pecados do mundo inteiro, e na bondade de Deus é oferecido a todos sem distinção, seu

¹⁰¹ R. L. Dabney, *op. cit.*, pp.235, 236.

¹⁰² Charles Hodge, *op. cit.*, II, p. 317

¹⁰³ *Ibidem*, p.316

sangue havendo sido derramado não por uma parte do mundo apenas, mas por toda a raça humana. Porque, embora no mundo nada haja digno do favor divino, Deus oferece a propiciação ao mundo inteiro, visto como Ele convida a todos sem exceção para a fé em Cristo, o que não é outra coisa senão a porta da esperança". "Se bem que outras passagens, como nos Institutos, 3:21:5, e 3:23:1, afirmem ponto de vista mais rigoroso, devemos reconhecer que Calvino modificou sua doutrina, após reflexão mais demorada e com o passar dos anos. Muita coisa chamada calvinismo teria sido repudiada pelo próprio Calvino, mesmo no começo de sua carreira, e é de fato uma exageração de seu ensino por sucessores seus mais escolásticos e menos religiosos".¹⁰⁴

VI - A Doutrina da Preterição ou Reprovação

1. Definição de Reprovação

A doutrina da preterição ou reprovação é apresentada na Confissão de Fé nos seguintes termos:

"Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados".¹⁰⁵

O Sínodo de Dort expressou essa doutrina como segue:

"Visto que todos pecaram em Adão e se tornaram culpados da maldição e da morte eterna, Deus não faria dano a ninguém se lhe aprouvesse deixar todo o gênero humano debaixo da maldição e condená-lo por causa do pecado.

"A causa ou culpa desta incredulidade, como de todos os outros pecados, não está absolutamente em Deus, e sim no homem. Mas a fé em Jesus Cristo e salvação por meio dele é livre dom de Deus.

"Mas, considerando que, no decurso do tempo, Deus concede fé a alguns e não a outros, isto procede de seu decreto eterno. Porque, desde o princípio do mundo Deus conhece todas as suas obras. At.15:18; Ef.1:11. De acordo com esse decreto, Ele graciosamente abrande o coração dos eleitos, que de outro modo seriam impenetráveis, E quanto aos não eleitos, Ele com justiça os deixa em sua própria malícia e dureza. E aqui especialmente nos é revelada a profunda, misericordiosa e justa diferença posta entre os homens, todos igualmente perdidos, isto é, o decreto de eleição e de reprovação, revelado na Palavra de Deus. Tal decreto os homens perversos, impuros e indecisos torcem para sua própria perdição, ao passo que às almas piedosas e religiosas ele proporciona conforto indizível.

"Aliás, a Santa Escritura nisto principalmente manifesta e exalta esta graça eterna e livre de nossa eleição, a saber, testemunha ainda mais que nem todos são eleitos, mas alguns não o são ou não são contemplados na eterna eleição de Deus. Os tais Ele, indubitavelmente, em seu libérrimo, justíssimo, irrepreensível e imutável beneplácito decretou deixar em sua miséria habitual (na qual por sua própria culpa se precipitaram), não lhes concedendo a fé salvadora e a graça da conversão, mas abandonando-os aos seus próprios caminhos, jazendo eles sob justo juízo, e por fim condená-los e puni-los eternamente, não somente por causa de sua incredulidade mas também por causa de outros pecados, para manifestação de sua justiça. É este o decreto da reprovação, que de modo algum faz de Deus o autor do pecado (o que é até blasfêmia imaginar), senão que o apresenta como temível, irrepreensível, justo juiz e vingador".¹⁰⁶

¹⁰⁴ A. H. Strong, *op. cit.*, pp. 777, 778

¹⁰⁵ *Confissão de Fé*, Cap. III, nº 7.

¹⁰⁶ *Judgment of the Synod of Dort*, apud Girardeau, *op. cit.*, pp. 164, 165

Na “*Formula Consensus Helvética*” a doutrina em foco vem expressa nestas palavras:

*“De tal modo, com efeito, Deus determinou exemplificar sua glória que decretou, primeiro criar o homem íntegro, depois permitir a queda, e finalmente apiedar-se de alguns do meio dos caídos, e então elegê-los, deixando todavia os outros na massa corrupta, os quais, por fim, entrega à eterna perdição”.*¹⁰⁷

2. O Sentido da Reprovação

A doutrina da reprovação ou preterição, que é uma consequência lógica da doutrina da eleição, sempre enfrentou muitos adversários. É uma doutrina bastante desagradável até aqueles que aceitam a doutrina da eleição, relutam em admitir sua conclusão natural, a saber, que a eleição de alguns implica a rejeição dos outros. Mesmo Calvino “*estava perfeitamente ciente da seriedade desta doutrina*”. Pode-se ver isto no fato de havê-la chamado de “*decretum horribile*”. Pensamos, porém, que a dificuldade não está na própria doutrina da reprovação, antes está no problema desconcertante do mal, ou da permissão do pecado. E tal dificuldade não pesa apenas sobre os calvinistas, mas é partilhada por todas as escolas de teologia. O pecado é um fato incontestável. Também não se contesta que Deus o odeia e que sua santidade e justiça exigem que os pecadores sejam punidos. Qualquer que seja nossa posição com referência à doutrina da reprovação, temos de reconhecer que Deus tem o direito de punir os transgressores de suas leis. Todos os homens são pecadores, e Deus podia ter decidido condenar todos, sem que, fazendo assim, fosse absolutamente injusto. “*O verdadeiro problema pode ser declarado assim: Deus foi justo em decretar reprovar transgressores de sua santa vontade? Noutras palavras, o mal é digno de eterna separação de Deus?*” Se admitimos a justiça de Deus em condenar pecadores, temos de admitir sua justiça em condenar os não eleitos, que são pecadores. Alguns, todavia, perguntarão: “*Se Deus elegeu alguns, por que não elegeu todos?*” Respondemos com outra pergunta: “*Se todos nós somos pecadores, Deus não tinha o direito de rejeitar-nos a todos?*” A salvação não é algo que o homem mereça, e que Deus seja obrigado a conceder. Salvação é uma expressão de sua graça, e se é da graça, isto é, se é favor não merecido, Ele tem o direito de salvar a quantos queira. Demais disto, os arminianos não vêem nenhuma dificuldade na rejeição de **todos** os anjos caídos, para os quais Deus não fez provisão alguma de salvação (2Pe.2:4), ao passo que para os homens Ele fez tal provisão. Podemos ver, pois, que é mais sentimentalismo do que outra coisa, o que nos faz relutantes em aceitar a doutrina da reprovação de alguns enquanto estamos prontos a aceitar, sem nenhuma repugnância, a reprovação de todos os anjos caídos, e até glorificamos a Deus por isso.

Como já foi dito, na eleição temos um ato **positivo** de Deus, pelo qual Ele escolhe, do meio da massa perdida do gênero humano, certo número de pessoas para a salvação, a fim de revelar nelas “*as superabundantes riquezas de sua graça*”. Na reprovação, porém, temos um ato **negativo** de Deus, pelo qual Ele deixa que o resto da humanidade, em seus pecados, sofra as consequências de sua desobediência. Os eleitos serão monumentos de sua graça. Os não eleitos serão uma revelação de sua justiça.

Não devemos confundir reprovação, ou melhor, preterição com condenação. Preterição é um ato **negativo** de Deus, uma omissão, rejeição de alguns pecadores. Condenação, entretanto, é um ato **positivo** de Deus, pelo qual Ele comina justa punição aos pecadores. É verdade que preterição envolve condenação, mas enquanto aquela é recusa da graça de Deus, esta é aplicação das penas de sua justiça. Como disse o Dr. Berkhof:

“(a) Preterição é um ato soberano de Deus, ato de simples vontade sua. Condenação é um ato judicial, que inflige castigo ao pecado. (b) A razão da preterição não é dada a conhecer; não pode ser o pecado, porque todos os homens são igualmente pecadores; a razão da condenação é conhecida, é o pecado, (c) Na preterição o ato divino é permissivo, ou antes há uma inação; na

¹⁰⁷ *Formula Consensus Helvética*, apud Girardeau, *op. cit.*, p.166.

condenação é eficiente e positivo".¹⁰⁸

3. Prova da reprovação

Todos os argumentos que provam a eleição, provam igualmente a reprovação. Por exemplo, a regeneração é um ato soberano e poderoso de Deus, uma nova criação, espécie de ressurreição, um ato de geração. Somente Deus pode regenerar. Se Ele não regenera a todos, claro que não é seu plano fazê-lo, Ele não decidiu eleger todas as pessoas. Jesus disse, "*Ninguém pode vir a mim se o Pai que me enviou não o trouxer*" (Jo.6:44). Se todos não vêm a Cristo é porque Ele não leva todos a isso. Por que não? Só existe uma resposta: "*Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado*" (Mat.11:26). Se a fé é uma dádiva de Deus e se todos os homens não a recebem, é claro que Deus decidiu não conceder fé a todos. Jesus disse, quando falava aos judeus que O rejeitavam: "*Vós não credes, porque não sois das minhas ovelhas*" (Jo.10:26). Jesus não disse, "*Vós não sois das minhas ovelhas, porque não credes*" (o que igualmente era verdade), mas revelou uma razão mais profunda pela qual eles não criam, se bem que tivessem recebido todas as provas necessárias do messiado e deidade de Cristo (vejam-se os vs. 24, 25). Com referência às suas ovelhas, entretanto, Ele disse: "*As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão*" (vs. 27, 28). Quem são suas ovelhas? São aqueles que o Pai lhe deu. Ele diz no v. 29: "*Meu Pai, **que mas deu**, é maior do que tudo*". No cap. 17 deste mesmo Evangelho, Cristo referiu outra vez aqueles que o Pai lhe dera: "*Assim como lhe conferiste autoridade sobre toda a carne, a fim de que ele **conceda a vida eterna a todos os que lhe deste***" (v. 2). Sete vezes nessa oração intercessória Jesus mencionou o

fato de o Pai lhe ter dado aqueles a quem Ele salvou. Enfoque-se por estes que Ele deu a estes, porque são teus" (v. 9). Várias outras passagens podiam ser acrescentadas, que provam que Deus deu a seu Filho um povo especial, tirado ou escolhido "*do mundo*". Basta acrescentar mais uma: "*Entretanto o firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo: O Senhor conhece os que lhe pertencem*" (2Tm.2:19). Alguns fracassaram, porém não aqueles que de fato pertenciam ao Senhor (veja-se o v. 18). Como João escreveu: "*Eles saíram de nosso meio, entretanto não eram dos nossos; porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco; todavia, eles se foram para que ficasse manifesto que nenhum deles é dos nossos*" (1Jo.2:19). Se Deus deu a Cristo um povo especial, a quem escolheu "*do mundo*", claro é que o resto do mundo não foi contemplado, não foi dado a Cristo, não foi eleito.

O caso das cidades pagãs de Tiro, Sidom e Sodoma, que já mencionamos, constitui outra prova de preterição. Como vimos, Cristo disse que se elas tivessem presenciado seus milagres, "*ter-se-iam arrependido*" (Mat.11:21-24). Por que não se arrependeram? Porque Deus não lhes ofereceu uma oportunidade de ver os milagres de Cristo. Apesar de Deus prever que elas se arrependeriam, não lhes deu uma oportunidade de se arrependerem. Isto prova, como dissemos, que arrependimento previsto não serve de base para Deus eleger. E se Deus não lhes deu uma oportunidade de conhecer a Cristo e de lhe presenciar os milagres, é evidente que foram rejeitadas, não foram contempladas. Entretanto, podemos dizer que Deus é injusto por condenar o povo corrupto de Sodoma? Absolutamente não.

Em Apoc.13:8 lemos: "*E adorá-la-ão (isto é, a besta) todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no livro da vida do Cordeiro que foi morto, desde a fundação do mundo*". Foram omitidos, não foram incluídos, não foram contemplados, seus nomes não foram escritos no livro da vida- Se isto não quer dizer preterição, a linguagem humana não terá outro meio de expressá-la. Em contraste com esses, diz-se aos discípulos de Cristo que se alegrem pelo fato de seus nomes estarem arrolados nos céus (Lc.10:20) e Paulo escreveu a respeito de Clemente e dos demais cooperadores seus que os nomes deles se encontravam "*no livro da vida*" (Fp.4:3).

"As Escrituras usam expressões por demais dolorosas para descrever a decisão divina a respeito dos não eleitos. "Não estão arrolados" no livro da vida" (Apoc. 13:8); são "vasos de ira, preparados para a perdição" (Rm.9:22);

¹⁰⁸ Louis Berkhof, *op. cit.*, p. 100

*“antecipadamente pronunciados para esta condenação” (Judas 1:4); “tropeçam na palavra, sendo desobedientes. para o que também foram postos” (1Pe.2:8). De Deus se diz que ama a uns menos do que a outros (Mal.1:2,3). Alguns são chamados “eleição” e outros são chamados “os mais” (Rm.11:7). Uma leitura desapaixonada de Romanos capítulos nove a onze, levará à certeza de que, seja qual for a crença ou descrença de quem quer que seja sobre o assunto, a Palavra de Deus é enérgica em declarar que alguns são designados para receber bênção, e outros para sofrer condenação. As limitações humanas e um raciocínio errôneo dificilmente apreciarão com acerto este fato. É evidente que a condenação dos não eleitos acompanha-se de uma devida consideração da indignidade deles”.*¹⁰⁹

Uma prova de que Paulo, nesta famosa passagem de Romanos (caps. 9 a 11), fala da eleição de indivíduos para a salvação, e não da eleição de nações para serviço e testemunho, está em citar Isaías, dizendo: “ **Ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o remanescente é que será salvo** ” (9:27). E outra vez: “Irmãos, a boa vontade do meu coração e a minha súplica a Deus a favor deles é para que sejam **salvos** ” (10:1; vejam-se os vs. 9, 10, 13). Aliás, se ele falasse nestes capítulos de eleição para privilégio e não para salvação, sua referência a “ **vasos de ira, preparados para a perdição** ”, aos quais Deus “**suportou com muita longanimidade**”, e a referência a “**vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão**” (9:22,23), não teriam sentido. “**Vasos de ira**”, “**perdição**”; “**vasos de misericórdia**”, “**glória**” — tais palavras não aludem a testemunho neste mundo, mas aludem a salvação ou a condenação na vida futura

Quando Paulo pregou o Evangelho em Filipos para um grupo de mulheres “à beira de

~~madalena, somente Lídia se converteu. Por quê? A Bíblia não explica. Deus, certo, abriu o~~
Senhor lhe abriu o coração para atender às coisas que Paulo dizia ” (Atos 16:14).

Lucas não diz que Deus abriu o coração das outras mulheres, presentes na ocasião, mas somente o coração de Lídia. Todas elas ouviram a chamada geral do Evangelho, contudo foi somente Lídia que recebeu a chamada eficaz. O mesmo acontecera antes em Antioquia da Pisídia, onde Paulo pregou a muitos gentios, certo número dos quais se converteu, a saber, aqueles que Deus tinha escolhido. Pois lemos, “ **Os gentios, ouvindo isto, regozijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor, e creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna** ” (Atos 13:48). Por que todos não creram? Porque Deus não havia destinado todos para a vida eterna — esta é a única conclusão lógica que podemos tirar do texto. Os que creram haviam sido destinados para a vida eterna — temos aí eleição. Os outros, que não creram, não foram destinados para isso — eis aí preterição. E esta experiência de Paulo era apenas uma confirmação do que o próprio Cristo dissera: “ **Porque**

~~muitos são chamados, mas poucos escolhidos~~ ” (Mt 22:14). A experiência de Paulo tem sido e ainda é a de todos os pregadores. Todos estes sabem que há muitos que não podem crer, e isto apenas prova o estado pecaminoso desses incrédulos. Até mesmo nós que cremos, também temos nossas dúvidas e precisamos orar constantemente para que Deus sustente e aumente nossa fé. E, orando assim, reconhecemos que, em última análise, nossa fé depende de Deus, do testemunho e operação do seu Espírito. Existe em nós uma espécie de paradoxo a este respeito, de sorte que, como o pai de quem lemos no Evangelho, algumas vezes também clamamos com lágrimas: “ **Senhor, eu creio; ajuda-me na minha falta de fé** ” (Mc.9:24). Não devemos esquecer, toda via, que a fé, a qual é dádiva de Deus, não é mera crença na existência do mesmo Deus, visto como esta espécie de fé até os demônios têm. “ **Crês, tu, que Deus é um só? Fazes bem. Até os demônios crêem, e tremem** ” (Tg.2:19). A fé, dádiva de Deus, é fé salvadora, é fé em Cristo para a salvação. É fé que envolve arrependimento, regeneração e reconciliação, numa palavra, tudo quanto salvação significa.

Com referência a este assunto, disse o Dr. Warfield:

“Os escritores da Bíblia estão muitíssimo longe de obscurecer a doutrina da eleição por causa de corolários aparentemente desagradáveis que decorrem da mesma. Pelo contrário, eles expressamente tiram os corolários que tantas vezes têm sido assim denominados e fazem deles uma parte do seu ensino explícito. A

¹⁰⁹ L. S. Chafer. *Bibliotheca Sacra*, V. 96, pp. 268, 269.

*doutrina deles, sobre a eleição — dizem-no-lo francamente — envolve certamente a doutrina que lhe corresponde, a da **preterição**. O próprio termo adotado no Novo Testamento para expressá-la — **Eklegomai** (Ef.1:4)... encerra uma declaração do fato de que na eleição deles outros deixam de ser contemplados e ficam privados do dom da salvação. A apresentação integral da doutrina é de tal modo feita que afirma, implícita ou abertamente, na sua própria enunciação, a remoção dos eleitos por pura graça de Deus, não apenas de um estado de condenação, mas do meio da sociedade dos condenados — sobre a qual a graça divina não tem nenhum efeito salvador e que por isso é deixada, sem esperança, nos seus pecados. E a reprobção justa e positiva dos impenitentes, por causa de seus pecados, é ensinada repetida e explicitamente em vivo contraste com a salvação gratuita dos eleitos, a despeito dos pecados destes”.*¹¹⁰

Lemos também na Bíblia acerca de certos indivíduos, cujo coração Deus endureceu. Isto não quer dizer que Deus fosse a causa eficiente do endurecimento deles, mas que os entregou à perversão dos seus corações. Deus não abrandou aqueles corações, recusando conceder-lhes sua graça todo-poderosa. Foi o caso dos gentios, de quem Paulo disse, “Deus os entregou a uma disposição mental reprovável ” (Rm.1:28). Veja-se Dt.2:30 e Js.11:20. Lemos dos filhos de Eli que “ não ouviram a voz de seu pai, porque o Senhor os queria matar ” (1Sm.2:25). A atitude de Deus foi de todo negativa no caso deles. Decidiu não secundar a advertência do pai com a operação eficaz de sua graça. E Deus tinha o direito de proceder assim, visto como graça é favor não merecido. O caso clássico desse endurecimento de coração é Faraó, de quem lemos: “ *Eu lhe endurecerei o coração, para que não deixe ir o povo.* ” (Ex.4:21; veja-se 9:12; 10:20, 27; 11:10; 14:4,8). Note-se no entanto que também está escrito que Faraó endureceu o seu próprio coração (Ex. 8:15, 32; 9:34). Que fez Deus para endurecer o coração de Faraó? Leia-se a história, como vem narrada no livro de Êxodo, e se verá que **Deus lhe endureceu o coração, apenas sendo misericordioso para com ele** . Cada vez que sobrevinha uma praga, Faraó recorria a Deus, mediante Moisés, e chegava a confessar “Pequei” (Ex.9:27). Mas toda vez que Deus, em sua misericórdia, fazia cessar uma praga, Faraó endurecia o seu coração. “ Chamou Faraó a Moisés e a Arão, e lhes disse: Rogai ao Senhor que tire as rãs de mim e do meu povo ” (Ex.8:8). “ E Moisés clamou ao Senhor por causa das rãs, conforme combinara com Faraó. E o Senhor fez conforme a palavra de Moisés; morreram as rãs nas casas, nos pátios e nos campos... Vendo, porém, Faraó que havia alívio, continuou de coração endurecido, e não os ouviu, como o Senhor tinha dito ” (Ex. 8:12-15). E ainda: “ Respondeu-lhe Moisés: Eis que saio da tua presença, e orarei ao Senhor; amanhã estes enxames de moscas se retirarão de Faraó, dos seus oficiais, e do seu povo... Então saiu Moisés da presença de Faraó, e orou ao Senhor. E fez o Senhor conforme a palavra de Moisés, e os enxames de moscas se retiraram de Faraó... Mas ainda esta vez endureceu Faraó o coração e não deixou ir o povo ” (Ex 8:29-32). “ Então Faraó mandou chamar a Moisés e a Arão, e lhes disse: Esta vez pequei; o Senhor é justo, porém eu e o meu povo somos ímpios. Orai ao Senhor, pois já bastam estes grandes trovões e a chuva de pedras... Saiu, pois, Moisés da presença de Faraó e da cidade, e estendeu as mãos ao Senhor: cessaram os trovões e a chuva de pedras, e não caiu mais chuva sobre a terra. Tendo visto Faraó que cessaram as chuvas, as pedras e os trovões, tornou a pecar, e endureceu o seu coração, ele e os seus oficiais ” (Ex. 9:27, 28, 33, 34).

Quando sofria o castigo de Deus, Faraó abrandava o coração e pedia a Moisés que rogasse em seu favor. Mas toda vez que Deus atendia à oração de Moisés e fazia cessar a praga, Faraó endurecia o coração. Deus conhecia o coração de Faraó e sabia que ele se obstinaria se as pragas cessassem. E assim, sendo misericordioso para com ele, retirando o castigo, executava o seu plano, endurecendo o coração de Faraó, de modo a poder revelar nele o seu poder. “ Mas deveras para isso te hei mantido, a fim de mostrar-te o meu poder, e para que seja o meu nome anunciado em toda a terra ” (Ex. 9:16; veja-se Rm.9:17). No caso de Faraó temos a ilustração do ditado: “ O raio de sol, que amolece a cera, endurece o barro ”.

¹¹⁰ B. B. Warfield, *op. cit.*, p.64.

Até mesmo Godet, que revela tendências arminianas, reconhece o direito que Deus tem de dispensar ou não dispensar sua graça (Rm.9:16). Diz ele:

*“Havendo dado um exemplo da liberdade com que Deus dispensa graça, Paulo exemplifica o modo pelo qual Ele endurece. Esta exemplificação é escolhida da maneira mais apropriada, porque as duas personagens trazidas em cena são, na história bíblica, como dois complementos naturais um do outro. A conexão lógica expressa pela conjunção **porque** é esta: nada há estranhável em a Escritura atribuir a Deus o direito de dispensar graça, uma vez que Lhe atribui o direito ainda mais incompreensível de condenar a um estado de endurecimento. Cada*

um destes direitos,¹¹¹ com efeito, faz supor o outro. O Deus que não tivesse um,

Ele também reconhece que a providência de Deus criou as circunstâncias que levaram ao endurecimento do coração de Faraó, de modo a Deus poder cumprir nele o propósito que tinha em vista. Diz ele:

*“Pensamos, de fato, que devemos aqui aplicar o sentido de **levantar** em toda a sua generalidade. “Fiz que aparecesses neste tempo, neste lugar, nesta posição” (Theoph., Beza, Calv., Beng., Olsh., Ruck., Thol., Philip., Beysch). O ponto em questão não é a **perversa** disposição que anima Faraó, e sim toda a situação em que ele se encontra providencialmente colocado. Deus podia ter feito Faraó nascer num tugúrio, onde sua orgulhosa obstinação fosse exibida com não menos pertinácia, mas sem qualquer consequência histórica notável. Por outro lado, Ele podia ter colocado no trono do Egito, daquela vez, um homem fraco, indolente, que cedesse no primeiro encontro. Que teria acontecido? Faraó, em sua posição obscura, não teria sido menos arrogante e perverso; mas Israel teria saído do Egito sem barulho. Nada de pragas, uma após outra, nada de travessia miraculosa do Mar Vermelho, nada de exército egípcio destruído; nada daquilo tudo que impressionou tão profundamente a consciência dos israelitas, e que se tornou para o povo eleito o fundamento inamovível de sua relação com Jeová ”.*
112

Há um dito em português que ilustra o que aconteceu com Faraó: “*Queres conhecer o vilão? Põe-lhe a vara na mão* ”. Existem muitos Faraós potenciais no mundo. Falta-lhes apenas a oportunidade de mostrar sua verdadeira natureza. Se Deus cria essa oportunidade, de modo a poderem revelar o que lhes está no coração, não merece censura pela perversidade dessa gente, mas ao mesmo tempo Ele pode usar essa perversidade para a realização do seu propósito. Tal foi o caso de Faraó, Judas, Pilatos, etc.

*“fim todos os reprovados há uma cegueira e endurecimento pertinaz de coração. E quando de alguns deles, como Faraó, se diz que Deus os endureceu, podemos ficar certos que em si mesmos já são dignos de ser entregues a Satanás. Os corações dos ímpios nunca, naturalmente, são endurecidos por influência direta de Deus, — Ele simplesmente **permite** que alguns cedam aos maus impulsos já existentes em seus corações, de modo que, como resultado da própria escolha deles, tornam-se cada vez mais calejados e obstinados”.*¹¹³

4. Justiça da reprovação

A primeira e natural impressão que temos quando consideramos a doutrina da eleição com sua consequência lógica, isto é, a preterição, é que há nela injustiça. O homem raciocina assim: “*Se Deus escolheu uma parte do gênero humano para a salvação, e deixou o resto para ser condenado, Ele foi injusto para com aqueles que não escolheu* ”.

Paulo sabia que seria esta a objeção natural que o coração humano levantaria contra sua doutrina. Ele respondeu, pois, há muito tempo, da parte de Deus. De modo nenhum. Pois ele diz a Moisés: *Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia, e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão... Tu, porém, me dirás: De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade?* ” (Rm.9:14, 15, 19). Quando, porém,

¹¹¹ F. Godet. *Epistle to the Romans*, Chapter 9:17,18.

¹¹² F. Godet. *Op. Cit*

¹¹³ Loraine Boettner, *op. cit.*, p.112

contemplamos o gênero humano em sua verdadeira condição espiritual, esta objeção desaparece. A Bíblia apresenta o gênero humano já debaixo de condenação, de modo que, quando alguém rejeita a Cristo, não vai ser condenado, mas “ *já está condenado*” (João 3:18); ou em outras palavras “ *a ira de Deus sobre ele **permanece***” (v.36). Deus seria perfeitamente justo se condenasse a todos. É isto o que Paulo prova em Romanos 3, onde lemos, “ *Mas, se a nossa injustiça traz a lume a justiça de Deus, que diremos? Porventura será Deus injusto por aplicar a sua ira? (Falo como homem). Certo que não. Do contrário, como julgará Deus o mundo?* ” (Rm.3:5,6). E outra vez, “ *Que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus*” (Rm.3:19).

~~A defesa da doutrina da Reprovação repousa na precedente doutrina do Pecado~~
 Não tem absolutamente direito à graça de Deus. Mas ao invés de deixar todos entregues ao seu justo castigo, Deus concede gratuitamente imerecida felicidade a uma parte do gênero humano, — um ato de pura misericórdia e graça contra o qual ninguém pode apresentar objeção — enquanto a outra parte é apenas omitida ou não contemplada. Nenhum castigo imerecido é infligido a esta última parte. Daí ninguém ter qualquer direito de opor objeção a esta parte do decreto. Se este tratasse de pessoas inocentes, seria injusto cominar penas a uma parte; mas visto que trata de pessoas num particular estado, que é de culpa e pecado, não é injusto... O homem, sendo culpado, perdeu seus direitos e cai debaixo da vontade de Deus. A soberania absoluta de Deus manifesta-se, e quando Ele mostra misericórdia em alguns casos, não podemos reclamar contra Sua justiça nos outros casos, a menos que ponhamos em dúvida Seu governo sobre o universo. Visto por este prisma, o decreto da Predestinação encontra todo o gênero humano perdido e deixa que somente uma parte do mesmo continue assim. Quando todos, previamente, mereciam castigo não foi injusto alguns serem previamente entregues ao mesmo castigo; do contrário, a execução de uma sentença **justa** seria **injusta**". ¹¹⁴

Estas considerações aclaram o sentido das palavras de Paulo em Rm.9:21, “ *Não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro para desonra?*” A massa ou barro, de que Paulo fala aqui é o gênero humano em pecado. Prova-se isto pelo fato de falar ele em “*vasos de misericórdia*” e “*vasos de ira*”; tanto misericórdia como ira pressupõem pecado. Se Deus agisse segundo as exigências da justiça, Ele faria somente vasos para desonra. Mas, dessa massa de pecadores, Ele faz alguns vasos nos quais revela Sua misericórdia, sem ser injusto para com o resto, deixado por Ele na sua condição anterior. Suponha-se que alguém decida tirar de um monte de lixo uma porção de que faz um vaso para seu uso. Acaso é injusto para com o resto do lixo, que deixa no monte? Ou, se um soberano decide perdoar um criminoso, dentre outros criminosos, todos já condenados justamente à morte, de acordo com a lei, acaso faz injustiça aos outros criminosos, que não perdoa? Absolutamente não. É misericordioso para com aquele a quem perdoa, sem ser injusto para com os outros que deixa na prisão para receberem a justa paga dos seus crimes.

“Quando os arminianos dizem que a fé e as obras previstas constituem o fundamento da eleição, nós discordamos. Quando, porém, dizem que **a incredulidade e a desobediência previstas** constituem o fundamento da **reprovação**, assentimos prontamente. Uma pessoa não é salva na base de suas virtudes, mas é condenada na base de seus pecados. Como bons calvinistas, insistimos que enquanto **algumas** pessoas são salvas, de sua incredulidade e desobediência, nas quais todos estão implicados, e outras pessoas não são salvas, a pecaminosidade do pecador é que de fato constitui a base de sua reprovação. A eleição e a reprovação procedem de fundamentos diferentes, um é a **graça de Deus**; o outro é o pecado do **homem**. É uma caricatura do Calvinismo a teoria de que pelo fato de Deus escolher **salvar** uma pessoa independentemente do caráter ou merecimentos dela, Ele escolhe condenar pessoas a despeito do caráter ou merecimentos das mesmas”. ¹¹⁵

¹¹⁴ Loraine Boettner, *op. cit.*, p.112, 114

¹¹⁵ David S. Clark, *op. cit.* pp. 219, 220

A respeito deste assunto disse Agostinho:

“A condenação cabe aos ímpios por uma questão de dívida, justiça, e merecimento, ao passo que a graça, concedida aos que são libertos, é livre e não merecida, de modo que o pecador condenado não pode alegar que não merece esse castigo, nem o piedoso pode gabar-se ou vangloriar-se, como se fora digno de sua recompensa. Assim, pois, em tudo isso não há favoritismo ou acepção de pessoas. Os que são condenados, bem como os que são libertados, constituíam originalmente uma e a mesma massa, igualmente infeccionada de pecado e sujeita a vingança. Daí vem que os justificados podem aprender, à avista da condenação dos demais, que seria esse o seu próprio castigo, se a graça de Deus não tivesse corrido em seu socorro.”

5. Razão da Reprovação

Deus não dá a conhecer as razões pelas quais decidiu reprovar uma parte do gênero humano, não a contemplando, para que pereça em seus pecados. Escrevendo sobre este assunto, Paulo exclamou; *“ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos!”* etc. (Rm.11:33-36). Mas àqueles que dizem ser injusto Deus fazer essa diferença entre vasos da mesma massa (para empregar a figura de Paulo), respondemos com Calvino:

*“Quem sois vós, miseráveis mortais, para proferirdes acusação contra Deus, pelo fato de não conciliar a grandeza de suas obras com a vossa ignorância? como se, por estarem vedadas ao conhecimento carnal, fossem necessariamente falsas. Da imensidade dos juízos de Deus tendes as mais claras evidências. Sabeis que são chamados “um grande abismo”. Ora, examinai vosso intelecto acanhado, se pode compreender os decretos ocultos de Deus. Que vantagem ou satisfação ganhais, afundando pelas vossas pesquisas loucas num abismo que a própria razão proclama que vos será fatal? Por que pelo menos não sois refreados por algum temor do que se contém na história de Jó e nos livros dos profetas a respeito da sabedoria inconcebível e poder terrível de Deus? Se vosso espírito se perturba, aceitai sem relutância o conselho de Agostinho: “Você, que é homem, espera uma resposta de mim, que também sou homem. Por conseguinte nós ambos ouçamo-lo, a ele que diz, ó homem, quem és tu? Uma ignorância fiel é melhor do que um conhecimento presunçoso. Procurai méritos; achareis nada menos do que castigos, ó profundidade! Pedro nega; o ladrão crê. Ó profundidade! Procurais uma razão? Estremecerei ante o abismo. Arrazoais? Ficarei admirado. Discutis? Eu creerei. Vejo o abismo, não lhe alcanço o ponto mais baixo. Paulo sossegou, porque se encheu de admiração. Ele chama insondáveis os juízos de Deus, e vós vos chegais para sondá-los? Diz que os caminhos de Deus são inescrutáveis, e vós vindes investigá-los?”*¹¹⁷

É verdade que não sabemos por que Deus escolheu “A” e não escolheu “B” se bem que Ele deve ter tido boa e justa razão, que não revelou, mas que um dia compreenderemos. Temos, no entanto, pelo menos uma idéia vaga da razão pela qual existe isso que se chama eleição e preterição, a saber, a necessidade que Deus tem de dar a conhecer Sua misericórdia e Sua justiça. Se todos os membros da raça humana se salvassem, não saberíamos apreciar o valor de nossa salvação. Pelo contraste de nossa glória e bem-aventurança com a vergonha e a condenação dos perdidos, compreenderemos melhor a grandeza de nossa salvação. E sabendo que merecíamos a mesma condenação dos outros, entenderemos mais adequadamente a maravilhosa misericórdia e graça de Deus para conosco, e nossos corações transbordarão de gratidão e louvor. Além disso, no julgamento dos condenados veremos a magnitude da santidade e justiça de Deus e como Ele odeia intensamente o pecado. E assim, a condenação deles redundará no louvor da justiça de Deus, enquanto a salvação dos eleitos resultará no louvor de Sua graça.

¹¹⁶ Agostinho, *apud* L. Boettner, *op. cit.*, p. 269

¹¹⁷ João Calvino, *op. cit.*, Livro III, Cap. XXIII, § 5.

CAPÍTULO IV

I - CONCLUSÃO: OBJEÇÕES E APLICAÇÕES PRÁTICAS

1. Objeções às doutrinas dos Decretos e da Predestinação de Deus

A doutrina dos decretos de Deus e especialmente a da predestinação têm enfrentado muitas objeções. Vamos considerar as mais importantes.

1. A primeira e mais importante objeção contra estas doutrinas é a que se refere à harmonia entre a soberania de Deus e o livre arbítrio ou livre agência do homem.

Antes de prosseguir, é necessário definirmos o sentido de liberdade. De acordo com o ponto de vista arminiano ou indeterminista, liberdade significa a capacidade de escolha contrária. Os arminianos ensinam que, para ser responsável como ser moral, o homem precisa ser livre em suas decisões. Ensinam, igualmente, que, por causa do pecado, o homem precisa do auxílio da graça divina, para levá-lo a aceitar a Deus, porém até neste caso Ele tem o poder de dizer “ Não” a Deus, resistir à atuação de Sua graça e anulá-la, de modo que, se for condenado, é o único culpado.

O ensino de Calvino, a este respeito, é que foi somente antes da Queda que o homem teve esse poder de escolha contrária entre o bem e o mal; que foi somente então que ele teve livre arbítrio, no sentido arminiano ou indeterminista. Ensina que depois da Queda o homem perdeu esse livre arbítrio. Por causa disto ele prefere não usar o termo livre arbítrio para descrever a livre agência do homem. Afirma que o homem ainda tem uma vontade, porém não **livre**, em vista de estar escravizado à sua natureza corrompida. Não tem mais poder de escolha entre o bem e o mal e, portanto, não tem poder de escolher a Deus, o céu, e a santidade. Leiamos o que ele escreveu sobre o assunto:

*“Admitido isto, ficará fora de qualquer dúvida que o homem não possui livre arbítrio para boas obras, a não ser que seja assistido pela graça, e essa graça especial concedida aos eleitos na regeneração”.*¹¹⁸

E mais:

“Dir-se-á que o homem possui livre arbítrio neste sentido, não o de ter capacidade de escolher livre e igualmente o bem e o mal, mas porque faz o mal voluntariamente, e não por coação. Isto, com efeito, é muito verdade. Mas que adianta enfeitar uma coisa tão diminuta com um título tão pomposo? Bonita liberdade, esta: o homem não é compelido a servir ao pecado, mas é um escravo

¹¹⁸ João Calvino, *Inst. da Relig.* Cristã, Livro II, Cap. II, § 6.

*por tal forma voluntário que sua vontade se mantém na servidão, agrilhoadada por esse pecado”.*¹¹⁹

Como vemos, Calvino abstém-se de empregar o termo livre arbítrio com referência ao homem caído, porque embora seja certo que esse homem não é coagido em sua vontade, fazendo o mal “voluntariamente”, “sua vontade se mantém em servidão, agrilhoadada pelo pecado”.

A mesma posição é mantida por Lutero, em seu livro O Cativo da Vontade. Disse ele:

*“Quando se admite a existência do livre arbítrio, havendo uma vez perdido, não posso compreender daí que Livre Arbítrio é nada mais do que uma expressão oca, cuja realidade se perdeu. E liberdade perdida, de acordo com a minha gramática, não é absolutamente liberdade”.*¹²⁰

Calvino, entretanto, não negou que o homem, depois da Queda, ainda tivesse vontade, não porém vontade livre (livre arbítrio). Disse ele:

*“À vontade, conseqüentemente, está presa por tal forma à escravidão do pecado que não pode desvencilhar-se dela, muito menos dedicar-se a qualquer bem. Porque tal disposição é o começo de conversão a Deus, a qual as Escrituras atribuem exclusivamente à graça divina... Não obstante, ainda resta a faculdade da vontade, a qual com gosto fortíssimo inclina-se e corre para o pecado. Porque, submetendo-se o homem a essa força inevitável, não se priva de sua vontade, senão que da sanidade da mesma. Bernardo observa com propriedade que todos nós temos um poder de querer; mas querer o bem é vantagem, querer o mal é defeito. Por isso, o simples querer pertence ao homem; querer o mal pertence à natureza corrompida; querer o bem pertence à graça”.*¹²¹

Podemos ver, pois, que a definição que Calvino apresenta de livre arbítrio é indeterminista. Para ele livre arbítrio é o poder de escolha contrária, e esta, somente Adão teve, antes da Queda. Agora o homem é livre apenas no sentido de não ser coagido por força externa, nas suas decisões, agindo voluntariamente segundo as inclinações de sua natureza corrompida.

A Confissão de Westminster e alguns calvinistas mais recentes, porém, fazem um conceito diferente de livre arbítrio, atribuindo-o ao homem, mesmo em seu estado de queda. Vejamos o que diz a Confissão sobre o assunto:

*“Desde toda a eternidade Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, **nem violentada é a vontade da criatura**, nem é tirada a **liberdade** ou **contingência** das causas secundárias, antes estabelecidas”.* (Cap. III, § 1).

E ainda:

*“Deus dotou a **vontade do homem de tal liberdade**, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, **nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza**”.* (Cap. IX, § 1).

Em confirmação dessa declaração, a Confissão cita Dt.30:19; Jo.7:17; Ap.22:17; Tg.1:14 e Jo.5:40. Tanto a declaração acima transcrita como as citações bíblicas **parecem** indicar que a Confissão de Fé entende livre arbítrio no sentido de poder de escolha

contrária atribuindo-a ao homem, em seu estado de queda. Por causa disto, algumas teologias petriano-luteranas, em oposição ao seu estado de queda, o teor geral da Confissão mostra não querer dizer que o homem tem liberdade no sentido de ter poder de escolha contrária, mas no sentido de não ser coagido por força externa em suas decisões. Ele age de acordo com a sua natureza e suas inclinações e, portanto, é livre

¹¹⁹ *Ibidem*, Livro II, Cap. II § 7, II, III.

¹²⁰ Martinho Lutero, *The Bondage of Will*, p. 125, *apud* Boettner, *Op. Cit.* p. 213.

¹²¹ João Calvino, *Op. Cit.*, Livro II, Cap. III, § 5.

e responsável no que faz. Citando Tiago 1:14, nesta conexão, a Confissão indica ser este o sentido em que emprega o termo livre arbítrio. “Cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz” (Tg.1:14). Demais disso, a Confissão sustenta claramente esta posição no § III do Cap. sobre o Livre Arbítrio (Cap. IX):

“O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso”. (Cap. IX § 3).

O sentido da Confissão a respeito deste assunto é apresentado pelo Dr. A. A. Hodge, como segue:

“Quanto ao presente estado ao homem, nossos padrões ensinam (1) que ele é um agente livre, e capaz de querer como de um modo geral quer. (2) Que é igualmente capaz de desobrigar-se de muitos de seus deveres que decorrem de suas relações com o próximo. (3) Que sua alma, em razão da queda, estando moralmente corrompida e espiritualmente morta, e seu entendimento estando espiritualmente cego e seus afetos pervertidos, ele ficou “totalmente indisposto, incapacitado e adverso a todo o bem e inteiramente inclinado a todo o mal”. Conf. de Fé. Cap. VI, § 4, e Cap. XVI § 3; Cat. Maior, Pergunta 25).”¹²²

Concordamos com esta interpretação e, por conseqüência, toda vez que empregamos o termo liberdade ou livre arbítrio significamos, com referência ao homem em seu estado de queda, liberdade de agência. O homem age sem coação, naquilo que faz, de acordo com a sua natureza e tendências, e portanto é responsável.

Consideremos o que Paulo diz sobre isto em Fp.2:12,13. No v.12: “Assim, pois, amados meus, como sempre obedecestes, não só a minha presença porém muito mais agora minha ausência, **desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor**”. É verdade que ele aí fala de obediência e, portanto, de santificação, isto é, salvação do domínio de nossos pecados, na qual precisamos cooperar com o Espírito de Deus. Mas o fato é que ele apela para a vontade e ação daqueles crentes. “Desenvolvi a vossa salvação”. Se Paulo tivesse parado aí, pensaríamos que essa obediência dependia inteiramente da vontade e esforços deles. No verso seguinte, no entanto, imediatamente depois de declarar o que acabamos de ler, o apóstolo acrescenta, “Porque **Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade**”. Isto mostra que, em última análise, nossa vontade, quando bem dirigida, está sob o controle do poder de Deus. A mesma coisa se ensina em Hb.13:20,21, onde lemos, “Ora, o Deus da paz... vos aperfeiçoe em **todo bem, para cumprirdes a sua vontade, operando em vós o que é agradável diante dele**”. De acordo com a exortação de Paulo, na passagem de Filipenses, precisamos desenvolver nossa salvação do domínio do pecado, e nesta luta contra nossas tendências herdadas e contra nossos velhos hábitos, precisamos naturalmente de depender de nossa vontade. Não podemos realizar nada se não queremos, a não ser que sejamos coagidos. Temos, porém uma natureza corrompida, nosso velho homem ainda está em nós, e assim nossa vontade naturalmente nos compele e arrasta em direção errada. Quando, pois, contra nossa natureza pecaminosa, queremos o bem e o realizamos, é realmente Deus que opera em nós “tanto o querer como o realizar”. Como Paulo disse em Rom. 8:2, “A lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te livrou da lei do pecado e da morte”. Ora, se depois de nossa regeneração e conversão ainda precisamos que Deus exerça seu poder sobre a nossa vontade, para que façamos “o que **é agradável à sua vista**”, que pode fazer o homem antes que o milagre da regeneração se opere em sua alma?

Antes da regeneração éramos “filhos da desobediência”, e então o “príncipe das potestades do ar” era quem operava em nós (Ef.2:2). O mesmo verbo que Paulo emprega em Fp.2:13 relativamente à atuação de Deus sobre a vontade do crente, emprega em Ef.2:2 concernente à atuação de Satanás sobre o incrédulo. Antes que a pessoa se converta, sua vontade está sob a direção de Satanás, sob o poder do mal. Depois de sua conversão, está sob a direção do Espírito de Deus.

¹²² A. A. Hodge, *Commentary on the Confession of Faith*, p. 224.

Creemos que a vontade do homem é produto de seu caráter, e desde a Queda esse caráter é pecaminoso. Pecado é rebelião contra a vontade de Deus, ou desobediência às suas leis, que são expressões de sua vontade. Paulo chama esta natureza pecaminosa do homem “carne”, e afirma que “*ela não se sujeita à lei de Deus, nem de fato é possível que se sujeite*”. Portanto, visto como a vontade do homem é por natureza contrária à de Deus, a salvação, um de cujos aspectos é **reconciliação** com Deus (2Co.5:18-20), não se pode realizar enquanto Deus não modifique nossa natureza e faça que a nossa vontade entre em acordo com a sua. É interessante observar que Paulo fala de reconciliação com Deus depois de afirmar que “*se alguém está em Cristo, é uma **nova criatura***”. Ao mesmo tempo vale notar que o processo dessa reconciliação parte de um apelo de Deus ao homem, a toda a sua personalidade, inclusive naturalmente sua vontade, que é uma expressão dessa personalidade. “*De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se **Deus exortasse por nosso intermédio**. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus*” (2Co.5:20).

Jesus disse, que “*todo o que comete pecado é escravo do pecado*” (Jo.8:34). Todos os homens são pecadores: portanto, todos são escravos do pecado. Somente Cristo pode libertá-los mediante o conhecimento de sua verdade. “*Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará*”. “*Se o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres* .” (Jo.8:32,36); Antes da Queda o homem podia escolher entre o bem e o mal. É este o sentido da prova pela qual passou depois de haver sido criado. Deus colocou diante dele duas alternativas, chamadas na Bíblia “*o conhecimento do bem e do mal*”. Há dois métodos de se conhecer o bem e o mal: é o método de Deus e o método de Satanás. O método divino de se conhecer o bem é a experiência, e o de se conhecer o mal é o contraste. O método de Satanás é de se conhecer o mal pela experiência, e o bem pelo contraste. Escolhendo o método de Satanás de conhecer o bem e o mal, o homem decidiu qual seria a inclinação de seu caráter, que desde então se tornou pecaminoso, isto é, contrário a Deus e a todo o bem. O céu, para o homem sem regeneração, seria um inferno. Se a pessoa nenhum prazer sente em ir à igreja, aqui na terra, se não experimenta nenhuma alegria em adorar a Deus agora, tal prazer ela não terá no céu.

O ensino calvinista, portanto, acerca da liberdade é que o homem é livre no sentido de ser capaz de escolher o que está de acordo com a sua natureza corrompida. E isto ele faz voluntariamente, espontaneamente, sendo por isso responsável pelo que pratica. Se Deus é livre quando, de acordo com a sua natureza, só escolhe o bem, o homem é também livre no sentido determinista, e consequentemente responsável quando, de acordo com a sua natureza corrompida, só escolhe o mal. Um porco é livre na escolha da lama, mas não o é para escolher o que é limpo, porque isto vai de, encontro à sua natureza. E assim, quando um pecador, que aparentemente se converteu, volta permanentemente à sua vida velha de pecado, é como “*a porca lavada*” que volta “*a revolver-se no lamaçal*” (2Pe.2:22).

Com referência a este fato Calvino escreveu:

*“Portanto, se uma força inevitável de fazer o bem não enfraquece a liberdade da vontade divina em fazer o bem; se o demônio, que só pode fazer o mal, apesar disso peca voluntariamente; quem pois afirmará que o homem peca menos voluntariamente por estar sob uma força inevitável de pecar?”*¹²³

Escrevendo sobre **Liberdade e Determinismo** em seu livro **Nature, Man, and God**, o Dr. William Temple alude à doutrina de Agostinho sobre a vontade, nos seguintes termos:

“Santo Agostinho, tanto quanto eu saiba, foi o primeiro a perceber esta verdade (isto é, que a vontade é a expressão da personalidade completa) e sua influência na Europa, que mais frutos produziu, teve sua origem nessa percepção. Numa passagem sua muito conhecida, a que já fiz alusão, ele pergunta por que é que quando quero mover minha mão, esta imediatamente se move, ao passo que quando desejo querer o bem minha vontade fica paralisada. Sua resposta é que no segundo caso eu não quero de modo completo, porque se eu já queria o bem não preciso desejar querê-lo; se eu desejo querê-lo, isso prova que eu não quero de modo completo. Noutras palavras, embora a vontade possa em larga escala

¹²³ João Calvino, *Op. Cit.*, Livro II, Cap. III, § 5.

dirigir meu corpo ela não pode em dado momento dirigir-se a si mesma. Ela é o que é. Se ela se entrega a ambições egoísticas ou a prazeres carnis, este mesmo fato impede-a de mudar de direção; ela não pode mudar porque não quer mudar; se o quisesse, isso em si já seria a mudança. Naturalmente pode haver uma vontade muitíssimo sincera de mudar, pois isso é diferente; é algo que se pode tornar uma parte integrante de uma vontade para o bem; mas enquanto estiver também presente qualquer forma de; desejo de gozar o mal, com força propulsora aproximada do desejo do bem, há apenas dois desejos incompatíveis. e nenhuma vontade real ou eficaz”.¹²⁴

Se isto é correto, como crêem os calvinistas, o homem precisa experimentar uma transformação completa de seu caráter, pois, em sua vontade, antes de poder se entregar a Cristo e segui-LO. Esta transformação é o que a Bíblia chama regeneração ou novo nascimento. E quando Deus cria o homem novamente, para a nova vida, faz que ele deseje o bem, sem constranger sua natureza, porém dando-lhe realmente uma nova natureza com novos impulsos e desejos. É a esta experiência que Pedro se refere, quando diz, “ *Pelo seu divino poder nos têm sido doadas todas as coisas que conduzem à vida e à piedade, pelo conhecimento completo daquele que nos chamou para a sua própria glória e virtude, pelas quais nos têm sido doadas as suas preciosas e mui grandes promessas para que por elas vos torneis **co-participantes da natureza divina**, livrando-vos da corrupção das paixões que há no mundo*” (2Pe.1:3,4).

Antes da Queda o homem era, por assim dizer, neutro. Tendo escolhido o mal, deu certa direção ou tendência à sua natureza e, portanto, à sua vontade. Ora, pela regeneração, Deus impõe uma nova tendência à natureza do homem e, por conseguinte, à vontade, e na realidade não precisa sujeitar-se mais ao pecado, se vive na nova esfera da vida espiritual. Como Paulo disse, “ *Se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e, sim, o pecado que habita em mim. Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro na lei do pecado que está nos meus membros* ” (Rm.7:20,23) Dentro de nós lutam entre si o homem velho e o homem novo. Mas um dia o crente ficará completamente livre da presença do pecado, e será como Cristo que não pode pecar. “*Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque havemos de vê-lo como ele é*” (1Jo.3:2).

Nesta conexão vale a pena citar a seguinte declaração de Mozley:

*“O mais alto e perfeito estado da vontade é um estado de necessidade: e o poder de escolha, longe de ser essencial a uma verdadeira e genuína vontade, é sua fraqueza e defeito. Que maior sinal pode haver de um imperfeito e imaturo estado da vontade do que, ante o bem e o mal, ter de ficar hesitante entre um e outro?”*¹²⁵

Como já foi declarado, os arminianos reconhecem que a vontade do homem necessita da assistência da graça de Deus, para ajudá-lo em escolher e seguir a Cristo. Mas ensinam também que a vontade do homem é capaz de se opor a essa influência da graça de Deus e de vencê-la, de modo que, em última análise, é o homem quem decide seu destino eterno. É verdade que o homem sempre resiste à influência do Espírito de Deus, e isto por causa de sua natureza pecaminosa. Foi esta a lição do mundo antediluviano. O Espírito de Deus contendia com aquela gente, mas eles o resistiam, de modo que por fim Deus declarou, “*Meu Espírito não contendará para sempre com o homem* ” (Gn.6:3). E por que resistiam?

Por causa da natureza deles, corrompida, assim descrita, “*Era continuamente mau todo o desígnio do seu coração*” (Gn.6:5). Através das tentações do Espírito de Deus veniflutando com o homem, e o homem sempre a Ele resistiu. Todavia assim não acontece com os regenerados, porque estes, mediante uma intervenção miraculosa de Deus, são criados de novo para a vida espiritual. Os irregenerados resistem porque têm uma natureza pecaminosa, avessa a todo o bem. Os regenerados não podem resistir porque recebem de

¹²⁴ William Temple, *Nature, Man, and God*, p. 234.

¹²⁵ Mozley, *The Augustinian Doctrine of Predestination*, apud L. Boettner, *op. cit.*, p. 216

Deus uma nova natureza que aprecia o bem e a santidade. A essa nova natureza, que em nós luta continuamente contra o velho homem, João se refere, ao dizer, *“Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver pecando, porque é nascido de Deus”* (1Jo.3:9). João não está falando aí do nosso velho homem, que não é nascido de Deus, e sim do nosso novo homem, nascido de Deus. Este *“homem interior”*, como Paulo lhe chama, não é criação nossa, mas criação do Espírito de Deus. Esta é a razão por que os calvinistas distinguem entre graça comum e graça especial. O homem sempre resiste a graça comum de Deus, mas, não pode resistir sua graça especial pela qual é feito nova criatura. Significa isto que o homem é constrangido a aceitar a Deus? Absolutamente não. Ele não podia aceitá-LO por causa de sua cegueira. Deus porém restaurou-lhe a visão. Não podia aceitá-LO por se achar morto espiritualmente. Deus porém fê-lo reviver. E depois dessa transformação maravilhosa, ele aceita e segue a Deus espontaneamente. Foi isto exatamente o que Cristo ensinou, quando disse, *“Vós não credes porque não sois das minhas ovelhas, como vos disse. Minhas ovelhas ouvem minha voz e eu as conheço, e **elas me seguem**”*, e naturalmente O seguem voluntária e alegremente.

“O poder pelo qual a obra da regeneração se efetua não é de natureza externa ou compulsória. O homem não é tratado como se fosse uma pedra ou um pau. Nem como se fosse um escravo, compelido contra sua própria vontade a procurar a salvação. Antes sua mente é iluminada, e todos os seus conceitos a respeito da Deus, de si, do pecado, são mudados. Deus envia o Seu Espírito e, de um modo que para sempre redundará no louvor de sua misericórdia e graça, suavemente constrange a pessoa a render-se. O homem regenerado vê-se governado por novos motivos e desejos, e coisas que antes aborrecia agora as ama e procura. Esta mudança não se efetua por nenhuma compulsão externa, mas por um novo princípio de vida que lhe foi criado na alma e que procura o único alimento que pode satisfazê-la”. ¹²⁶

Assim como Deus não constrange a vontade do homem na regeneração, do mesmo modo não a constrange quando leva o ímpio a cumprir seus planos. Este fato já foi provado quando consideramos o caso de José, filho de Jacó; o caso dos assírios e babilônios; o caso de Ciro; e especialmente o caso dos assassinos de Cristo. Estes últimos, por exemplo, foram livres e responsáveis pelo que fizeram, de modo que Pedro os acusou. Mas ao mesmo tempo realizaram o que fora decidido *“pelo determinado desígnio e presciência de Deus”* (At.2:23). Eles *“se juntaram... para fazer tudo”* o que a *“mão”* de Deus e o seu *“propósito”* *“predeterminaram”* (At.4:27,28). Como pode Deus fazer que o homem proceda livre e espontaneamente nestes e noutros casos? Não o sabemos bem. Sabemos, porém, que Deus compreende o coração humano melhor do que nós, e sabe exatamente como agir em certas circunstâncias. Sabemos, outrossim, que é Deus quem cria as circunstâncias. Há na Bíblia um texto que dá uma idéia do método de Deus dirigir o homem a fazer o que Ele tem determinado, sem constrangê-lo, e portanto sem torná-lo irresponsável. ***“Como ribeiros de águas, assim é o coração do rei na mão do Senhor; este, segundo o seu querer, o inclina”*** (Pv.21:1). Note-se que o coração do rei é comparado aí a *“ribeiros de águas”*. A água, por natureza, flui de um nível mais alto para outro mais baixo. Quando queremos levá-la para algum lugar mais baixo, a única coisa a fazer é cavar uma vala, e então a água corre naturalmente para o lugar que desejamos. Não a obrigamos a correr; é de sua natureza fazer assim. É isto o que Deus faz com o coração do homem. Conhecendo-lhe a natureza, cria as circunstâncias nas quais ele toma determinada direção, sem nenhuma coação. Mas isto é apenas uma ilustração. O fato é que não compreendemos de modo completo este assunto misterioso.

“A onipotência divina combinada com a onisciência de um lado, e o livre arbítrio humano do outro, parecem de fato ideias incompatíveis à razão do homem. Contudo, somos compelidos a tornar em consideração ambas as coisas — uma à base não apenas do ensino bíblico, mas igualmente do conceito que fazemos do Ser Divino; a outra à base não somente do nosso conceito de Justiça Divina, mas igualmente de nossa percepção íntima, irresistível e do ensino bíblico também.

¹²⁶ L. Boettner, *op. cit.*, p. 178

*Essa dificuldade de reconciliação de duas idéias aparentemente necessárias não é peculiar à teologia. A filosofia tem-na também. Há necessários entre os filósofos, tanto quanto predestinacionistas entre os teólogos, igualmente a contradizerem a percepção íntima, irresistível do homem de possuir o poder de escolha. Só podemos considerar os conceitos em choque como apreensões parciais de uma grande verdade que, de um modo geral, está além de nosso alcance. A aparente contradição entre eles pode ser devida ao fracasso de seres finitos compreenderem o infinito. Têm sido comparados a duas linhas retas paralelas, que de acordo com a definição geométrica nunca se encontram e, contudo, segundo teoria matemática mais elevada, encontram-se no infinito. Ou podemos ilustrá-los com uma assíndota, que de um ponto de vista finito jamais pode atingir uma curva, e todavia, em geometria analítica, atravessa-a a uma distância infinita”.*¹²⁷

Como já foi declarado, a Bíblia tanto afirma a soberania de Deus como a livre agência do homem. Por exemplo, em Dt.10:16 apela-se ao povo de Israel para que circuncide seus corações, quando em Dt.30:6 lemos que é Deus quem circuncida ou regenera seus corações. Cf. Jer.4:4 e 24:7. Temos boa ilustração deste fato na cura do paralítico junto ao tanque de Betesda (Jo.5:1-9). Ao lado do tanque estava “uma multidão de enfermos, cegos, coxos, paráliticos”. Jesus, no entanto, não curou todos, mas escolheu um dos paráliticos para esse fim. Isto é eleição. Contudo, não o curou contra a vontade dele. Antes de curá-lo, perguntou, “*Queres ser curado?*” Foi um apelo à vontade do homem.

A regeneração, por exemplo, tem dois aspectos — um passivo e outro ativo. O aspecto passivo é o que chamamos propriamente regeneração; ao ativo chamamos conversão. O

*“Faz-se necessário distinguir entre o aspecto passivo e o ativo da regeneração, como veremos, devido ao método duplo de a Escritura representar essa mudança. Em muitas passagens ela é atribuída inteiramente ao poder de Deus. A mudança opera-se na disposição fundamental da alma; não se faz uso de meios. Em outras passagens encontramos essa verdade referida como agência do Espírito Santo, e o espírito age em face da mesma. A distinção entre estes dois aspectos da regeneração parece sugerida em Ef.2:5,6 — “deu-nos vida juntamente com Cristo” e “com ele nos ressuscitou”. Lázaro precisou primeiro ser vivificado, e nisto ele **não** cooperou; mas precisou também sair do túmulo, e nisto ele exerceu atividade”*¹²⁸

Encerremos esta secção com palavras do Dr. Archibald Alexander:

*“O Calvinismo é o sistema mais vasto. Encara a soberania divina e a liberdade da vontade humana como os dois lados de um teto, que se encontram na cumeeira acima das nuvens. O Calvinismo aceita ambas as verdades. Um sistema que negue uma delas tem só uma banda do teto sobre sua cabeça”.*¹²⁹

2. A segunda objeção às doutrinas dos decretos e da predestinação de Deus é que elas equivalem a fatalismo. No caso de Paulo e seus companheiros na viagem tormentosa a Roma já vimos que a predestinação não é fatalista. “*O fatalismo sustenta que todas as coisas acontecem por via de uma força cega, estúpida, impessoal, amoral, que não se distingue de necessidade física e que nos arrasta indefesos pela sua força como um caudaloso rio arrasta um pedaço de madeira*”. Predestinação é o decreto inteligente, sábio e soberano de um Deus bom e poderoso, que tem como desígnio de tudo a revelação de sua glória infinita a bem-aventurança de seu povo. Segundo o fatalismo, o homem é irresponsável, visto não ter vontade livre, age como automato ou máquina. De acordo com a predestinação o homem é agente livre, responsável por seus atos, como vimos na secção precedente.

¹²⁷ J. Barby, *Commentary on Romans, In the Pulpit Commentary*, Series Additional Notes on Romans ch. 8, v. 29.

¹²⁸ A. H. Strong, *Op. Cit.*, p. 364.

¹²⁹ Archibald Alexander, *apud* A. H. Strong, *op. cit.*, p. 369.

“Nossos Padrões não ensinam que “o que tem de acontecer, acontece”, e sim que o que Deus decretou e propôs isso acontecerá. A primeira expressão atribui o curso dos acontecimentos a uma necessidade cega, mecânica; a outra o atribui ao propósito inteligente de um Deus pessoal. Uma é fatalidade, a outra é Pre-ordenação, Predestinação, Providência. A Bíblia não diz “o que tem de acontecer, acontece”. Diz: “Aquilo **que está determinado** será feito” (Dn.11:36). Diz ainda: “Jurou o Senhor dos Exércitos, dizendo: **Como pensei**, assim sucederá, e **como determinei**, assim se efetuará” (Is.14:24). Revela-nos a gloriosa verdade de que nossos corações humanos, impressionáveis, não estão presos nas engrenagens férreas de um Destino amplo e impiedoso, nem no torvelinho louco da Sorte, mas nas mãos onipotentes de um Deus infinitamente bom e sábio”.¹³⁰

“Ninguém pode ser um fatalista coerente. Porque, para ser coerente, precisará raciocinar assim: “Se vou morrer hoje, não me adianta comer, porque de qualquer modo vou morrer. Nem preciso comer, se ainda vou viver muitos anos, porque de qualquer modo viverei. Portanto, não comerei”. Não é preciso dizer, se Deus predeterminou que alguém viverá, também predeterminou livrá-lo da loucura do suicídio por se recusar a comer”.¹³¹

3. Uma terceira objeção contra a doutrina da predestinação é dizerem que ela anula todos os motivos de sermos diligentes. Esta objeção ignora o fato de que Deus predestina tanto o fim como os meios, como já vimos. O fato de Deus haver garantido que todos os companheiros de Paulo, na viagem tormentosa a Roma, seriam salvos, não lhes serviu de razão para não empregarem todos os meios para isso. Algumas pessoas,

compreendendo o mau sentido da predestinação, dizem que não é necessário pregar de qualquer modo, e se não foram predestinados não adianta pregar nem orar por eles. Esta idéia a respeito da predestinação é tola, porque não sabemos quem são os eleitos, e a ordem de Cristo é pregar a toda criatura. Além disso, até os crentes são exortados a ser diligentes por confirmar sua vocação e eleição (2Pe.1:10). Não que possam modificar o que Deus já decidiu desde toda a eternidade, mas que, para seu próprio conforto, devem viver de tal modo que se convençam de que Deus realmente os chamou e elegeu.

Os frutos práticos do Calvinismo, em toda parte e em todos os tempos, são a melhor resposta a essa objeção. Lede, por exemplo o segundo e o terceiro capítulos do excelente livro do Dr. Egbert Smith “*The Creed of Presbyterians*” (O Credo dos Presbiterianos) e vereis como é tão sem fundamento esta objeção. O Dr. Temple fez as seguintes observações sobre os que têm crido na predestinação:

“Tem sido observado, freqüentemente, que a crença na Predestinação não produz, nos que a alimentam com seriedade, o efeito que observadores destacados tendem a antecipar. Comumente supõem que essa doutrina deve conduzir a torpor moral e espiritual; porque, se tudo está fixado por decreto divino, que lugar fica para o esforço humano? Não se deve deixar que a Divina Vontade realize seu propósito, como é certo que realizará? Mas a história registra um resultado muito diferente. Sto. Agostinho e João Calvino não foram espectadores indiferentes do drama da atividade divina. João Knox não se contentava em observar indolentemente o que a Providência podia fazer que acontecesse na Escócia. Ou, para mencionar um nome mais ilustre, S. Paulo, que teve muito a dizer sobre a passividade do barro nas mãos do Oleiro, não seria ele que aceitasse do seu mestre Gamaliel a doutrina de que a sabedoria do homem, ante o que entende ser um ato de Deus, está em esperar para ver se a história prova essa pretensão. Combateu-a, não acreditando que procedesse de Deus, e “trabalhou muito mais do que todos” quando descobriu que estava errado. Saulo, o perseguidor, e Paulo, o missionário são um só na consciência viva de um dever imposto ao homem para que decida e passe a agir”.¹³²

4. Outra objeção é que a Predestinação faz que Deus não seja sincero em

¹³⁰ Egbert Watson Smith, *The Creed of Presbyterians*, pp. 166, 167.

¹³¹ Loraine Boettner, *Op. cit.*, p. 307.

¹³² William Temple, *Nature, Man and God*, preleção XV, “Divine Grace and Human Freedom”, p. 378.

oferecer o Evangelho a toda criatura. Se Ele decidiu escolher alguns para a salvação e deixar os demais em seus pecados, por que então mandou proclamar sua mensagem a todas as criaturas? Em primeiro lugar esta objeção, se vale alguma coisa, aplica-se de igual modo à doutrina arminiana sobre a presciência. Se Deus sabia de antemão que todos não iam aceitar sua mensagem, por que mandou anunciá-la a todos? Dirão os arminianos, *“Precisamos pregar a todos porque não sabemos quem são os que Deus previu que aceitarão, e quem os que não aceitarão”*. O mesmo podemos dizer da predestinação. Nosso é o dever de pregar a todos, porque não sabemos quais foram os que Deus elegeram, nem quais foram os que previu que aceitarão a mensagem de acordo com o ponto de vista arminiano. Predestinar e prever pertencem a Deus, não a nós.

Deus previu que o povo de Israel não creria na mensagem de Isaías, e não obstante enviou este profeta para que lhes pregasse (Is.6:9-13). Podemos dizer que Deus não foi sincero? O mesmo aconteceu a Ezequiel, *“ Disse-me ainda: Filho do homem, vai, entra na casa de Israel, e dize-lhe as minhas palavras... Mas a casa de Israel não te dará ouvidos, porque não me quer dar ouvidos a mim; pois toda a casa de Israel é de frente obstinada e dura de coração”* (Ez.3:4,7). Deixou Deus de ser sincero quando enviou Ezequiel a pregar a um povo que Ele sabia não ia aceitar sua mensagem? Em Mat.23:34,35 lemos: *“Por isso eis que eu vos envio profetas, sábios e escribas. A uns matareis e crucificareis; a outros açoitareis nas vossas sinagogas e perseguireis de cidade em cidade; para que sobre vós recaia todo o sangue justo derramado sobre a terra ”*, etc. Esta passagem mostra não somente que Deus não pode ser acusado de falta de sinceridade, por enviar seus mensageiros a um povo que Ele sabe irá rejeitá-los e matá-los, como também mostra que Ele tem um desígnio especial em lhes enviar seus mensageiros, a saber, fazê-los mais dignos, ainda de condenação. *“ Para que sobre vós recaia todo o sangue justo ”*, etc. Paulo disse, *“Graças, porém a Deus que em Cristo sempre nos conduz em triunfo, e, por meio de nós, manifesta em todo lugar a fragrância do seu conhecimento. Porque nós somos para com Deus o bom perfume de Cristo; tanto nos que são salvos, como nos que se perdem. Para com estes cheiro de morte para morte; para com aqueles aroma de vida para vida. Quem, pois, é suficiente para estas coisas?”* (2Co.2:14-16). Paulo não deixava de pregar a quem quer que encontrasse, embora soubesse que para alguns seu evangelho era *“cheiro de morte para morte”*. Sua pregação resultaria de qualquer modo na glória de Deus. *“ E daí? Se alguns não creram, a incredulidade deles virá desfazer a fidelidade de Deus? De maneira nenhuma! Seja Deus verdadeiro e mentiroso todo homem, segundo está escrito: Para seres justificado nas tuas palavras, e venhas a vencer quando fores julgado ”*. (Rm.3:3,4). O fato de Deus saber de antemão que *“poucos”* seriam escolhidos não foi razão para Ele deixar de ter muitos *“chamados”* (Mt.22:14). Cristo sabia que o povo de Israel não O aceitaria, mas isto não foi razão para que Ele deixasse de pregar em toda cidade e aldeia daquele povo. E, como vimos, sua rejeição e morte foram incluídas no plano de Deus.

5. Outra objeção é que a Predestinação leva Deus a ser parcial e injusto ou fazer acepção de pessoas. Se todas as pessoas fossem inocentes, Deus seria injusto e se deixaria levar de respeitos humanos se as tratasse de maneira desigual, salvando umas e condenando as demais. O fato, no entanto, é que todos são pecadores e nada merecem de Deus. Como já foi dito, Deus é misericordioso para com aqueles a quem salva, sem ser injusto para com aqueles a quem condena, visto como podia ter condenado a todos sem ser injusto. Quando a Bíblia diz que Deus não faz acepção de pessoas, não quer dizer que Ele não distingue pessoas, dando a uns o que nega a outros. Que todas as pessoas não têm os mesmos dons e as mesmas oportunidades é um fato inegável. Sabemos existir muita gente que nunca teve oportunidade de ouvir o Evangelho, e nações inteiras, durante séculos, foram privadas desse privilégio. Quando a Bíblia diz que Deus não faz acepção de pessoas quer dizer que Ele não faz distinção por motivo de raça, riqueza, condição social, etc, e também que Ele recompensará cada um de acordo com as suas obras. Veja-se At.10:34, Rm.2:11, Tg.2:9 e 1Pe.1:17. Nenhuma diferença faz entre judeus e gentios; julgará a todos de conformidade com as obras de cada um, visto como não faz acepção de pessoas. Mas nossa salvação não é algo devido aos nossos méritos; procede da graça divina. A este respeito Deus pode dizer o que *“ o proprietário, respondendo, disse: Amigo, não te faço injustiça; não combinaste comigo um denário? Toma o que é teu, e vai-te; pois quero dar a este último tanto quanto a ti. Porventura não me é lícito fazer o que quero do*

“O Arcebispo Whately dirige este excelente aviso aos seus amigos arminianos: “Gostaria de sugerir uma precaução relativamente a uma classe de objeções que freqüentemente são levantadas contra os calvinistas, objeções deduzidas dos atributos morais de Deus. Devemos ser muito cautelosos no emprego de certas armas, pois podem voltar-se contra nós. É uma verdade terrível, porém incontestável, que multidões, mesmo em países cristãos, nascem e crescem em circunstâncias que não lhes proporcionam nenhuma chance provável nem mesmo possível de obterem um conhecimento de verdades religiosas, ou hábitos

“O decreto divino da eleição não pode ser acusado de parcialidade, porque isto só é cabível quando uma parte tem o que exigir de outra. Se Deus fosse obrigado a perdoar e salvar o mundo inteiro, seria parcial se salvasse apenas alguns e não todos. Parcialidade é injustiça. Um pai é parcial e injusto se desconsidera direitos e exigências iguais de todos os seus filhos. Um devedor é parcial e injusto se, no ato de pagar a seus credores, favorece uns às custas dos outros. Nestes casos uma parte tem certa reivindicação a fazer sobre a outra. Mas é impossível Deus

“Sob uma economia de graça, não pode haver, pela natureza do caso, nenhuma parcialidade. Somente numa economia de justiça e de exigências legais é isso possível. A acusação de parcialidade podia com tanto mais razão ser feita contra os dons da providência, quanto contra os dons da graça. Saúde, riqueza e alta capacidade intelectual Deus não deve a ninguém. Ele as dá a uns, negando-as a outros; contudo, em assim fazendo Ele não é parcial em sua providência. A afirmativa de que Deus é obrigado, seja nesta vida, seja na outra, a oferecer perdão de pecados mediante Cristo a todo o mundo, não apenas não tem apoio na Escritura, como é contrária à razão, visto como transforma a graça em dívida, envolvendo o absurdo de que, se o juiz não oferece perdão ao criminoso, contra quem lavrou sentença condenatória, não o trata com equidade”.¹³⁵

Consideremos primeiro a objeção baseada em passagens que afirmam que Deus quer a salvação de todos os homens. Em Ezequiel 33.11 temos, “Pois certo como eu vivo, diz o Senhor Deus, não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho, e viva”. Em 1Tm.2:3,4 Paulo diz, “Deus nosso Salvador... deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade”. E Pedro, em sua

¹³⁵ William G. T. Shedd, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 426.

Segunda Epístola 3:9, diz, “ O Senhor... é longânimo para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento”.

Tais passagens simplesmente falam da benevolência de Deus, seu desejo de que todos sejam salvos. Temos de distinguir entre desejo e propósito. Deus não deseja ou não ama o pecado, mas decretou permiti-lo, embora o odeie e a todas as suas conseqüências. Ele não deseja o sofrimento de suas criaturas, porém por certas razões que não podemos alcançar, Ele permite que milhões de criaturas humanas sofram toda espécie de agonia física e moral, em conseqüência de guerras, terremotos, inundações e doenças. Em sua onipotência Ele podia evitar todos estes sofrimentos, nos quais nenhum prazer, tem, mas por certas razões que Ele não revela decidiu não evitá-los. De semelhante modo, embora da raça humana. As razões disso não conhecemos, porém devem ser sábias e justas. Não somos melhores do que os anjos, porém Deus proveu um plano de salvação para nós, e nenhum para os anjos caídos. Significa isto que Ele tem algum prazer na perdição deles?

*“A palavra “vontade” usa-se em diferentes sentidos na Escritura e em nossa própria conversação diária. Algumas vezes usa-se no sentido de “decreto”, ou “propósito” e outras vezes no sentido de “desejo” ou “anseio”. Um juiz justo não deseja que alguém seja enforcado ou sentenciado a prisão, contudo ao mesmo tempo quer (pronuncia sentença, ou decreta) que a pessoa culpada seja punida dessa forma. No mesmo sentido e por suficientes razões uma pessoa pode querer ou resolve mandar amputar um membro seu, ou extrair um olho, tanto quanto pode não querer isso”.*¹³⁶

“Deus pode manifestar grande e imerecida compaixão por todos, usando para com eles de graça comum e chamando-os externamente, e pode limitar sua compaixão, se quiser, a algumas pessoas, usando para com elas de graça especial e chamando-as eficazmente. Pode apelar a todos para que se arrependam e creiam, e prometer salvação a todos quantos queiram fazer isso, e ainda assim não **inclin**ar tais pessoas a fazê-lo. Ninguém dirá que uma pessoa é insincera por oferecer um presente, se com o oferecimento não provoca a disposição de aceitá-lo. E de Deus ninguém deve asseverar tal. Deus sinceramente deseja que o pecador ouça seu chamado externo e que sua graça comum alcance êxito neste particular. Deseja sinceramente que todos quantos ouvem a mensagem: “Vós que tendes sede, vinde às águas; sim, vinde e comprai vinho e leite, sem dinheiro”, venham exatamente como estão, e espontaneamente, “porque tudo está preparado”. O fato de Deus não ir além desse desejo, com relação a todas as pessoas, e vencer a aversão delas, este fato não contradiz o mesmo desejo. Ninguém afirma que Deus deixa de ser benevolente para com todos pelo fato de conceder **mais** saúde, riqueza e pujança intelectual a uns do que a outros. E ninguém deve dizer que Ele não é misericordioso para com “todos” pelo fato de conceder **mais** graça a uns do que a outros. A onipotência de Deus é capaz de salvar todo o gênero humano, e à nossa visão estreita parece estranho que Ele não o faça. Mas seja como for, é falso dizer que se Ele não exerce **todo** o seu poder, é desumano para com os que abusam de sua graça comum. Esse decreto de paciência e longanimidade que Deus manifesta para com os que o resistem, e esse grau de esforço que Ele emprega para convertê-los, é verdadeira misericórdia por suas almas. E o pecador que tem frustrado essa benevolente aproximação de Deus. Milhões de pessoas, através de todas as eras, têm repellido a misericórdia divina, manifesta na chamada externa, e têm-na anulado. Alguém que tenha recebido graça comum, tem sido objeto da compaixão divina

sob este aspecto. Se resiste a ela, não pode acusar a Deus de falta de misericórdia, porque não lhe concede maior misericórdia sob a forma de graça regeneradora. Um mendigo, que desdenhosamente recusa aceitar cinquenta dólares, que alguém, de boa vontade lhe oferece, não pode insultá-lo se, em face da recusa, esse alguém não lhe dá cem dólares. Todo pecador que se queixa de Deus não o contemplar na concessão da graça da regeneração, depois de haver

¹³⁶ Loraine Boettner, Op. Cit., pp. 287, 288.

abusado da graça comum, diz virtualmente ao Altíssimo e Santo, que habita na eternidade, “Uma vez já tentaste converter-me do pecado; agora tenta outra vez, e com mais vigor”.¹³⁷

Consideremos agora a objeção que se baseia em passagens que ensinam que as bênçãos de Deus dependem de o homem aceitar a oferta divina do Evangelho. Uma ou duas passagens bastam.

“Buscai o Senhor enquanto se pode achar, invocai-o enquanto está perto. Deixei o perverso o seu caminho, o iníquo os seus pensamentos; converta-se ao Senhor, que se compadecerá dele, e volte-se para o nosso Deus, porque é rico em perdoar ” (Is.55:6,7).

“Tornai-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros, diz o Senhor dos Exércitos ” (Mal.3:7).

A resposta para esta objeção é ainda a seguinte: Deus tanto predestina o fim como os meios. O fim é a salvação dos eleitos; os meios, a pregação do Evangelho. Deus salva pela fé, e a fé — embora seja uma dádiva de Deus — *“vem pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus”* (Rm.10:17). Na regeneração Deus não trata o homem como se este fora uma pedra ou um pau. Trata-o como pessoa. No momento em que Deus lhe muda o coração, o homem se volta para Ele imediatamente, e segue-O voluntária e espontaneamente. Tratando o homem como uma personalidade, Deus apela a todas as faculdades dele, a saber, inteligência, emoções e volições. Nascemos de novo ou somos regenerados *“pela palavra de Deus”* (1Pe.1:23), isto é, por essa palavra aplicada aos nossos corações por seu Espírito. A Palavra é o instrumento; o Espírito é o Agente. O instrumento tem de convir ao seu objetivo — daí os apelos e solicitações das Escrituras que o Espírito usa para converter pecadores. Lemos que todos quantos estão nos túmulos ouvirão a voz de Deus (Jo.5:28). Significa que ouvirão essa voz quando ainda mortos nos túmulos? Absolutamente não. Deus há de primeiro fazê-los reviver, para que possam ouvir-LO. O mesmo sucede aos espiritualmente mortos. *“Em verdade, em verdade vos digo: Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida. Em verdade, em verdade vos digo que vem a hora, e já chegou, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus e os que a ouvirem, viverão ”* (Jo.5:24,25). Todos os homens são espiritualmente mortos e não podem ouvir e vir até que Deus lhes dá vida. Quando, porém, Deus pelo poder do seu Espírito lhes dá vida espiritual, eles ouvem, compreendem e obedecem à sua voz. E esta voz tem de ser inteligível e dirigida às faculdades do homem de maneira adequada. Lembremo-nos do caso de Lídia. A Bíblia diz que Deus lhe abriu o coração *“para atender às coisas que Paulo dizia ”* (At.16:14). A mensagem de Paulo naturalmente era clara, inteligível, dirigida a todas as faculdades dos seus ouvintes, de sorte que quando Deus abria o coração de algum deles, esse podia compreender, receber e entregar-se a ela. Temos aqui a razão dos muitos apelos, convites e solicitações de que a Bíblia está cheia, desde o primeiro que soou no Gênesis, *“Onde estás?”* (Gn.3:9), até o último no Apocalipse, *“Aquele que tem sede venha, e quem quiser receba de graça a água da vida”* (Ap.22:17).

II - Aplicações Práticas das Doutrinas dos Decretos e da Predestinação.

1. Estas doutrinas trazem conforto ao crente.

É interessante notar que toda vez que Paulo escreveu sobre a predestinação ou eleição ele teve um fim prático em vista. Em Rm. 8:28-30 escreveu sobre este assunto para apresentar uma garantia aos cristãos. Terminou sua intrincada exposição deste assunto em Rm.9-11 com um hino de louvor a Deus e esperança para os homens. *“Porque Deus a todos encerrou na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos, ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus!”* etc. Em Efésios 1, onde desenvolve este mesmo assunto, introdu-lo com uma palavra de louvor a Deus, *“Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele”,* etc.

Jonathan Edwards disse o seguinte sobre o conforto que a doutrina da soberania de Deus traz:

¹³⁷ William G. T. Shedd, *Calvinism: Pure and Mixed*, pp. 49-51.

“A doutrina da absoluta soberania e livre graça de Deus em mostrar misericórdia a quem Ele quer mostrá-la; e a de depender absolutamente o homem das operações do Espírito Santo, têm-me parecido como doutrinas suaves e gloriosas. Estas doutrinas têm sido para mim grande delícia. A soberania de Deus sempre me tem parecido ser grande parte de sua glória. Muitas vezes tem sido para mim um deleite aproximar-me dEle, adorá-lo, como Deus soberano, e dEle suplicar soberana misericórdia” ¹³⁸

Quando contemplamos este mundo, cheio de confusão, pecado e sofrimento, somos tentados a perder toda a fé e a nos tornarmos pessimistas e quase que nos tornamos presa de desespero. Quando, porém, nos lembramos que Deus está acima de tudo, que Ele é o soberano dos soberanos, que Ele tem em suas mãos importantes as redes do governo do universo; quando nos lembramos que nada acontece sem que Ele permita, e que tudo quanto acontece está incluído em seus planos todos sábios, gloriosos e misericordiosos, readquirimos nossa confiança e alegria, e louvamos o Senhor pelo seu poder e glória. O mal é uma triste realidade. Sabemos, contudo que ele não vai além do ponto permitido por Deus em seu decreto. Sabemos que Deus o controla e que no devido tempo o destruirá. Aquele que é capaz de fazer que, “a ira humana” o louve, e que pode conter o restante dela (Sl.76:10) fará que tudo, inclusive o mal, redunde em sua glória e na felicidade do seu povo.

2. Estas doutrinas resultam na glória de Deus e na humilhação do homem.

Pelas doutrinas dos decretos e da predestinação de Deus aprendemos que tudo só depende dEle. Os eleitos não são salvos por serem melhores do que os não eleitos, mas unicamente por causa da graça divina. Não fora a graça de Deus, todos estaríamos perdidos. O mais das vezes Deus escolhe as piores pessoas para fazer delas monumentos de sua graça, de sorte que no fim toda a glória seja sua. Quando nos lembramos de que tudo que somos e temos recebemos de Deus, vemos que nenhuma razão nos assiste para vangloria. (1Co.4:7).

Spurgeon, o grande pregador inglês, disse:

“Penso que, para uma pessoa piedosa, a eleição é a doutrina que mais humilha, de quantos há no mundo — por afastar toda confiança na carne, ou todo apoio em qualquer coisa, exceto Jesus Cristo. Quantas vezes não nos revestimos de nossa justiça própria e nos enfeitamos com as falsas pérolas e jóias de nossas obras e empreendimentos. Começamos a dizer, “Agora, sim, serei salvo, porque tenho esta e aquela evidência”. Em lugar disso, é uma fé simples, desnuda, que salva. Somente essa fé nos une ao Cordeiro, independentemente de obras, embora seja a fé o que produz tais obras. Quantas vezes nos apoiamos em alguma obra, que não é a do nosso Amado, e confiamos em algum poder, que não é o que vem de cima. Se quisermos que tal poder nos seja tirado, consideremos a eleição. Detém-te, ó minha alma, e considera isto. Deus te amou antes que viesses a existir. Amou-te quando estavas morta em delitos e pecados, e enviou seu Filho para morrer por ti. Comprou-te com o seu precioso sangue, antes que pudesses balbuciar seu nome. Podes, pois, envaidecer-te com alguma coisa?

“Não sei de nada que mais nos humilhe do que esta doutrina da eleição. Algumas vezes, procurando entendê-la, tenho-me prostrado diante dela. Tenho aberto as asas e à maneira das águias, tenho alçado o vôo na direção do Sol. Meus olhos têm-se fixado nele, minhas asas não me têm falhado, por certo tempo. Mas, ao aproximar-me dele, e só pensando nisto — “Desde o princípio Deus vos escolheu para a salvação” — vi-me ofuscado pelo seu fulgor e cambaleante sob a força desse poderoso pensamento. E dessa elevação estonteante abateu-se-me a alma, a dizer prostrada e aniquilada, “Senhor, não sou nada, sou menos que nada. Por que escolheste a mim? A mim?”

“Amigos, se vocês querem ficar humildes, estudem a eleição, pois ela os fará

¹³⁸ Jonathan Edwards, *apud* “Determinism in the Theological System of Jonathan Edwards” (these) do Dr. John Newton Thomas, p. 98.

*assim, sob a influência do Espírito de Deus. Quem se orgulha de sua eleição, esse não foi eleito. E quem se humilha por considerá-la, esse pode crer que foi eleito. Tem toda razão de crer que o foi, visto como um dos mais benditos efeitos da eleição é esse de fazer-nos humildes perante Deus".*¹³⁹

3. Estas doutrinas trazem certeza ao crente

Os que crêem na predestinação são os únicos que podem estar certos de sua salvação. Segundo esta doutrina, a salvação depende somente de Deus e, portanto, não pode falhar nunca. De acordo com a doutrina arminiana, a salvação depende, em última instância, da vontade da pessoa e, por isso, pode falhar a qualquer momento. O arminiano nunca estará certo de sua salvação enquanto não entrar no céu, após a morte, e mesmo aí, para ser coerente com sua doutrina, deve admitir a possibilidade de nova descaída da graça. Mas a doutrina da eleição inclui a confortadora doutrina da perseverança dos santos, ou melhor, na perseverança do Salvador. Ensina a Bíblia ser incerta a salvação do crente? Absolutamente não. João escreveu sua Primeira Epístola para que soubéssemos que temos a vida eterna (1Jo.5:13). **Vida eterna** não é coisa que temos hoje e perdemos amanhã. Neste caso seria vida **transitória**, jamais **eterna**. Jesus disse que aquele que crê em Deus **tem** a vida eterna e **não entrará** em condenação mas passou da morte para a vida (Jo.5:24). Se tem essa vida eterna, que provém do próprio Cristo, não mais pode morrer. O crente nasceu de novo, e é impossível que uma pessoa assim nascida volte a ficar “**por nascer**”, isto é, depois que se nasce é impossível retroceder ao estado de antes do nascimento, estado de inexistência. Paulo escreveu o cap. 8 de Romanos para dar aos seus leitores uma certeza de salvação. “*Nenhuma condenação*” é o princípio; “*Se Deus é por*

nós” é o termo médio (Mt. 22:14, vs. 25, 27) e isto é o termo final. *Aos que perderam Cristo, não pertenceram ao Senhor.* Todas as passagens que parecem ensinar a possibilidade de um crente perder-se, referem-se realmente ao falso crente. Como João disse, “*Eles saíram de nosso meio, entretanto não eram dos nossos; porque, se tivessem sido dos nossos teriam permanecido conosco; todavia, eles se foram para que ficasse manifesto que nenhum deles é dos nossos*” (1Jo.2:19). O crente pode perder comunhão com o seu Senhor e a alegria de sua salvação, porém não a própria salvação. Confessando seu grande pecado, Davi não disse, “*Restitui-me a tua salvação*”, visto como não a perdera. Disse, porém, “*Restitui-me a alegria da tua salvação*” (Sl.51:12), porque essa alegria podemos perder sempre que caímos em pecado.

4. Estas doutrinas fornecem maior confiança ao pregador

“É mais provável que um pecador creia e se arrependa, se a fé e o arrependimento dependerem inteiramente do poder regenerador do Espírito Santo, do que se dependerem em parte da força de vontade desse pecador. É mais provável ainda, se dependerem inteiramente desse poder. O crente sabe que, se sua fé e arrependimento fossem deixados, em parte ou de todo, à sua própria iniciativa, não chegaria a crer nem a se arrepender, visto ser tenazmente inclinado ao pecado, gostar dele e aborrecer a confissão humilde do mesmo e não querer lutar contra ele.

“A luz do mesmo princípio, é mais provável que o mundo de pecadores chegue à fé e ao arrependimento, se isto depender inteiramente de Deus, e não de todo ou em parte da vontade letárgica, volúvel e hostil do homem. Se o êxito do Espírito Santo depende da assistência do pecador, Ele pode não ter êxito algum. Mas se o seu êxito depende inteiramente dEle mesmo é certo que terá êxito. É melhor confiar a Deus tão imenso bem, a salvação da grande massa do gênero humano, do que confiá-lo a este seja de toda, seja em parte. Dizem as biografias de ministros e missionários bem sucedidos que quanto menos faziam depender seu êxito da vontade dos pecadores, tanto mais pregavam e tanto mais vitórias contavam em sua pregação.”¹⁴⁰

Vamos concluir com palavras do grande teólogo Dr. Robert Dabney:

¹³⁹ Charles Spurgeon, Sermão sobre a Eleição, *Sermons*, Vol. II, pp. 83, 84.

¹⁴⁰ William G. Sheed, Op. Cit., Col. 1, pp. 461, 462.

*“A doutrina da predestinação é de todo edificante. Dá lugar a humildade, porque não deixa ao homem base para reclamar para si nenhum crédito quer da srcem, quer do prosseguimento de sua salvação. Lança um fundamento de esperança tranqüila, pois mostra que “os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento”. Deve fazer que os corações transbordem de amor e gratidão, visto revelar o imerecido e eterno amor de Deus por pessoas indignas... Devemos aprender a ensinar e a considerar esta doutrina, não de um ponto de vista exclusivo, mas inclusivo. É o pecado que impede ò favor de Deus, e leva à ruína. É o decreto de Deus que restaura, remedeia e salva a quantos se salvam. O que o mundo tem de pecado, de culpa ou miséria, de desespero, procede inteiramente da transgressão do homem e de Satanás. O que de redenção, de esperança, de conforto, de santidade e bem-aventurança vem modificar esse panorama triste, provém do decreto de Deus. O decreto é a fonte de benevolência para com o universo; o pecado voluntário é a fonte dos sofrimentos. Deve ser malsinada a fonte da misericórdia porque, embora ponha em circulação toda a felicidade que existe no universo, é limitada em sua correnteza?”*¹⁴¹

Chegamos ao final desta tese. Ninguém tem maior consciência da imperfeição dela do que seu próprio autor. Sabemos que ninguém no mundo é capaz de resolver os problemas que este assunto apresenta, contudo não precisamos ficar aturdidos em face destes e de outros problemas de teologia. Deus é infinito e nós somos finitos. Não podemos compreendê-LO, não podemos explicar Seus mistérios. Basta-nos saber que Ele nos ama e proveu um plano de salvação para a humanidade, plano tão simples que até as crianças podem compreendê-lo. Sabemos que o nosso dever é confiar em Deus e amá-LO, amar ao próximo e dele nos compadecer; servir a Deus e ajudar aos homens, proclamando a todos o grande amor de Deus e seu plano de salvação. E com relação aos mistérios que cercam até os mais simples fatos deste mundo, deixamo-los nas mãos de Deus e descansamos na certeza de que Ele conhece tudo. Sabemos que “às coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus; porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei” (Dt.29:29).

BIBLIOGRAFIA

A. LIVROS

- Boettner, Loraine, **The Reformed Doctrine of Predestination**. Grand Rapids, Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1932. 431 pp.
- Berkhoff, Louis, **Reformed Dogmatics**. Grand Rapids, Michigan: Wm. B. Eerdmans

¹⁴¹ R. L. Dabney, Op. Cit., p. 246.

- Publishing Co., 1932. 2 Vols.
- Calvino, João —
- Clark, David S., **A Syllabus of Systematic Theology**. Second Edition. (Sem data). Publicada pelo autor. 372 pp.
- Clarke, William Newton, **An Outline of Christian Theology**. Décima Segunda Edição, Edinburgh: T. and T. Clark, 1904. 482 pp.
- Dabney, R. L., **Systematic and Polemic Theology**. Quarta Edição. Richmond, Va.: Presbyterian Committee of Publication. 1890. 903 pp.
- Day, Jeremiah, **An Examination of President Edward's Inquiry of the Freedom of the Will**. New Haven: Durrie and Peck. 1841. 340 pp.
- Edwards, Jonathan, "*Freedom of the Will*", "*The Divine Decree in General and Election in Particular*", **The Works of President Edwards** (em quatro volumes). Vol. II: 1-190, 513-546. New York: Robert Carter and Brother. 1878.
- Girardeau, John L., **Calvinism and Evangelical Arminianism**. Columbia, S. C, W. J. Duffie. 1890. 574 pp.
- Hastie, William, **The Theology of the Reformed Churches in its Principles**. Edinburgh: T. and T. Clark, 1904. 283 pp.
- Heynes, Prof W., **Manual of Reformed Doctrine**. Grand Rapids, Michigan.: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1926. 355 pp.
- Hastings, James, **Dictionary of the Bible**, Um Vol. Verbetes "*Election*", "*Predestination*" e "*Reprobation*", por James Orr. New York: Charles Scribner's Sons. 1929.
- Hodge, Charles, **Systematic Theology**, 3 Vols New York: Robert Carter and Brothers. 1899.
- Hodge, Archibald Alexander, **Outlines of Theology**, New York: Robert Carter and Brothers. 1879, 678 pp.
- , **Popular Lectures on Theological Themes**. Lecture VII, "*Predestination*". Philadelphia: Presbyterian Board of Publication. 1887.
- , **Commentary on the Confession of Faith**, Philadelphia: Presbyterian Board of Publication. 1885. 559 pp.
- Jamieson, George, **Profound Problems in Theology and Philosophy**. Lectures: "*On the Divine Decree*" and "*The Nature and Origin of Evil*" Londres: Simpkin, Marshall and Co. 1884.
- Kuyper, Abraham, **The Biblical Doctrine of Election**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House. 1934. 24 pp.
- Moule, H. C. G., **Outline of Christian Doctrine**. London: Hodder and Stoughton, 1892. 288 pp.
- Macpherson, John, **The Confession of Faith**. Edinburgh: T. and T. Clark. 1882. 171 pp.
- Moffatt, James, **Grace in the New Testament**. London: Hodder and Stoughton. 1931. 419 pp.
- Mullins, Edgard Young, **The Christian Religion in its Doctrinal Expression**. Philadelphia: The Judson Press. Oitava Edição. 1939. 514 pp.
- Pictet, Benedict, **Christian Theology**. Philadelphia: Presbyterian Board of Publication. (Sem data). 434 pp.
- Pink, Arthur W., **The Sovereignty of God**. Cleveland, Ohio: Cleveland Bible Truth Depot. 1930. 320 pp.
- Pope, William Burt, **A Compendium of Christian Theology**. New York: Phillips and Hunt. 1881. Segunda Edição. 3 Vols.

Rice, N. L., **God Sovereign and Man Free**. Philadelphia: Presbyterian Board of Publication. (Sem data). 168 pp.

Shedd, William G. T., **Dogmatic Theology**. 2 Vols. New York: Charles Scribner's Sons. 1888.

———, **Calvinism: Pure and Mixed**. New York: Charles Scribner's Sons. 1893. 164 pp.

Smith, Henry B., **System of Christian Theology**. New York: A. C. Armstrong and Son. 1884. 63 pp.

Smith, Egbert Watson, **The Creed of Presbyterians**. New York: The Baker and Taylor Company. 1901. 223 pp.

Strong, Augustus Hopkins, **Systematic Theology**. 3 Vols. Em um. Philadelphia; The Judson Press. (Sem data).

Temple, William, **Nature, Man and God**. Londres: Macmillan and Co., 1934. 530 pp.

Thomas, John Newton, **Determinism in the Theological System of Jonathan Edwards**. Tese inédita. Edinburgh University. 1937. 460 pp.

Warfield, Benjamin B., “*Prodestination*”, **Biblical Doctrines**. pp. 3-67. New York: Oxford University Press. 1929.

———, **The Plan of Salvation**. Grand Rapids, Michigan: Wm. B. Eerdmann Publishing Co. 1935. 142 pp.

Wesley, John, **Christian Theology** (a selection from his writings). London: William Pegg. (Sem data). 422 pp.

Westminster, Confissão de Fé de

Whitby, Daniel, **The Five Points**. Londres: 1817. 464 pp

B. ARTIGOS E ENSAIOS

Chafer, Lewis Sperry, “*Biblical Theism: Divine Decree*”, **Bibliotheca Sacra**. 96: 138-163, 264-184. 1939.

Green, J. B., “*The Distinctive Teachings of Presbyterianism*”, **The Union Seminary Review**, 47: 366-378, July, 1936.

Spurgeon, C. H., “*Election*”, **Sermons**, V. II, pp. 66-87. New York: Funk and Wagnalls Company.

Thomas, John Newton, “*The Sovereignty of God*”, **The Union Seminary Review**. 52: 222-236, April, 1941.

C. COMENTÁRIOS

Bamby, J., **Romans. Pulpit Commentary** series New York: Funk and Wagnalls Co. (Sem data). 475 pp.

Barnes, Albert, **Commentary on Ephesians**. London: Blackie and Son. (sem data). 135 pp.

Clark Adams, **The New Testament with a Commentary and Critical Notes**. (2 vols.) New York: Eastburn, Kirk and Co. 1814.

Calvino, João, **Commentary upon the Epistle of St. Paul to the Romans**. Edinburgh: The Calvin Translation Society. 1844.

Erdman, Charles R., **The Epistle of Paul to the Romans**. Philadelphia: The Westminster Press. 1942. 160 pp.

———, **The Gospel of John**. Philadelphia: The Westminster Press. 1943. 178 pp.

Forbes, John, **Analytical Commentary on the Epistle to the Romans**. Edinburgh: T. and T. Clark. 1868. 475 pp.

Gill, John, **An Exposition of the New Testament**. 3 Vols. Philadelphia: William W. Woodward. 1811.

- Godet, F., **Commentary on the Epistle to the Romans** . New York: Robert Funk and Wagnalls. 1883. 537 pp.
- Hodge, Charles, **Commentary on the Epistle to the Romans** , New York: Robert Carter and Brothers. (Sem data). 716 pp.
- , **Commentary on the Epistle to the Ephesians** . New York: Robert Carter and Brothers. 1873. 398 pp.
- Haldane, Robert, **Exposition of the Epistle to the Romans** . From the fifth Edinburgh Edition. New York: Robert Carter and Brothers. 1849. 746 pp.
- Lange, J. P. and Fay, F. R., **The Epistle of Paul to the Romans** . Segunda Edição. New York: Scribner's Armstrong and Co. 1872, 457 pp.
- Lenski, R. C. H., **The Interpretation of St. Paul's Epistle to the Romans** . Columbus, Ohio: Lutheran Book Concern. 1939. 934 pp.

PREDESTINAÇÃO

“Realmente, toda a sua vida foi um exemplo de humildade”. Assim um dos jornais do Recife comentava o repentino desaparecimento do Rev. Dr. Samuel de Vasconcelos Falcão, no dia 9 de setembro de 1965.

Neste livro que a Casa Editora Presbiteriana tem o prazer de reeditar e que teve grande aceitação na sua primeira edição (do próprio autor), o Rev. Samuel Falcão, Mestre em Teologia pelo “*Union Theological Seminary*,” de Richmond, Virgínia, E. U. A. não tem pretensão de originalidade; todavia, apresenta em esboço e linguagem simples a doutrina da predestinação, um dos assuntos mais difíceis da teologia, dando ao leitor, teólogo ou leigo, uma valiosa contribuição ao estudo desta doutrina.